

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

**Abandono de Cães e Gatos no IFES, *Campus Itapina:*
Desafios e Soluções para o Controle Populacional e
Guarda Responsável**

Gilcimar Coelho

2024



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**ABANDONO DE CÃES E GATOS NO IFES, CAMPUS ITAPINA:
DESAFIOS E SOLUÇÕES PARA O CONTROLE POPULACIONAL E
GUARDA RESPONSÁVEL**

GILCIMAR COELHO

Sob a Orientação do Professor
Dr. Argemiro Sanavria

e Co-orientação do Professor
Dr. Jair Alves Ferreira Junior

Dissertação submetida como requisito
parcial para obtenção do grau de **Mestre**
em Educação, no Programa de Pós-
Graduação em Educação Agrícola, Área
de Concentração em Educação Agrícola.

Seropédica, RJ
Dezembro de 2024

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C467a

Coelho, Gilcimar, 1965-
Abandono de Cães e Gatos no IFES, Campus Itapina:
Desafios e Soluções para o Controle Populacional e
Guarda Responsável / Gilcimar Coelho. - Colatina,
2024.
78 f.: il.

Orientador: Argemiro Sanavria.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação
Agrícola, 2024.

1. Bem-estar animal. 2. Animais abandonados. 3.
Campus acadêmico. 4. Controle populacional. 5. Guarda
responsável. I. Sanavria, Argemiro, 1949-, orient. II
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola III. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001".



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA



HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO Nº 1 / 2025 - PPGEA (11.39.49)

Nº do Protocolo: 23083.000261/2025-19

Seropédica-RJ, 03 de janeiro de 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

GILCIMAR COELHO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 30/12/2024

Dr. ARGEMIRO SANAVRIA - UFRRJ
Orientador

Dr. TIAGO MARQUES DOS SANTOS - UFRRJ
Membro interno

Dra. JOICE APARECIDA REZENDE VILELA - Emater - RJ
Membro externo

(Assinado digitalmente em 03/01/2025 12:28)
ARGEMIRO SANAVRIA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DESP (12.28.01.00.00.00.00.52)
Matrícula: 387181

(Assinado digitalmente em 03/01/2025 13:24)
TIAGO MARQUES DOS SANTOS
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DESP (12.28.01.00.00.00.00.52)
Matrícula: 3688704

(Assinado digitalmente em 04/01/2025 11:55)
JOICE APARECIDA REZENDE VILELA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 089.233.787-71

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp>
informando seu número: **1**, ano: **2025**, tipo: **HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**, data de emissão: **03/01/2025** e o código de verificação: **910b592ac2**

Dedico este trabalho com imensa gratidão e carinho:

À minha esposa Elisangela Madeira Coelho e à minha filha Lisley Madeira Coelho, que foram meu alicerce, meu apoio incondicional e a fonte de força em todos os momentos desta jornada. O amor, a paciência e o incentivo de ambas foram fundamentais para que eu chegasse até aqui.

À memória de meus queridos pais, José Jacintho Coelho e Zilda Rosi Coelho, e de minha adorada sobrinha Hayara Silva Coelho, que, embora ausentes fisicamente, continuam a me guiar com suas lembranças e ensinamentos.

A todos vocês, minha eterna gratidão e amor.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, que, nos momentos de desânimo e cansaço, sempre iluminou meu caminho, renovando minhas forças e me guiando em direção ao objetivo.

À minha família, em especial à minha esposa ELISANGELA MADEIRA COELHO e à minha filha LISLEY MADEIRA COELHO, que, durante esses dois anos de mestrado, foram meu refúgio de amor, paciência e compreensão. Mesmo com a rotina intensa de estudos, vocês sempre estiveram ao meu lado, me oferecendo apoio e alegria nos momentos mais difíceis. O carinho e a motivação foram fundamentais para que eu pudesse seguir em frente, e por isso, sou eternamente grato.

A todos os meus familiares e amigos, que ficaram na torcida e me apoiaram, mesmo à distância. O carinho de cada um foi fundamental para que eu continuasse acreditando que a conclusão deste trabalho era possível. Muito obrigado por estarem ao meu lado em cada passo dessa jornada.

A todos os meus colegas e amigos que, de diferentes formas, contribuíram para a realização deste trabalho, meu sincero agradecimento. Seja pelo apoio técnico, pelas conversas enriquecedoras ou pela energia positiva compartilhada ao longo dessa jornada, cada gesto de colaboração foi fundamental para que eu chegasse até aqui. Agradeço profundamente a todos que, com generosidade e companheirismo, fizeram parte desse processo, ajudando a transformar desafios em aprendizado e conquistas.

Ao meu orientador, professor doutor ARGEMIRO SANAVRIA e ao meu co-orientador professor doutor JAIR ALVES FERREIRA JUNIOR, minha profunda gratidão; que com paciência, generosidade e orientação foram essenciais para que eu pudesse crescer acadêmica e pessoalmente. Agradeço pela confiança, pelos ensinamentos e por sempre me conduzirem com compreensão e sabedoria.

Aos mestres por permitirem que transformássemos opinião em conhecimento, e em especial, ao professor doutor GILMAR FERREIRA VITA, pelo incentivo e colaboração.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), pela oportunidade de realizar mais uma etapa de minha formação acadêmica.

Finalizo este momento de agradecimentos com um sentimento profundo de gratidão a todos que, de maneira direta ou indireta, tornaram possível a realização deste trabalho.

Cada contribuição, por menor que tenha sido, foi essencial para que este projeto fosse concretizado. A todos que, com generosidade, apoio e dedicação, fizeram parte desta caminhada, meu sincero e eterno agradecimento.

Este trabalho não é apenas fruto do meu esforço individual, mas sim de um processo coletivo, onde o apoio de minha família, amigos, colegas e orientadores foram essenciais para que eu pudesse alcançar este marco. A cada um de vocês, minha mais sincera reverência.

Muito obrigado a todos, de coração!

BIOGRAFIA

Eu, Gilcimar Coelho, casado, residente em Colatina/ES, filho de uma família simples de oito filhos, pai José Jacintho Coelho (aposentado) e mãe Zilda Rosi Coelho (do lar), realizei meus estudos de nível primário e ginásio (hoje respectivamente séries iniciais e finais do ensino fundamental), no Instituto de Educação Divino Rei, em regime de internato. Iniciei o ensino médio na mesma escola.

Possuo formação acadêmica em Técnico em Segurança do Trabalho pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES), Tecnólogo em Gestão Ambiental pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR) e especialização em Engenharia Ambiental pela Fundação Educacional Presidente Castelo Branco (FEPCB).

Atuei como tutor de sala nos cursos de Tecnólogo em Gestão Ambiental e Tecnólogo em Segurança do Trabalho, na UNOPAR, unidade Colatina, no estado do Espírito Santo.

Em 2010 ingressei no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), no cargo de Técnico de Laboratório, Área Segurança do Trabalho, sendo redistribuído no ano de 2012, para o IFES, *Campus Itapina*, onde permaneço atualmente.

Agora, mestrando em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), para sequência acadêmica, profissional e institucional, por acreditar na educação.

RESUMO

COELHO, Gilcimar. **Abandono de Cães e Gatos no IFES, Campus Itapina: Desafios e Soluções para o Controle Populacional e Guarda Responsável.** 2024. 78p. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2024.

Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar os impactos gerados pelo abandono de cães e gatos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES), *Campus Itapina*, município de Colatina, estado do Espírito Santo, e avaliar as estratégias de controle populacional e promoção da guarda responsável adotadas na instituição. Tratou-se de uma pesquisa de caráter descritivo e abordagem quali-quantitativa, com aplicação de questionário semiestruturado a 93 indivíduos (72 discentes e 21 servidores). Os resultados demonstraram: como impactos provocados no *Campus*, ataques (4,3% de citação) e mordeduras (22,6%), além da preocupação da comunidade pela observação de animais famintos, maltratados, malcuidados e sem lar (11,8%); e, como políticas e ações implantadas para o controle e cuidado dos cães e gatos, a criação do Programa Institucional “Patinhas Felizes”, com 81,7% de aprovação pelos participantes desta pesquisa. O Programa oferta vacinação, controle parasitológico, alimentos, água, tratamento das feridas e exames de sangue para identificação de doenças; controle populacional, através da castração, controle do cio e estímulo à adoção; e, concentra-se na formação da comunidade acadêmica, referente à guarda responsável e manutenção da saúde dos animais. Ainda evidenciaram o zelo e a dedicação da comunidade acadêmica frente ao bem-estar dos animais, o que foi certificado por 88,2% dos participantes, que comentaram que os comunitários tratam dos animais doentes, alimentam, abrigam, vermifugam, e até mesmo direcionam para castração. Nesta pesquisa, os participantes também mencionaram observar os animais errantes espalhados por todo o *Campus* (100,0% de citação), em frequência de todos os dias (90,3%), e com origem, em maioria, por abandono (96,8%). Quanto à responsabilidade pelos animais no *Campus*, 65,6% mencionaram ser do IFES, sendo tal convicção, oriunda da presença de cursos técnicos e de graduação referentes à criação e manejo dos animais, e do Programa Institucional “Patinhas Felizes”. Sugere-se ao final desta pesquisa, que ações de conscientização e informação acerca do abandono de animais sejam fomentadas pelo *Campus* em sala de aula, na comunidade acadêmica e entorno, pelo desenvolvimento de grupos e *posts* de conscientização e incentivo à adoção na internet, por solicitação de doações de terceiros, e apoio pelo voluntariado. Se necessário, o tema seja incluído como conteúdo em alguma disciplina, ou até mesmo seja transformado em uma disciplina. Muitas dessas ações já são desenvolvidas no *Campus* através do Programa Institucional “Patinhas Felizes”, mas aclama-se que sejam mais acentuadas, e que dirigentes da instituição participem ativamente, dando maior apoio quando necessário.

Palavras-chave: Bem-estar animal. Animais abandonados. *Campus* acadêmico. Controle populacional. Guarda responsável.

ABSTRACT

COELHO, Gilcimar. **Abandonment of Dogs and Cats at IFES, Itapina Campus: Challenges and Solutions for Population Control and Responsible Guardianship.** 2024. 78p. Dissertation (Master Science in Education). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2024.

The general objective of this research was to analyze the impacts generated by the abandonment of dogs and cats at the Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES), Itapina Campus, municipality of Colatina, state of Espírito Santo, and to evaluate the population control strategies and promotion of responsible guardianship adopted in the institution. This was a descriptive research with a qualitative and quantitative approach, with the application of a semi-structured questionnaire to 93 individuals (72 students and 21 staff). The results showed: as impacts caused on the Campus, attacks (4.3% of citation) and bites (22.6%), in addition to the community's concern for the observation of hungry, mistreated, poorly cared for and homeless animals (11.8%); and, as policies and actions implemented for the control and care of dogs and cats, the creation of the "Patinhas Felizes" Institutional Program, with 81.7% approval by the participants of this research. The Program offers vaccination, parasitological control, food, water, wound treatment and blood tests to identify diseases; population control, through castration, heat control and encouragement of adoption; and, focuses on the training of the academic community, regarding responsible guardianship and maintenance health animals. They also evidenced the zeal and dedication of the academic community towards the well-being of animals, which was certified by 88.2% of the participants, who commented that the community members treat sick animals, feed, shelter, deworm, and even direct them to castration. In this research, the participants still mentioned observing stray animals scattered throughout the Campus (100.0% of citation), every day (90.3%), and mostly originating from abandonment (96.8%). As for the responsibility for animals on campus, 65.6% mentioned being from IFES, and this conviction comes from the presence of technical and undergraduate courses related to animal breeding and handling; and the "Patinhas Felizes" Institutional Program. It is suggested at the end of this research that awareness and information actions about the abandonment of animals be fostered by the Campus in the classroom, in the academic community and surroundings, by the development of groups and posts to raise awareness and encourage adoption on the internet, by requesting donations from third parties, and through volunteer support. If necessary, the theme can be included as content in some discipline, or even transformed into a discipline. Many of these actions are already developed on the Campus through the "Patinhas Felizes" Institutional Program, but it is acclaimed that they are more accentuated, and that institution's leaders participate actively, giving greater support when necessary.

Keywords: Animal well-being. Abandoned animals. Academic campus. Population control. Responsible guardianship.

LISTA DE ABREVIACÕES

A.C.	Antes de Cristo
BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
CAAE	Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
CAC	Colégio Agrícola de Colatina
CCZ	Centro de Controle de Zoonose
CEFET-ES	Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Espírito Santo
CEFETS	Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica
CEFOR	Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância
CEUA	Comissão de Ética no Uso de Animais
CFMV	Conselho Federal de Medicina Veterinária
CRMV-PB	Conselho Regional de Medicina Veterinária da Paraíba
DOU	Diário oficial da União
EAFCOL	Escola Agrotécnica Federal de Colatina
FEPCB	Fundação Educacional Presidente Castelo Branco
GAC	Ginásio Agrícola de Colatina
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IF	Instituto Federal
IFES	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
IFMG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONGs	Organizações Não Governamentais
PPGEA	Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Santo	Santo
SIMDAN	Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNOPAR	Universidade Norte do Paraná
WSPA	World Society for the Protection of Animals
WVA	World Veterinary Association

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa com as unidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES)	4
Figura 2. Atividades desenvolvidas pelo programa “Patinhas Felizes” para promover o bem-estar de cães e gatos, no IFES, <i>Campus Itapina</i>	9
Figura 3. Gráfico da proporção de animais domésticos no Brasil e suas regiões, no ano de 2013	11
Figura 4. Imagem aérea do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES), <i>Campus Itapina</i> , município de Colatina, estado do Espírito Santo	21
Figura 5. Número absoluto e relativo de participantes da pesquisa, e seu vínculo com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, <i>Campus Itapina</i> ..	23
Figura 6. Número absoluto e relativo de participantes da pesquisa, que são técnicos administrativos e docentes, e que fazem parte da gestão administrativa e/ou acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, <i>Campus Itapina</i> ..	25
Figura 7. Número absoluto e relativo de participantes da pesquisa (discentes, docentes, técnicos administrativos e colaboradores terceirizados), que mencionaram ter ou não cão/gato como animal de companhia em casa. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, <i>Campus Itapina</i>	26
Figura 8. Número absoluto e relativo de participantes da pesquisa (discentes, docentes, técnicos administrativos e colaboradores terceirizados), que informaram ter cão ou gato como animal de companhia em casa, e se seu animal tem acesso livre às ruas. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, <i>Campus Itapina</i>	27
Figura 9. Número absoluto e relativo de participantes da pesquisa (discentes, docentes, técnicos administrativos e colaboradores terceirizados), que mencionaram já ter visto algum animal errante no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, <i>Campus Itapina</i>	28
Figura 10. Número absoluto e relativo de participantes da pesquisa (discentes, docentes, técnicos administrativos e colaboradores terceirizados) e frequência com que veem cães e gatos errantes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, <i>Campus Itapina</i>	29
Figura 11. Amostra de animais dispersos por locais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, <i>Campus Itapina</i>	31
Figura 12. Número absoluto e relativo de participantes da pesquisa (discentes, docentes, técnicos administrativos e colaboradores terceirizados) que declararam saber de pessoas que cuidam de animais errantes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, <i>Campus Itapina</i>	32

Figura 13. Número absoluto e relativo de participantes da pesquisa (discentes, docentes, técnicos administrativos e colaboradores terceirizados), que opinaram sobre qual a origem dos cães e gatos errantes que estão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, *Campus Itapina* 34

Figura 14. Número absoluto e relativo de participantes da pesquisa (discentes, docentes, técnicos administrativos e colaboradores terceirizados) que informaram o que sentem ao ver os animais errantes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, *Campus Itapina* 35

Figura 15. Número absoluto e relativo de participantes da pesquisa (discentes, docentes, técnicos administrativos e colaboradores terceirizados) que opinaram sobre de quem é a responsabilidade pelos animais errantes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, *Campus Itapina* 38

Figura 16. Número absoluto e relativo de participantes da pesquisa (discentes, docentes, técnicos administrativos e colaboradores terceirizados) que conhecem ou não alguém que tenha sido mordido por animais errantes dentro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, *Campus Itapina* 39

Figura 17. Número absoluto e relativo de participantes da pesquisa (discentes, docentes, técnicos administrativos e colaboradores terceirizados) que mencionaram já terem sido atacados por animais errantes nas dependências do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, *Campus Itapina* 40

Figura 18. Número absoluto e relativo de participantes da pesquisa (discentes, docentes, técnicos administrativos e colaboradores terceirizados), lotados no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, *Campus Itapina*, que informaram conhecer doenças de cães e gatos 41

Figura 19. Número absoluto e relativo de participantes da pesquisa (discentes, docentes, técnicos administrativos e colaboradores terceirizados) que informaram achar que cães e gatos errantes, presentes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, *Campus Itapina*, estão ou não bem cuidados pela comunidade 42

Figura 20. Número absoluto e relativo de participantes da pesquisa (discentes, docentes, técnicos administrativos e colaboradores terceirizados) que mencionaram achar ou não que o *Campus* está conseguindo controlar e cuidar dos animais errantes através do programa “Patinhas Felizes”, instaurado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, *Campus Itapina* 44

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Colaboradores e parceiros do Programa Institucional “Patinhas Felizes”, IFES, <i>Campus Itapina</i>	8
---	---

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Respostas dos participantes da pesquisa sobre o local onde costumam encontrar os cães e gatos no <i>Campus Itapina, IFES</i>	20
Tabela 2. Respostas dos participantes da pesquisa que informaram saber como as pessoas cuidam de animais errantes no <i>Campus Itapina, IFES</i>	33
Tabela 3. Justificativas dos participantes da pesquisa que relataram o que sentem ao ver animais errantes pelo <i>Campus Itapina, IFES</i>	36
Tabela 4. Justificativas dos participantes da pesquisa que relataram que os cães e gatos não estão bem cuidados pela comunidade no <i>Campus Itapina, IFES</i>	43
Tabela 5. Justificativas dos participantes da pesquisa que relataram que o programa “Patinhas Felizes” não está conseguindo controlar e cuidar dos animais errantes no <i>Campus Itapina, IFES</i>	45
Tabela 6. Número de animais, óbitos registrados, desaparecimentos e atividades desenvolvidas pelo Programa “Patinhas Felizes”, durante o período de 2015 a 2021, no IFES, <i>Campus Itapina</i>	46

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
1.1 Objetivos	2
1.1.1 Objetivo geral	2
1.1.2 Objetivos específicos	2
2 REVISÃO DA LITERATURA	3
2.1 O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES)	3
2.1.1 Trajetória e contribuições	3
2.2 O IFES, <i>Campus</i> Itapina	3
2.2.1 Histórico e papel na comunidade	3
2.3 Políticas e ações implantadas para o controle populacional e guarda responsável de cães e gatos no <i>Campus</i> Itapina	5
2.4 Consequências do abandono de animais domésticos para a sociedade e o meio ambiente	10
2.5 Doenças transmitidas por animais e medidas de prevenção na saúde pública	12
2.6 A legislação brasileira de proteção aos animais e a lei de crimes ambientais	16
2.7 A situação dos animais na Legislação brasileira: o papel do município na proteção e bem-estar dos animais domésticos	17
3 MATERIAL E MÉTODOS	20
3.1 Desenvolvimento da pesquisa	20
3.2 Tipo de pesquisa	20
3.3 <i>Locus</i> da pesquisa	21
3.4 Sujeitos participantes	21
3.5 Coleta dos dados	21
3.6 Tratamento dos dados	22
3.7 Termos de Consentimentos	22
3.8 Aspectos éticos	22
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	23
4.1 Vínculo com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, <i>Campus</i> Itapina	23
4.2 Participação na gestão administrativa e/ou acadêmica do instituto	24
4.3 Animais de companhia em domicílios	26
4.4 Animais com acesso livre às ruas	27
4.5 Animais no <i>Campus</i>	28
4.6 Frequência com que vê cães e gatos no <i>Campus</i>	29
4.7 Cuidados com os animais errantes do <i>Campus</i>	32
4.8 Origem de cães e gatos presentes no <i>Campus</i>	34
4.9 Como se sente ao ver animais no <i>Campus</i>	35
4.10 Responsabilidade pelos animais no <i>Campus</i>	37
4.11 Mordedura de animais errantes no <i>Campus</i>	39
4.12 Ataque a humanos por animais errantes no <i>Campus</i>	40
4.13 Transmissão de doenças para humanos e animais	41
4.14 Animais errantes são bem cuidados pela comunidade	42
4.15 O programa “Patinhas Felizes” controla e cuida dos animais errantes	44

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49
APÊNDICES	59
Apêndice A. Questionário aplicado aos discentes e servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES), como ferramenta de percepção sobre as ações institucionais e educativas para controle populacional e guarda responsável de cães e gatos errantes	60
Apêndice B. Convite individual apresentado à comunidade acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia (IFES), para participação em pesquisa para obtenção do grau de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	62
Apêndice C. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	64
ANEXOS	67
Anexo A. Portaria autorizando o desenvolvimento do Programa Institucional “Patinhas Felizes”, no período de 2019 a 2023	68
Anexo B. Parecer Consustanciado do Comitê de Ética na Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFES), <i>Campus Itapina</i> , município de Colatina, estado do Espírito Santo	69
Anexo C. Carta de Anuênciā do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFES). <i>Campus Itapina</i> , município de Colatina, estado do Espírito Santo	75
Anexo D. Portaria autorizando o desenvolvimento do Programa Institucional “Patinhas Felizes”, no período de 2023 a 2028	77
Anexo E. Portaria de destinação do imóvel residencial PRN nº 03 para uso exclusivo da equipe do Programa Institucional “Patinhas Felizes”	78

1 INTRODUÇÃO

A relação entre humanos e animais, em especial com os cães, já existe há milênios, sendo que os animais historicamente têm desenvolvido um precípicio papel no relacionamento com as pessoas, por servirem de companhia, estímulo e motivação, além de não discriminarem ou segregarem qualquer pessoa.

Para Delarissa (2003), a afinidade por cães e gatos em tempos modernos se baseia cada vez menos em virtude de funções práticas, e mais no desejo dos humanos de desfrutar da companhia desses animais. Além disso, deve-se pontuar que os cães também desempenham diversas tarefas importantes na sociedade, pois são guias para cegos, atuam em buscas e salvamentos, são farejadores de drogas e minas terrestres, e essencialmente, têm oferecido aos humanos satisfação pessoal, apoio psicológico, integração social e várias outras vantagens, muito mais de fundo antropológico do que funcional.

Em pesquisa realizada em Botucatu, São Paulo, Souza *et al.* (2002) concluiu que poucos proprietários de cães zelam pela saúde e bem-estar de seus animais, salientando uma possível relação entre a displicência e despreparo dos proprietários com as condições socioeconômicas e fatores culturais da população estudada, pois em muitos casos os animais de companhia são considerados meros objetos de lazer.

Souza *et al.* (2001) analisou a questão sob o foco econômico e afirmou que o custo de manutenção de um animal de estimação é superior à capacidade orçamentária de grande parte da população brasileira. O autor ressaltou que a maioria dos proprietários de cães e gatos em nosso país não possui situação econômica suficiente para oferecer condições adequadas de higiene, abrigo e alimentação a seus animais, tornando-os mais sujeitos à aquisição de doenças de impacto para a saúde pública, como é o caso das leishmanioses.

O abandono de animais é um problema grave em todo o Brasil, situação que se intensificou ainda mais pós-início da pandemia de Covid-19. A Organização Mundial da Saúde estabeleceu em cerca de 30 milhões o número de cães e gatos abandonados no país (Nunes; Soares, 2018; Scheffer, 2018; Lima *et al.*, 2020; Queiroz *et al.*, 2020; Silva *et al.*, 2021; Santos; Sanches, 2022).

Como consequência, o problema também atinge os *campi* universitários em todas as regiões do Brasil. No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES), *Campus* Itapina, esta situação vem acontecendo há muitos anos, e ultimamente avivou o surgimento de animais abandonados nos entornos do *Campus* e em todos os ambientes transitáveis, o convívio destes animais com a comunidade escolar tem sido uma rotina normal e diária.

O risco à saúde pública devido à convivência com estes animais é ainda maior quando as pessoas desconhecem o modo de transmissão das doenças, bem como, suas formas de prevenção.

Porém, as informações sobre o risco de contrair uma zoonose nem sempre estão ao alcance da população exposta, ou a própria pessoa envolvida não tem interesse em conhecer tais conceitos, por falta de informações, ou por carência de saber onde buscar tais informações.

Assim, dentro deste contexto, nossa problemática inicial é pesquisar se os gestores, docentes, discentes, técnicos administrativos, tem conhecimento das zoonoses que possivelmente podem ser transmitidas pelos cães e gatos e promover e propor ações de intervenção.

Ainda, questiona-se de que maneira é vivenciada a relação humano-animal em um ambiente acadêmico? Esta pesquisa pretende, portanto, analisar a relação humano-animal no IFES, *Campus* Itapina, e também, suas repercussões no cotidiano dos humanos envolvidos no

processo, adicionando conhecimento a essa demanda social de atenção aos cães e gatos que são abandonados, tanto do ponto de vista de proteção animal quanto de qualidade de vida das pessoas que circulam e frequentam o Instituto.

A novidade do trabalho abarcou o contexto acima apontado e leva em consideração que com a crescente preocupação da sociedade com o bem-estar dos animais, é também crescente o número de organizações e voluntários que lutam pelo ativismo animal em busca de direitos e proteção.

Compreende-se, que é de extrema importância que estudos científicos e projetos práticos busquem priorizar a proteção de animais domésticos, juntamente com um pensamento crítico sobre o ambiente no qual vivem esses animais. Nesse sentido, é necessário reconhecer de maneira fundamental quais são os direitos dos animais, buscando-se um repensar em relação ao ambiente social (Dzieciol; Bosa, 2011). Dessa maneira, os animais domésticos devem possuir seus direitos garantidos pelo Estado e serem respeitados por todo cidadão da sociedade brasileira. Importante ressaltar, assim, que é necessário que isso seja demonstrado no direito à vida como um todo, e não apenas no direito inerente ao ser humano.

Justifica-se esta pesquisa pela necessidade de incentivar Instituições Acadêmicas a desenvolverem programas educacionais de conscientização de guarda responsável e pelo carecimento de cuidados básicos relacionados aos animais; onde os mesmos, após castração, vacinação e identificação, possam permanecer livres e conviver com a comunidade escolar, fornecendo condições para que se mantenham saudáveis e oferecendo o mínimo de risco às pessoas que adentram nos *campi*. Mais proximamente ao IFES, tem sido identificado que o abandono de cães e gatos em *campi* universitários é maior quando a localização geográfica da universidade é próxima a comunidades de baixa renda ou em localidades distantes da cidade, como é o caso do Instituto; isto por si só, caracteriza a justificativa desta pesquisa, numa busca por despertar as autoridades competentes para estabelecerem planejamentos que proporcionem uma melhor qualidade de vida para os animais e que previnam riscos à saúde da população.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo geral

Analizar os impactos gerados pelo abandono de cães e gatos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES), *Campus* Itapina, município de Colatina, estado do Espírito Santo, e avaliar as estratégias de controle populacional e promoção da guarda responsável adotadas na instituição.

1.1.2 Objetivos específicos

- Analisar as políticas e ações implementadas no *Campus* Itapina relacionadas ao controle populacional, guarda responsável e bem-estar animal.
- Verificar os conhecimentos que gestores, docentes, discentes, técnicos administrativos e terceirizados, possuem a respeito da transmissão das zoonoses.
- Investigar as percepções e atitudes da comunidade acadêmica em relação ao abandono de animais, bem como os impactos no bem-estar animal e na qualidade de vida dos frequentadores do *Campus*.
- Propor ações de conscientização e disseminação de informações sobre os problemas associados ao abandono de animais e as responsabilidades de guarda responsável.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES)

2.1.1 Trajetória e contribuições

Com uma abordagem educacional voltada para atender ao modelo de desenvolvimento econômico atual do país, focando na capacitação da força de trabalho, a trajetória da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil começou em 1909. Naquele ano, o então Presidente Nilo Peçanha estabeleceu 19 escolas voltadas para a formação de Aprendizes e Artífices, que posteriormente, no final do século XX, evoluíram para os Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFETs). Avançando para o início do século XXI, foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), através da implantação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPEC) no Brasil, conforme estabelecido pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (Brasil, 2008; Frigotto, 2018).

O IFES é o resultado da união de quatro antigas instituições federais de educação: o Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Espírito Santo (CEFET-ES), a Escola Agrotécnica Federal de Alegre, a Escola Agrotécnica Federal de Colatina e a Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa. A história destas instituições é centenária, sendo a mais antiga delas o CEFET, fundado em 1909, durante o governo de Nilo Peçanha, sob o nome de Escola de Aprendizes Artífices do Espírito Santo (IFES, 2024a).

Em dezembro de 2008, o então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei nº 11.892 (Brasil, 2008), que criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no país. No Espírito Santo, o CEFET e as escolas agrotécnicas se integraram em uma estrutura única, o Instituto Federal do Espírito Santo.

Com 23 *campi* em funcionamento, incluindo o Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (CEFOR), além de três *campi* em implantação, o IFES se faz presente em todas as microrregiões capixabas. O Instituto possui ainda 49 polos de educação à distância no Espírito Santo, o Polo de Inovação e a Cidade da Inovação.

Em 2022, o IFES recebeu a autorização de funcionamento de dois novos *campi*: Laranja da Terra e Pedro Canário. Em 2024, o Governo Federal anunciou um novo *Campus*, em Muniz Freire. Com as novas unidades, o IFES conta com 26 *campi* no estado (Figura 1). A proposta dos Institutos Federais (IFs) entende a educação como compromisso de transformação social, e busca qualificar profissionais preparados para atuar de forma contextualizada em suas regiões.

2.2 O IFES, *Campus* Itapina

2.2.1 Histórico e papel na comunidade

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES), *Campus* Itapina, foi oficializado em 28 de abril de 1956, na gestão do governador Francisco Lacerda de Aguiar e do Presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira, a partir de um acordo celebrado entre o Governo da União e o Estado do Espírito Santo, datado de 15 de novembro de 1949, na gestão do então Governador do Estado Carlos Fernando Monteiro Lindemberg, no qual lançou-se o projeto de construção de uma Escola de Iniciação Agrícola na margem esquerda do Rio Doce no Município de Colatina, onde seria oferecido o Curso de Iniciação Agrícola com duração de dois anos (IFES, 2024b).

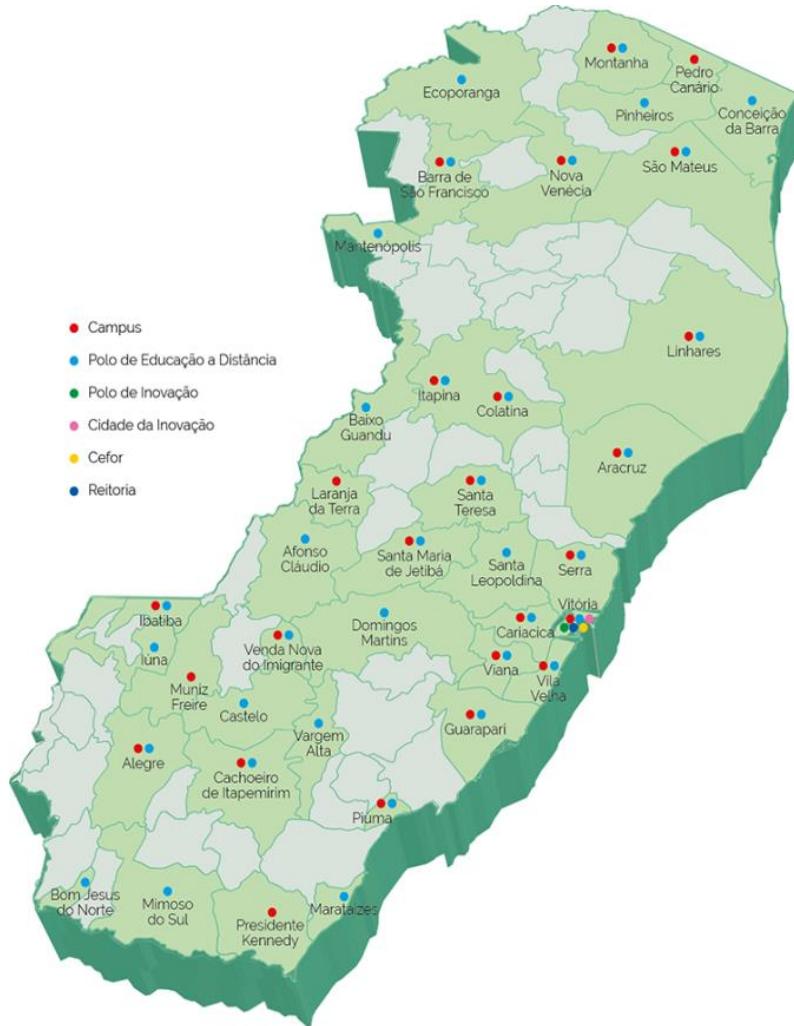


Figura 1. Mapa com as unidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES).

Fonte: IFES (2024a).

Em 13 de fevereiro de 1964, pelo Decreto nº 53.558 (Brasil, 1964), a Escola de Iniciação Agrícola de Colatina passa a ser denominada Ginásio Agrícola de Colatina (GAC). O concludente receberia o diploma de Operário Agrícola.

O Ginásio Agrícola de Colatina transformou-se então em Colégio Agrícola de Colatina (CAC) para que fosse oferecido o ensino de segundo grau, com o Curso Técnico em Agropecuária.

A partir do Decreto nº 83.935, de 04 de setembro de 1979 (Brasil, 1979), publicado no DOU de 05 de setembro de 1979, foi substituída a denominação de Colégio Agrícola de Colatina (CAC) para Escola Agrotécnica Federal de Colatina (EAFCOL).

No fim do ano de 2008, a Escola Agrotécnica Federal de Colatina atravessa mais um período de mudanças. Através da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (Brasil, 2008), publicada no DOU no dia 30/12/08, o Governo Federal institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Caliari, 2020). Passando para a nova denominação Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES), *Campus Itapina*.

O IFES, *Campus* Itapina, desempenha um papel fundamental na formação educacional e social da comunidade local. Desde sua criação, o *Campus* tem se dedicado a oferecer uma educação de qualidade, alinhada às necessidades do mercado de trabalho e às demandas sociais da região (Caliari, 2020).

Atualmente, o IFES, *Campus* Itapina, oferece cursos técnicos profissionalizantes Integrados ao Ensino Médio (Técnico em Agropecuária, Técnico em Zootecnia e Técnico em Alimentos) e Subsequente ao Ensino Médio (Técnico em Agropecuária); ainda, cursos de Nível Superior (Licenciatura em Ciências Agrícolas e Pedagogia, e Bacharelado em Agronomia e Zootecnia); com um efetivo total de 1021 alunos, distribuídos entre os cursos (IFES, 2024c).

Um dos principais aspectos que destacam a importância do IFES, *Campus* Itapina, é a sua proposta pedagógica, que integra ensino, pesquisa e extensão. Isso permite que os estudantes não apenas adquiram conhecimentos teóricos, mas também desenvolvam habilidades práticas essenciais para sua atuação profissional. O *Campus* capacita jovens e adultos, promovendo a inclusão social e contribuindo para a formação de uma mão de obra qualificada (Caliari, 2020).

Além disso, o IFES, *Campus* Itapina, se envolve ativamente com a comunidade, realizando projetos de extensão que visam atender às demandas locais. Essas iniciativas não apenas beneficiam os moradores da região, mas também proporcionam aos estudantes a oportunidade de aplicar o que aprenderam em sala de aula, em situações reais. Essa interação fortalece o vínculo entre a instituição e a comunidade, promovendo um ambiente de aprendizado colaborativo.

Outro ponto relevante é o impacto social que o IFES, *Campus* Itapina, gera ao oferecer acesso à educação pública e gratuita. Isso é especialmente importante em regiões onde as oportunidades educacionais podem ser limitadas. Através do seu trabalho, o *Campus* contribui para a redução da desigualdade social, permitindo que mais pessoas tenham acesso ao conhecimento e possam melhorar suas condições de vida.

Em resumo, o IFES, *Campus* Itapina, é uma peça-chave na formação educacional e social da região. Sua dedicação à educação de qualidade, ao desenvolvimento comunitário e à inclusão social reflete seu compromisso em transformar vidas e construir um futuro melhor para todos (Caliari, 2020).

2.3 Políticas e ações implantadas para o controle populacional e guarda responsável de cães e gatos no *Campus* Itapina

Os animais por séculos foram companheiros do homem, serviram nas atividades laborais, para alimento, no transporte, para diversão, tendo sido por muito tempo considerados seres inferiores e sem qualquer direito. Essa visão tem se alterado tanto judicialmente como socialmente, porém, ainda necessitam de uma maior conscientização para que transformações necessárias ocorram. Com relação aos cães, ao surgimento desta espécie e suas funções, pode-se extrair suas concepções da citação de Guilloux (2011, p. 30):

A ligação entre o ser humano e o cão (*Canis lupus familiars*) se estende a aproximadamente 15.000 anos, sendo uma das relações entre ser humano e animal mais antigas. Essa relação pode ter se iniciado quando seres humanos e lobos dividiram o mesmo espaço e posteriormente os humanos iniciaram a seleção de animais mais dóceis e úteis na caça e defesa de território, dando origem ao cão moderno. A partir de então, os cães passaram a auxiliar na caça e com a fixação do homem à terra, nas atividades de pastoreio e guarda. Atualmente, o convívio do ser humano com cães e gatos é um fenômeno de caráter global e configura-se com um dos mais estreitos e intensos vínculos entre espécies. A intensidade dessa relação repercute de forma importante sobre a saúde das pessoas e dos animais, impactando decisivamente o meio ambiente.

O abandono de animais domésticos, principalmente cães e gatos, nas grandes e pequenas cidades, tem se tornado uma problemática para o planejamento ambiental e por esse motivo merece ser observado não apenas pelo Poder Público, mas pela sociedade como um todo, uma vez que, ambos possuem deveres para com estes e fazem parte de um sistema interdependente.

O IFES, *Campus Itapina*, está localizado às margens da BR-259, onde animais são frequentemente abandonados. O aumento descontrolado no número de animais de procedência desconhecida circulantes no *Campus* representa um risco constante à saúde e integridade física de alunos e servidores e gera transtornos de ordem administrativa, pedagógica e sanitária. Diante deste contexto, o *Campus* instituiu, em 2019, o Programa Institucional “Patinhas Felizes”, passando à sua responsabilidade o monitoramento de toda esta situação, e cujos objetivos são promover saúde pública e bem-estar animal através do controle sanitário de cães e gatos, com maior atenção às doenças de potencial zoonótico, o controle populacional de animais errantes e a educação da comunidade escolar sobre saúde e guarda responsável de animais.

Como medidas de controle sanitário o programa realiza assistência veterinária, vermiculação, vacinação antirrábica e contra as principais doenças que acometem cães e gatos, banhos periódicos e controle de ectoparasitos. Como manutenção da população realiza-se o controle do cio, a castração e o estímulo à adoção. Como medidas educativas trabalha-se a formação da comunidade acadêmica envolvida referente à guarda responsável e manutenção da saúde em animais de companhia. Esse programa garante o convívio mais seguro com animais que permanecem no *Campus* e reduz significativamente a quantidade de animais circulantes, diminuindo, consequentemente, os riscos de transmissão de zoonoses, de modo que as ações propostas pelo programa devem ser sistemáticas e contínuas.

Apesar do abandono de animais ser considerado crime e a denúncia legitimada pelo artigo 32 da Lei Federal nº 9.605 de 1998 (Lei de Crimes Ambientais) (Brasil, 1998) e pelo artigo 164 do Código Penal (Brasil, 2017a), essa é uma prática muito frequente que dificulta as ações de combate às zoonoses pelos órgãos competentes.

As zoonoses são doenças que acometem os animais e podem ser transmitidas naturalmente ao homem pelo convívio com os mesmos através de contato direto ou por vetores como carapatos e mosquitos. Algumas zoonoses, como raiva, febre maculosa, leishmaniose, leptospirose e outras, constam na relação de doenças, agravos e eventos em saúde pública de notificação compulsória adotadas em legislação nacional (Brasil, 2016, 2017b, 2023a). A notificação compulsória é obrigatória a todos os profissionais de saúde, e também, aos responsáveis por organizações e estabelecimentos públicos e particulares de saúde e de ensino (Brasil, 1975). Portanto, como instituição de ensino, há necessidade de prezar pela saúde de estudantes, servidores e demais integrantes da comunidade escolar, bem como, comunidades no entorno.

O programa “Patinhas Felizes”, considerando os relatos de acidentes por mordedura provocados por animais errantes no *Campus*, e que a vacinação antirrábica de cães e gatos tem como foco a proteção da saúde humana e é atualmente a única vacina animal preconizada e normatizada pelo Ministério da Saúde para uso no serviço público, como controle de zoonoses no país, vem realizando tal procedimento anualmente, nos animais errantes, imediatamente ao aparecimento no *Campus*. O controle parasitário é indispensável à prevenção da escabiose (sarna), larva migrans cutânea (bicho geográfico) e larva migrans visceral, que são importantes zoonoses parasitárias, e cuja infecção humana ocorre pelo contato com o animal, no caso da sarna, ou com ambiente contaminado com ovos de *Ancylostoma brasiliensis* e *Toxocara sp.* eliminados nas fezes de cães e gatos.

Outro fator preocupante é a infestação por ectoparasitos, especialmente carapatos, o que se agrava pela presença de capivaras nas matas ao entorno do *Campus* Itapina e nas margens do Rio Doce, as quais albergam carapatos, que podem ser hospedeiros naturais da *Rickettsia rickettsi* (bactéria causadora da febre maculosa) e da *Borrelia burgdorferi* (bactéria causadora da Doença de Lyme). Os animais errantes transitando livremente pelo *Campus* podem levar os carapatos para o ambiente escolar.

A castração como método de controle populacional limita consideravelmente a procriação indesejada e elimina os estados de excitação dos machos reduzindo a incidência de brigas e prevenindo acidentes por mordeduras.

O trânsito de animais errantes nas unidades de produção animal compromete a biossegurança, uma vez que podem disseminar doenças que comprometem desde o índice produtivo e reprodutivo dos plantéis, até a saúde dos consumidores dos produtos de origem animal oriundos da agroindústria deste *Campus*.

Considerando os pontos acima relatados, o programa assumiu em 2019 o compromisso de vacinação antirrábica dos animais abandonados no *Campus*; as ações foram fomentadas com a atuação de estudantes dos cursos técnicos e de graduação, apoiados por servidores e moradores, e orientados pela Médica Veterinária do *Campus*. Foram introduzidos também o controle parasitário, o controle de cães e o estímulo à adoção, a imunização contra Leptospirose, e ações de controle da Leishmaniose.

“Patinhas Felizes” teve seu surgimento em agosto de 2015, inicialmente organizado por um grupo de servidores, e com a proposta para disponibilizar os cães abandonados no *Campus* para adoção. Mas para viabilizar as adoções era preciso garantir a sanidade dos animais. Tais ações foram reestruturadas como Projeto Pedagógico de Ensino e aprovadas pelo Conselho de Gestão em agosto de 2016 e pela Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA) em outubro do mesmo ano.

Nesse contexto e considerando a relevância da ação, “Patinhas Felizes” foi instituído pelo *Campus* Itapina como Programa de Desenvolvimento Institucional pela Portaria 251, de 06 de setembro de 2019 (Anexo A), e posteriormente pela Portaria 278, de 29 de dezembro de 2023 (Anexo D), como forma de sistematizar e ampliar ações que vinham sendo executadas desde 2015, com a premissa de atender à demanda de controle sanitário e populacional de animais errantes presentes no *Campus* Itapina, reduzindo significativamente os riscos de transmissão de doenças de potencial zoonótico pela presença dos mesmos no ambiente escolar (IFES, 2019).

As entidades parceiras do programa “Patinhas Felizes” desempenham um papel crucial na promoção do bem-estar de cães e gatos, oferecendo um suporte integral que vai além do simples cuidado diário. Estas organizações colaboram fornecendo recursos essenciais, como alimentos de alta qualidade, medicamentos, e instalações adequadas para a recuperação e adoção dos animais. Além disso, elas participam ativamente em campanhas de conscientização sobre a importância da saúde animal e práticas responsáveis de adoção. A sinergia entre o programa “Patinhas Felizes” e suas entidades parceiras não só melhora a qualidade de vida dos animais assistidos, mas também fortalece a rede de apoio para resgates e cuidados contínuos, promovendo um ambiente mais seguro e saudável para os pets em situação de vulnerabilidade. O Quadro 1 apresenta os colaboradores/parceiros do programa “Patinhas Felizes”.

Quadro 1. Colaboradores e parceiros do Programa Institucional “Patinhas Felizes”, IFES, Campus Itapina.

Instituição	Ações desenvolvidas
Assistência Médica Animal (AMA)	Atendimento clínico especializado e cirurgias
Cãolatina	Disponibilização de abrigo e disponibilização de caixas de transporte para animal
Casa das Rações	Doação de medicamentos e ração
Clinvet Petshop	Desconto na aquisição de medicamentos
Confraria dos Cães e Gatos Abandonados de Colatina	Divulgação de animais disponíveis para adoção nas redes sociais e doação de insumos
Centro de Controle de Zoonoses	Vacinação antirrábica, exames para diagnóstico de leishmaniose

Fonte: IFES (2019).

O programa “Patinhas Felizes”, realiza uma série de atividades essenciais para promover o bem-estar de cães e gatos, com um enfoque abrangente e inovador. Entre as ações destacadas estão as campanhas de adoção responsável, onde animais resgatados são cuidados e preparados para encontrar lares amorosos. Além disso, o programa oferece clínicas veterinárias gratuitas ou a preços acessíveis, proporcionando exames, vacinas e tratamentos médicos necessários para garantir a saúde dos pets. Para financiar a castração e vacinação de animais em situação de vulnerabilidade, o programa desenvolve e vende doces caseiros, cuja renda é inteiramente destinada a essas causas. Também são promovidos eventos de conscientização e educação sobre cuidados animais, ajudando a formar uma comunidade mais informada e engajada na proteção dos pets. Com essas iniciativas, o programa não só oferece assistência direta aos animais necessitados, mas também fomenta uma cultura de responsabilidade e carinho, essencial para a construção de um ambiente mais seguro e saudável para cães e gatos. A Figura 2 demonstra algumas atividades realizadas pelo programa.

Adquira suas Havaianas Pet e ajude animais abandonados (sob encomenda)

Valor: R\$ 40,00

Tamanhos: 26/27 a 39/40

A



Modelos infantis e masculinos podem ser consultados diretamente conosco

RIFA EM PROL DE ANIMAIS ABANDONADOS

B

1º Prêmio
Bolsa em corda de algodão
@sandra_piloni_atelie



2º Prêmio
Kit Avon



3º Prêmio
Garrafa Tupperware 1 litro



Valor: R\$ 2,00

Sorteio: Adiado para 20/05/2024

Pix: brunarsoares@yahoo.com.br



C



D



E



F

Figura 2. Atividades desenvolvidas pelo programa “Patinhas Felizes” para promover o bem-estar de cães e gatos, no IFES, *Campus Itapina*. A) Vendas de materiais personalizados; B) Rifas; C) Promoção de eventos; D) Banhos; E) Adoção responsável; F) Vacinação.

Fonte: Autoria de Bruna Raasch Soares, coordenadora do Programa Institucional “Patinhas Felizes”, e da pesquisa em pauta (2024).

2.4 Consequências do abandono de animais domésticos para a sociedade e o meio ambiente

Questões sociais e de saúde pública precisam ser tratadas para garantir uma convivência harmoniosa entre humanos e animais. A conscientização, por meio de iniciativas governamentais, visa abordar e reduzir essa problemática, orientando os tutores sobre a adoção responsável. Os animais que vivem nas ruas são resultado de diversos fatores, como dificuldades financeiras, mudanças ou viagens de seus tutores, e doenças, além daqueles que nascem de animais em situação de rua. Como resultado do abandono, esses animais enfrentam maus-tratos, riscos de infecções e transmissão de doenças, agressões, podendo também se envolver em acidentes de trânsito (Muraro; Alves, 2014; Lima, 2015).

Quando um tutor decide adotar ou doar um animal de estimação, geralmente recorre às redes sociais para comunicar suas intenções. O mesmo ocorre quando um tutor perde seu animal ou quando ele foge de casa. No entanto, como essas plataformas não são especializadas, as informações acabam se tornando descentralizadas, o que pode resultar em experiências negativas para os usuários.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que existem cerca de 10 milhões de gatos e 20 milhões de cães abandonados no Brasil (Scheffer, 2018; Lima *et al.*, 2020; Queiroz *et al.*, 2020; Silva *et al.*, 2021; Santos; Sanches, 2022). Pesquisa realizada por Alves *et al.*, em 2013, destacou como principal motivo para abandono dos animais os problemas comportamentais, traduzidos naqueles que representam perigo ou geram transtornos no ambiente doméstico. Outros motivos incluem a falta de tempo, mudança de casa, fatores econômicos e nascimento de filho. Além do sofrimento que esses animais enfrentam, o abandono gera sérios problemas de saúde pública, já que podem transmitir zoonoses como raiva, esporotricose, leishmaniose e leptospirose. Ademais, há questões como acidentes de trânsito e ataques a pessoas (Oliveira; Lourenço; Belizario, 2016; Santos; Sanches, 2022).

O perfil dos animais abandonados nas ruas brasileiras é bem definido: a maioria é composta por cães e gatos sem raça definida, os conhecidos vira-latas. Vale destacar que o problema do abandono não se limita ao Brasil; a World Veterinary Association (WVA) estima que haja cerca de 200 milhões de cães abandonados no mundo, com a questão sendo mais prevalente em países com menos recursos (CFMV, 2022).

Com a crescente cobertura da mídia sobre os maus-tratos e o abandono de animais domésticos, evidenciam-se grandes disparidades na resolução desse problema no Brasil em comparação com países como os Estados Unidos ou a Suíça, que possuem legislações eficazes para a proteção animal. A tutela responsável desses animais é frequentemente negligenciada, resultando em muitos cães abandonados nas ruas (Souza, 2014).

De acordo com a Sociedade Mundial de Proteção Animal (WSPA), cerca de 75,0% dos cães no mundo vivem nas ruas (Souza, 2014). Isso evidencia uma falha no gerenciamento dessa população pela sociedade, com sérias implicações tanto para a saúde pública quanto para o bem-estar animal. A superpopulação resulta de diversos fatores, incluindo o abandono e a falta de controle da natalidade. Uma cadela com um sistema reprodutivo saudável pode gerar aproximadamente 108 filhotes ao longo de sua vida média de 10 anos; considerando que metade deles sejam fêmeas, esse número pode chegar a impressionantes 5.832 cães. O mesmo fenômeno ocorre com os gatos (Souza, 2014).

Muitas pessoas que adotam ou compram animais não assumem a responsabilidade de controlar a reprodução desordenada, resultando, frequentemente, no abandono desses animais nas ruas, sem qualquer preocupação com seu destino. A atitude correta nesses casos seria a esterilização ou castração do animal. Mesmo que a pessoa decida cuidar dos filhotes de uma gestação, é inviável manter todos eles em um só lugar.

Além disso, abandonar um animal na rua caracteriza maus-tratos, conforme prevê a Lei Federal nº 9.605/1998 (Brasil, 1998). Ao deixá-lo para trás, a pessoa assume o risco de que o animal não encontre alimento, seja atropelado, contraia doenças ou até se envolva em brigas com outros animais, podendo se ferir gravemente ou até morrer. Os animais têm direitos inerentes à sua natureza. Embora não tenham personalidade jurídica, possuem o direito à vida garantido por estatutos e normas legais.

Apesar dos avanços na legislação e melhorias na justiça brasileira, os animais ainda sofrem com a indiferença humana, sendo vistos como seres de pouca relevância jurídica. As leis existem, mas a aplicação de punições aos infratores é ainda bastante fraca. Além disso, falta uma política efetiva de conscientização sobre a guarda responsável desses animais. Para que os direitos dos animais sejam finalmente reconhecidos, é fundamental superar a visão antropocêntrica predominante e tratá-los como seres vivos dignos de respeito, e não como objetos ou recursos ambientais.

No ano de 2013, único censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a respeito de animais domésticos, estimou-se 52,2 milhões o número de cães e 22,1 milhões o número de gatos em lares brasileiros (IBGE, 2015). Esse dado é relevante porque, embora muitos considerem os animais como parte da família, a ideia de tratá-los como coisas ainda persiste. Essa visão pode ter causas e consequências desastrosas. São diversas as causas e consequências que resultam do abandono de animais, o que demanda uma atenção maior tanto do Poder Público quanto da sociedade. Na Figura 3 está representada a proporção de animais domésticos por região no Brasil.

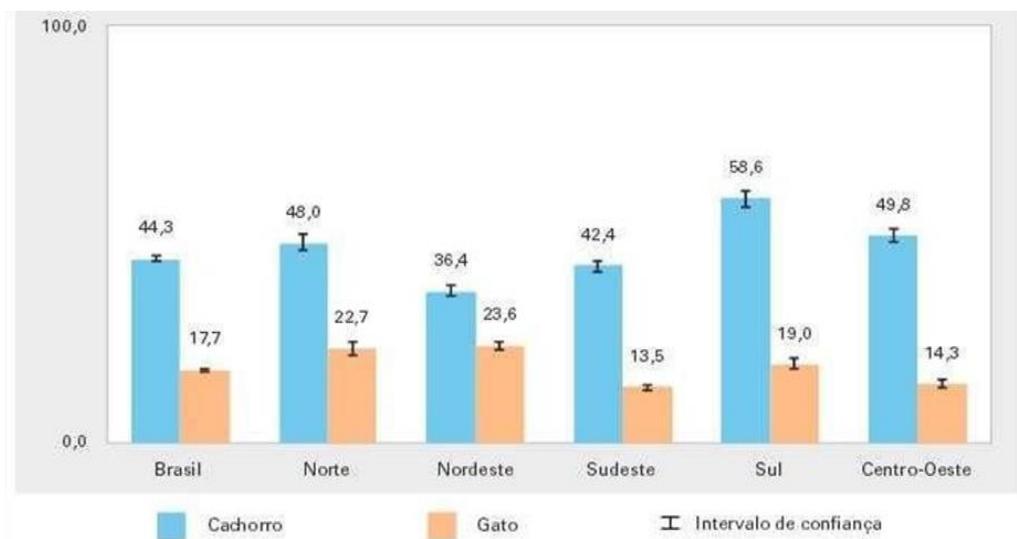


Figura 3. Gráfico da proporção de animais domésticos no Brasil e suas regiões, no ano de 2013.

Fonte: IBGE (2015).

Os animais domésticos fazem parte da fauna urbana e, quando criados inadequadamente ou abandonados, podem gerar problemas que impactam tanto os seres humanos quanto os animais silvestres. Uma das consequências do abandono está ligada não apenas à saúde do animal, que possui proteção jurídica, mas também à saúde dos humanos e da fauna silvestre, conforme garantido pela Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). Estes atos, portanto, ferem a dignidade, a vida e a saúde do meio ambiente como um todo, do qual o ser humano é parte integrante, afetando negativamente esses direitos.

Outra questão relevante decorrente do abandono é o surgimento de animais ferais, que impactam diretamente a fauna urbana e algumas espécies silvestres. Os cães ferais são aqueles que se tornam asselvajados, ou seja, que voltam a um estado em que não são mais domesticáveis e possuem uma grande capacidade de sobrevivência e reprodução. Esses animais ferais caçam, são caçados, predam aves, répteis e anfíbios, além de representarem uma ameaça para as pessoas e serem transmissores de doenças. Ademais, o animal doméstico abandonado pode se tornar feral e alterar o ecossistema. Essa consequência deve ser levada em consideração, pois um único ato – o abandono – pode gerar diversas implicações (Veloso, 2016).

2.5 Doenças transmitidas por animais e medidas de prevenção na saúde pública

A biosseguridade é fundamental em qualquer cadeia produtiva, pois é essencial para preservar a saúde dos animais e reduzir os riscos de contaminação e disseminação de agentes infecciosos. Por definição, biosseguridade refere-se a um conjunto de procedimentos técnicos que visam, de forma direta e indireta, prevenir, minimizar ou controlar os desafios enfrentados na produção animal em relação aos agentes patogênicos. As medidas implementadas devem estar totalmente integradas e alinhadas com seus executores, funcionando em perfeita harmonia (Pinheiro, 2014).

Animais errantes podem ser fontes de infecções por diversos patógenos, como vírus, bactérias, protozoários e fungos. Muitas vezes, esses animais são abandonados após o surgimento de doenças. O surgimento de enfermidades é amplamente reconhecido como uma grave ameaça à biodiversidade e à saúde humana. A globalização e a conversão da terra resultaram em um convívio sem precedentes entre espécies selvagens, humanos e animais domesticados em comunidades biológicas antes não afetadas. Isso frequentemente leva à exposição cruzada de agentes patogênicos entre espécies, contribuindo para o aumento do surgimento de novos agentes infecciosos (Gomes *et al.*, 2022).

Conforme apontado por Vasconcellos (2010), o termo zoonose etimologicamente significa “doença animal”. Segundo a OMS, zoonoses são doenças ou infecções naturalmente transmissíveis entre animais vertebrados e seres humanos. Ao mencionar que zoonoses podem ser doenças ou infecções, a OMS indica que infecções latentes podem ocorrer; ou seja, os animais vertebrados podem ser portadores que hospedam e eliminam os agentes etiológicos das doenças transmissíveis sem apresentar sinais clínicos (Vasconcellos, 2010).

As zoonoses existem desde a pré-história, no entanto, foi no período neolítico, por volta de 8.000 A.C., que as condições para a transmissão entre vertebrados e humanos se tornaram mais propensas devido à domesticação dos animais e à formação de aldeias. A propagação dessas doenças se intensificou na Idade Média, especialmente nas cidades medievais dentro dos castelos, onde a concentração de pessoas, alimentos e resíduos favorecia a presença de animais indesejados (Vasconcellos, 2010).

No contexto das doenças zoonóticas, os reservatórios podem ser humanos, ambientais ou animais (Carneiro; Antunes, 2005). Assim, “zoonoses são enfermidades que afetam os animais e podem ser transmitidas aos seres humanos” (Velho, 2010, p. 1). Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), há aproximadamente 10 milhões de gatos e 20 milhões de cães abandonados no Brasil. Nas grandes cidades, a proporção é de um cão para cada cinco habitantes, sendo que 10,0% desses animais estão em situação de abandono (Faraco; Seminotti, 2004; Scheffer, 2018; Lima *et al.*, 2020; Queiroz *et al.*, 2020; Silva *et al.*, 2021; Santos; Sanches, 2022).

Em várias cidades do Brasil, muitos animais circulam livremente pelas ruas e praças, sejam eles errantes ou acompanhados por seus responsáveis. Durante a defecação, esses animais podem contaminar o solo com formas infectantes de endoparasitas (Guimarães *et al.*, 2005), tornando-se potenciais transmissores de zoonoses.

O aumento na adoção de animais de estimação tem elevado o número de pessoas em risco de contrair zoonoses. As crianças representam o grupo mais vulnerável devido ao hábito de brincar no chão e à prática da geofagia, além de andarem descalças e se deixarem abraçar, lamber e morder por seus pets (Capuano; Rocha, 2005).

De acordo com Lima *et al.* (2010), a proximidade entre humanos e seus animais de estimação é um fator preocupante, pois o contato direto pode facilitar a transmissão de doenças. Portanto, é fundamental implementar medidas que evitem que essa convivência se torne um risco à saúde.

A partir das observações de tais conteúdos, enfatiza-se que atualmente se trabalha muito sobre o conceito da Saúde Única, abordagem que preza por uma perspectiva preventiva e sustentável, com esforço colaborativo multidisciplinar (setores, disciplinas e comunidades), em diferentes níveis da sociedade, para garantir saúde ótima para o homem, os animais e o meio ambiente. A Saúde Única é a política pública que visa a promover o bem-estar e enfrentar ameaças à saúde e aos ecossistemas (Witt; Bertoti; Warnavin, 2024). Para o Governo Federal,

Saúde Única é uma abordagem dada à saúde pública, com uma visão ‘global multisetorial, transdisciplinar, transcultural, integrada e unificadora, que visa equilibrar e otimizar de forma sustentável a saúde de pessoas, animais e ecossistemas’. Reconhece que a saúde de humanos, animais domésticos e selvagens, plantas e o meio ambiente (incluindo ecossistemas) estão intimamente ligados e são interdependentes (Brasil, 2023b).

Entre vários aspectos, a Saúde Única aborda a necessidade coletiva de água limpa, energia, ar, alimentos seguros e nutritivos, agindo sobre as mudanças climáticas e contribuindo para o desenvolvimento sustentável (Soares, 2020).

No presente, as zoonoses apresentam alta incidência em países em desenvolvimento. Coincidemente, essas regiões enfrentam um crescimento populacional significativo em grandes centros urbanos e condições precárias de qualidade de vida. Fatores sociais e econômicos favorecem a propagação e manutenção dessas doenças. Além disso, problemas ambientais como a deficiente qualidade do saneamento básico agravam a ocorrência das zoonoses e dificultam seu controle (Langoni, 2004; Vasconcellos, 2010).

Cerca de 150 doenças zoonóticas são conhecidas presentemente, algumas das quais têm grande relevância para a saúde pública. Exemplos incluem raiva, leptospirose, toxoplasmose, leishmaniose e larva migrans visceral e cutânea (Langoni, 2004).

Em condições normais, a transmissão ocorre principalmente de animais para humanos. Geralmente, as zoonoses são transmitidas de um animal para outro, afetando o ser humano de forma accidental. O caminho que o agente infeccioso percorre até o ambiente é denominado via de eliminação e pode ocorrer por meio do trato respiratório e digestivo, além de urina, fezes, sangue, pele, mucosas e secreções (Waldman, 1998).

As zoonoses podem ser transmitidas por animais silvestres e domésticos. A contaminação pode envolver vetores e a interação com o meio ambiente. Por essa razão, alimentos de origem animal e vegetal desempenham um papel significativo na propagação dessas infecções (Langoni, 2004).

Cães e gatos são essenciais na vida humana, ocupando lugares especiais em nossas famílias e corações. Eles trazem benefícios à saúde física, mental e emocional das pessoas ao reduzir estresse, frequência cardíaca e pressão arterial; melhorar o humor; favorecer o aprendizado; aumentar os níveis de colesterol bom; fortalecer a imunidade; aliviar depressão e solidão; e facilitar relacionamentos interpessoais – tudo isso contribui para uma melhor qualidade de vida (Velho, 2010).

No entanto, para que se possa conviver saudavelmente com os pets, é fundamental adotar cuidados indispensáveis. Existem mais semelhanças do que diferenças em relação aos animais, o que pode permitir que patógenos consigam afetar tanto humanos quanto animais. Dessa forma, “as zoonoses resultam de uma complexa interação entre patógeno, hospedeiro e ambiente”, podendo ser transmitidas por animais domésticos ou silvestres e seus parasitas (Velho, 2010, p. 1). Essas infecções raramente causam óbito mas podem resultar em alergias, diarréias, anemias e custos com diagnósticos e tratamentos além de perdas econômicas devido à redução da produtividade (Vasconcellos; Barros; Oliveira, 2006). Ademais, representam riscos significativos para pessoas imunocomprometidas se os cuidados adequados não forem tomados (Velho, 2010).

Animais domésticos como cães e gatos fazem parte do dia a dia e podem ser fontes de doenças infecciosas e parasitárias. Essas doenças podem ser transmitidas por bactérias, parasitas ou vírus e possuem diferentes modos de transmissão (Velho, 2010). Segundo a Organização Mundial da Saúde (BVS, 2024), aproximadamente 60,0% das enfermidades infecciosas que afetam os humanos têm origem animal; globalmente, essas doenças representam 62,0% da lista de notificações compulsórias. Cães e gatos estão associados à transmissão de várias enfermidades como raiva, leptospirose, toxoplasmose e esporotricose.

Considerando que a transmissão dessas doenças tende a aumentar em contextos precários – caracterizados pela falta de informação adequada, infraestrutura deficiente e higiene insuficiente dos alimentos e da água – é vital manter cães e gatos afastados de possíveis focos contaminantes para preservar a saúde de homens, mulheres, crianças e pets. A seguir são citadas algumas das zoonoses transmitidas por cães e gatos (Vasconcellos, 2010; Velho, 2010).

a) Raiva: é uma encefalite progressiva e aguda com uma taxa de mortalidade próxima a 100,0%. A transmissão da raiva em humanos ocorre através da saliva e secreções de animais infectados, como cães e gatos, tornando crucial estar atento a mordidas e arranhões de pets não vacinados. Em cães e gatos, o vírus é eliminado pela saliva entre dois a cinco dias antes do surgimento dos sintomas clínicos, e a morte do animal infectado geralmente acontece uma semana após o início dos sinais clínicos. Quando um cão ou gato morde uma pessoa, o vírus entra diretamente na corrente sanguínea e se espalha pelo corpo, afetando o sistema nervoso e provocando distúrbios, aumento da salivação, febre e irritabilidade. A forma mais eficaz de prevenção é a vacinação.

b) Leptospirose: é uma doença sistêmica aguda provocada pela bactéria do gênero *Leptospira*, frequentemente encontrada em roedores. Durante períodos de chuvas e em áreas com baixa infraestrutura, o risco de infecção aumenta devido ao acúmulo de lixo, fezes e urina nas vias públicas. Por isso, é essencial vacinar os pets para evitar que eles entrem em contato com esses fatores e desenvolvam leptospirose. A bactéria pode entrar no corpo humano através de feridas, mucosas ou pele exposta à água contaminada por longos períodos. O período entre a exposição inicial e o surgimento dos sintomas pode variar de um a 30 dias, levando a febre, vermelhidão ocular, náuseas, dor de cabeça, cansaço e dor nas panturrilhas. O tratamento deve ser conduzido com orientação médica, e a vacinação é a melhor forma de prevenir a doença em animais.

c) Toxoplasmose: é causada pelo protozoário *Toxoplasma gondii*, com felinos como hospedeiros definitivos, e os demais mamíferos, incluindo o ser humano, podendo se infectar. A transmissão para cães, gatos e humanos ocorre por meio de carne crua de animais infectados, água contaminada e contato direto com fezes de gatos infectados e na fase de eliminação de oocistos. Embora a toxoplasmose seja frequentemente associada a gatos, cães também podem ser afetados, apresentando sintomas semelhantes, como febre, falta de apetite, tremores e letargia. Cozinhar bem as carnes, lavar adequadamente frutas e vegetais e manter a higiene das mãos após manusear a caixa de areia do gato são medidas importantes para a prevenção.

d) Esporotricose: é uma zoonose que ocorre mais frequentemente em gatos, mas também pode ser transmitida a cães e humanos pelo contato com o fungo *Sporothrix schenckii*, encontrado em solo, plantas ou em gatos com esporotricose. Cascas de árvores, vegetação, palhas, farpas e terra são locais comuns onde o fungo pode estar presente. Se um pet com feridas abertas entrar em contato com esses fungos, ele pode se infectar. Os sintomas em animais podem variar e incluir lesões na pele, apatia, vômitos, diarreia e sangramentos. Em humanos, os sinais incluem febre, lesões na pele, falta de ar e tosse. O tratamento deve ser conduzido com antifúngicos sob a orientação de um profissional competente.

e) Ancilostomíase: em humanos, é uma dermatite causada pela migração das larvas de ancilostomídeos provenientes de cães e gatos selvagens, como *Ancylostoma braziliensis*, *A. caninum* e *A. tubaeforme*. Conhecida também como dermatite serpiginosa ou "bicho geográfico", essa condição é mais prevalente em regiões tropicais e subtropicais. A infecção ocorre quando humanos entram em contato com áreas contaminadas por fezes de cães e gatos. O aumento da população de cães e gatos nos ambientes humanos contribui para a disseminação da doença. A ancilostomíase pode ser tratada com medicamentos antiparasitários, como mebendazol, albendazol e pirantel, e em casos de anemia, é recomendada a ingestão de ferro e uma dieta rica em proteínas e vitaminas.

f) Sarna sarcóptica: conhecida também como escabiose, é uma dermatopatia parasitária causada pelo ácaro *Sarcoptes scabiei* var. *hominis*. Este ácaro pertence ao filo Arthropoda, classe Arachnida, ordem Acari e família Sarcoptidae, e é responsável por infecções em diversos animais domésticos, como cães, gatos, equinos, ovinos, caprinos, bovinos, coelhos e roedores. A principal forma de transmissão para humanos é o contato direto com animais infectados, mas também pode ocorrer através de materiais contaminados ou objetos de higiene. O tratamento é feito com antiparasitários, como ivermectina por via oral, ou com cremes ou loções escabicidas, como a permetrina a 5,0%.

g) Leishmaniose Visceral: é uma zoonose de evolução crônica, com acometimento sistêmico e, se não tratada, pode levar a óbito até 90,0% dos casos. É transmitida ao homem pela picada de fêmeas do inseto vetor infectado, denominado flebotomíneo e conhecido popularmente como mosquito palha, asa-dura, tatuquiras, birigui, dentre outros. No Brasil, a principal espécie responsável pela transmissão é a *Lutzomyia longipalpis*.

A prevenção dessas doenças é realizada pelo Sistema Único de Saúde (SUS), vinculado ao Ministério da Saúde, e também por programas relacionados ao Ministério do Meio Ambiente, que promovem campanhas de imunização e orientações sobre o manejo adequado de animais domésticos e silvestres. Ao aumentar a conscientização sobre os riscos diretos e indiretos associados à transmissão das zoonoses, sejam elas comuns ou incidentais, e ao priorizar cuidados com animais domésticos e sinantrópicos que podem ser transmissores, além de adotar práticas que inibam a proliferação de vetores, pode-se reduzir a ocorrência dessas doenças aos seres humanos. Assim, os animais deixarão de ser vistos como "vilões" na disseminação das enfermidades (Gomes *et al.*, 2022).

2.6 A legislação brasileira de proteção aos animais e a lei de crimes ambientais

As leis e regulamentos específicos que visam proteger os direitos dos animais no Brasil enfatiza a ideia de proteção e cuidado, abrangendo não apenas a legislação, mas também políticas públicas e iniciativas sociais, além de explorar a evolução da legislação ao longo do tempo e como ela se relaciona com questões contemporâneas de bem-estar animal (Gordilho; Sturza, 2020).

A possibilidade de os animais não humanos serem representados em juízo no ordenamento jurídico brasileiro é antiga, tendo em vista que o Decreto nº 24.645/34 em seu artigo 2º, parágrafo 3º (Brasil, 1934), dispõe que os animais serão assistidos em juízo pelos representantes do Ministério Público, seus substitutos e os membros das sociedades protetoras de animais. Essa normativa foi mantida no texto constitucional de 1988, que consignou entre as funções institucionais do Ministério Público a proteção ao meio ambiente (Brasil, 2016; Gordilho; Sturza, 2020).

Os animais são seres indefesos e, principalmente, os domésticos e domesticados dependem exclusivamente dos humanos para sobreviverem, por isso há a necessidade de haver uma proteção jurídica sólida, onde as pessoas que maltratam animais devem ser punidas com mais rigor, pois as normas em vigor no nosso ordenamento jurídico relativas aos maus-tratos dos animais são tímidas e com frequência descumpridas. A Declaração Universal dos Direitos dos Animais foi proclamada pela Organização Educacional Científica e Cultural das Nações Unidas (UNESCO) em sessão realizada em Bruxelas, na Bélgica, em 27 de janeiro de 1978 (UNESCO, 1978). O citado documento afirma que todos os animais nascem iguais diante da vida, e têm o mesmo direito à existência. Logo, os animais não humanos têm direito ao respeito, a atenção, aos cuidados e a proteção do homem, não sendo lícito, portanto, exterminar, explorar, maltratar e praticar atos cruéis em face dos animais em hipótese alguma. A Constituição Federal (Brasil, 1988) é a fonte primária das normas do Direito Animal, pois dela se extraem a regra da proibição da crueldade contra animais e os princípios da dignidade animal, da universalidade, da primazia da liberdade natural, da educação animalista.

A proteção ao meio ambiente está resguardada pela Constituição Federal da República em seu artigo 225, cujo caput dispõe:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (Brasil, 1988, p. 25).

Para que este dispositivo seja obedecido, estabelece o parágrafo 1º, inciso VII, do artigo 235, que é dever do Poder Público “proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade” (Brasil, 1988, p. 25).

A sua proteção é matéria de competência comum dos entes do poder público, que devem atuar de modo a “preservar as florestas, a fauna e a flora”, conforme é o teor contido no inciso VII do artigo 23 da Constituição (Brasil, 1988, p. 6). O Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002) também regulamenta a proteção aos animais, considerando-os como coisa, isto é, como um objeto semovente enquadrado no artigo 82 que dispõe: “São móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social” (Brasil, 2002, p. 7).

O Brasil tem várias leis que protegem os animais, incluindo leis que estabelecem o bem-estar dos animais domésticos, leis que proíbem a utilização da fauna silvestre e leis que punem os maus-tratos.

A Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967 (Brasil, 1967), em seu Art. 1º, relata que,

Os animais de quaisquer espécies, em qualquer fase do seu desenvolvimento e que vivem naturalmente fora do cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais são propriedades do Estado, sendo proibida a sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha (Brasil, 1967, p. 1).

O Distrito Federal deu um passo significativo na proteção animal com a sanção da Lei nº 7.535/2024 (Brasil, 2024), que reconhece os animais não humanos como seres sencientes, passíveis de dor e sofrimento, garantindo-lhes a tutela jurisdicional em caso de violação de seus direitos. O reconhecimento dos animais não humanos como seres sencientes, capazes de experimentar dor e sofrimento, é um avanço significativo na compreensão ética e jurídica da relação entre seres humanos e outras espécies. A senciência implica a capacidade de sentir e sofrer, o que confere aos animais um *status* moral e jurídico que vai além da mera consideração utilitária. Este reconhecimento é fundamentado em amplos estudos científicos que demonstram a complexidade emocional e cognitiva dos animais. Pesquisa em neurociência, etologia e psicologia animal confirma que muitos animais possuem sistemas neurológicos e comportamentais que lhes permitem experimentar uma gama de emoções e sensações, incluindo dor e sofrimento. Assim, a senciência não é apenas uma questão de consciência teórica, mas uma realidade comprovada pela ciência. Compreender os animais como seres sencientes leva à necessidade imperiosa de garantir seus direitos e proteger seu bem-estar. Em muitos países, o sistema jurídico tem começado a reconhecer que a proteção dos animais deve ir além das considerações sobre o tratamento ético, estendendo-se ao reconhecimento formal de seus direitos e à aplicação de leis específicas para garantir sua proteção. A tutela jurisdicional para os animais é um conceito emergente que visa assegurar que seus direitos sejam respeitados e protegidos. Isso inclui a criação de legislações que proíbam o abuso, a negligência e a exploração dos animais, além da implementação de mecanismos legais que possibilitem a reparação em caso de violação desses direitos. A existência de leis que reconhecem a senciência dos animais e garantem sua proteção é fundamental para a construção de uma sociedade que valorize e respeite todas as formas de vida.

2.7 A situação dos animais na Legislação brasileira: o papel do município na proteção e bem-estar dos animais domésticos

É de suma importância discutir as normas e regulamentos específicos que afetam os direitos dos animais, bem como a proteção que eles recebem.

A descentralização do Estado e a municipalização da administração de políticas públicas no Brasil têm sido tópicos frequentes nas discussões políticas e acadêmicas nos últimos anos. A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988, p. 1), em seu artigo 204, informa que a “descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades benfeitoras e de assistência social”. Conforme a Constituição Federal de 1988, a descentralização e a municipalização da administração de políticas públicas são essenciais para promover o desenvolvimento regional e assegurar a participação popular na gestão pública. Nesse contexto, a Constituição determina que os municípios são responsáveis pela prestação de serviços públicos fundamentais, como saúde, educação, assistência social e transporte. Conforme estabelece a Constituição Federal em seu artigo 23, inciso VI, é competência comum dos municípios “proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas” (Brasil, 1988, p. 1). Desse modo, o texto constitucional determina que é responsabilidade municipal legislar sobre essa questão e

assegurar que as normas sejam cumpridas. Além disso, cabe aos municípios fornecer serviços e estruturas adequadas para atender às necessidades dos animais, assim como promover fiscalização e aplicação da legislação referente ao controle populacional de animais abandonados, abrigo para esses animais e incentivar educação e conscientização entre os munícipes. Os municípios também exercem um papel fundamental na proteção e bem-estar dos animais domésticos através da implementação e fiscalização de leis que visam garantir cuidados adequados aos animais, além da prevenção de abusos e maus-tratos. Essas legislações podem incluir requisitos para registro de animais, vacinação, controle populacional e medidas protetivas em caso de desastres naturais. Uma das principais maneiras de proteger os animais domésticos é por meio da legislação municipal, que deve estabelecer regras claras sobre o manejo adequado desses seres. Isso abrange normas sobre guarda responsável, proibição de maus-tratos, punição aos infratores, obrigatoriedade de vacinação e castração, entre outras ações.

No município de Colatina-ES existe um centro de zoonoses que realiza recolhimento de animais de rua, e que possui um lugar adequado para receber os animais enfermos, vítimas de maus-tratos e acidentes de trânsito.

Celebrar e proteger os animais é o objetivo da Lei Municipal 7.023/2022 (Colatina, 2022), aprovada pelo município de Colatina-ES. Esta lei é uma importante iniciativa para a proteção animal no município de Colatina, contribuindo para a preservação da biodiversidade local e para a promoção da cultura de respeito aos direitos dos animais, além de reforçar o compromisso do município com a saúde e bem-estar animal.

A proteção e o bem-estar dos animais domésticos dependem significativamente da atuação dos municípios, que desempenham um papel crucial na promoção de uma convivência harmoniosa entre seres humanos e animais. Além de contribuir para a prevenção do abandono, do sofrimento e da violência contra esses seres, os municípios são responsáveis por assegurar a aplicação eficaz das leis e regulamentos voltados para o bem-estar animal. Embora a responsabilidade pela proteção dos animais seja compartilhada entre todos os níveis de governo, é no âmbito municipal que se concretizam muitas das políticas públicas, garantindo que as normas sejam implementadas e respeitadas em cada jurisdição (Simões, 2019).

Os municípios desempenham um papel ativo na criação e execução de leis e regulamentos locais que visam garantir o bem-estar dos animais, como a implementação de programas de castração, a fiscalização de condições de abrigos e a promoção de campanhas de adoção responsável. Além disso, os municípios são responsáveis por coordenar serviços essenciais, como abrigos e centros de atendimento veterinário, que são vitais para o cuidado dos animais em situação de vulnerabilidade. A atuação municipal não se limita apenas à aplicação de leis existentes, também envolve a criação de políticas inovadoras e a adaptação das estratégias de proteção animal às necessidades específicas de cada comunidade (Simões, 2019).

Programas educativos voltados para a conscientização da população sobre o cuidado responsável com os animais e o combate à crueldade são exemplos de iniciativas que os municípios podem promover para criar uma cultura de respeito e proteção. Além disso, a colaboração entre as autoridades municipais, organizações não governamentais e a comunidade, é essencial para o sucesso das políticas públicas relacionadas ao bem-estar animal. Parcerias com Organizações Não Governamentais (ONGs) que atuam na proteção e promoção dos direitos dos animais podem fortalecer as ações locais e ampliar o impacto das iniciativas municipais. Ao assumir a responsabilidade pela proteção dos animais domésticos, os municípios não apenas garantem o cumprimento das leis e regulamentos, mas também contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e compassiva. A presença ativa dos municípios na proteção e bem-estar dos animais é crucial para assegurar que todos os

seres vivos sejam tratados com dignidade e respeito, promovendo uma convivência mais equilibrada e harmoniosa entre humanos e animais. É essencial lembrar que a proteção e o bem-estar dos animais domésticos são responsabilidades compartilhadas por todos. Cada pessoa tem um papel importante em assegurar que os animais recebam tratamento digno e respeitoso. A conscientização e a educação ambiental desempenham papéis cruciais na transformação da cultura de abandono e maus-tratos contra os animais (Brasil, 1988; Severino, 2023).

3 MATERIAL E MÉTODOS

3.1 Desenvolvimento da pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA), do Instituto de Agronomia, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), no município de Seropédica, estado do Rio de Janeiro, no período de fevereiro/2023 a fevereiro/2025.

3.2 Tipo de pesquisa

A metodologia utilizada nesta pesquisa teve caráter descritivo e abordagem quali-quantitativa.

Para Gil (2002) o caráter descritivo visa o registro, a análise, a classificação e a interpretação dos fatos sem a interferência do pesquisador, tendo como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno. Sendo assim, buscou-se junto ao IFES, *Campus Itapina*, descrever suas características, com abrangência nas concepções e opiniões de seus servidores acerca dos animais abandonados, encontrados no *Campus*.

Segundo Triviños (1987, p. 110), “o estudo descritivo pretende descrever ‘com exatidão’ os fatos e fenômenos de determinada realidade”, de modo que, é utilizado quando a intenção do pesquisador é conhecer determinada comunidade, suas características, valores e problemas relacionados à cultura.

Quanto à natureza, optou-se pelo tipo da pesquisa quali-quantitativa, porque a mesma visa trabalhar em busca da extração dos pensamentos, percepções e interpretações, e no caso desta pesquisa, do conhecimento dos servidores e estudantes do IFES, *Campus Itapina*, sobre a temática proposta; demonstrando ainda, em números, percentuais e gráficos, os dados gerados a partir deste conhecimento. Fonseca (2002, p. 20) comentou que “a utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente”.

Gil (2002) observou que o uso da abordagem qualitativa promove o estudo minucioso da investigação das questões vinculadas ao objeto em estudo e seus relacionamentos, por meio do expressivo contato direto do pesquisador com o fenômeno estudado, na busca do que era comum, mas com a percepção para novas descobertas de conceitos e pensamentos individuais com significados múltiplos. Minayo (2009) observou que uma pesquisa qualitativa se ocupa do universo dos significados, das interpretações, das relações e das representações.

Silva e Menezes (2001) afirmaram que a pesquisa quantitativa considera que tudo pode ser quantificável, ou seja, consegue-se explicar em números, opiniões e informações, para classificá-las e analisá-las. Fonseca (2002, p. 20) esclareceu que a pesquisa quantitativa se centra na objetividade, considerando que a realidade só é compreendida através da análise de dados brutos, tais como, instrumentos padronizados e neutros. Também observou, que a pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática, para descrever fenômenos, relações entre variáveis, entre outros.

Ainda se lançou mão do procedimento metodológico de questionário. De acordo com Michel (2009, p. 64) coletar dados é observar a vida real, e os procedimentos “são instrumentos utilizados para coletar dados e informações, visando à análise e à explicação de aspectos teóricos estudados. [...] essenciais para a fidelidade, qualidade e completude da pesquisa”.

3.3 Locus da pesquisa

A pesquisa foi realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES), *Campus* Itapina, município de Colatina, estado do Espírito Santo (Figura 4). O Instituto localiza-se na região sudeste do país, e possui uma área de extensão de 3.155.025 m², com 74.507 m² de área construída, conforme consta no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) (Pires, 2020; SPIUnet, 2024).



Figura 4. Imagem aérea do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES), *Campus* Itapina, município de Colatina, estado do Espírito Santo.

Fonte: Autoria de Matheus de Paula Gomes (2024).

3.4 Sujeitos participantes

Caracterizou-se como participantes desta pesquisa, um conjunto de 93 indivíduos, assim distribuídos: 72 discentes oriundos dos cursos de graduação existentes no *Campus* Itapina – Cursos de Bacharelado em Zootecnia (27) e Agronomia (24), e Cursos de Licenciatura em Pedagogia (16) e Ciências Agrícolas (5), com idades entre 18 a 42 anos, sendo 19 do sexo masculino e 53 do sexo feminino; e, 21 servidores – técnicos administrativos (10), docentes (7) e colaboradores terceirizados (4), com idades entre 26 a 62 anos, sendo oito do sexo masculino e 13 do sexo feminino; todos lotados no IFES, *Campus* Itapina. A amostragem foi feita por conveniência.

3.5 Coleta dos dados

Para a coleta de dados foi utilizado questionário semiestruturado, aplicado eletronicamente aos participantes da pesquisa, composto por 16 questões, sendo nove fechadas e sete mistas (abertas e fechadas) (Apêndice A), que versaram sobre a temática da pesquisa, assim sintetizadas: vínculo do participante com o Instituto Federal de Educação,

Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, *Campus* Itapina; participação na gestão administrativa e/ou acadêmica; posse de animais de companhia em casa e com acesso livre ou não às ruas; visualização e frequência de observação de animais errantes no *Campus*; conhecimento de pessoas que cuidam dos animais no *Campus*; origem dos animais; sentimento ao ver os cães e gatos abandonados; responsabilidade pelo animais; conhecimento de ataques, mordeduras e transmissão de doenças para humanos e animais; e, parecer sobre os cuidados ofertados pela comunidade acadêmica e pelo programa “Patinhas Felizes” aos animais presentes. A abordagem dos sujeitos se deu através de convite individual enviado por e-mail, contendo a apresentação da proposta da pesquisa e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndices B e C). Aos sujeitos concordantes foi enviado um link da plataforma Google Forms^(R) (Google, 2024), para acesso ao questionário. Para obtenção dos e-mails dos discentes e servidores, foi solicitado à Diretoria de Ensino do IFES, *Campus* Itapina, autorização para acesso aos dados no sistema acadêmico. A aplicação do questionário, desde a abertura na plataforma até sua devolução, foi fixada em um período de dois meses. O questionário foi avaliado e aprovado pela Comissão de Ética em Pesquisa do IFES, *Campus* Itapina (Anexo B).

3.6 Tratamento dos dados

Para as questões fechadas, os dados obtidos foram trabalhados em planilhas, tabelas e gráficos, para melhor visualização e compreensão, utilizando o software Excel® (Microsoft 365, 2024). Para as questões mistas, onde as respostas abertas foram mais diversificadas, dando aos participantes a chance de responder em suas próprias palavras, as respostas foram separadas em variáveis por proximidade de temáticas, distribuídas em tabelas, e interpretadas de acordo com a experiência do autor e abordagens literárias.

3.7 Termos de Consentimentos

Todas as informações dos egressos participantes, obtidas através da aplicação do questionário, foram utilizadas apenas para esta pesquisa, sendo o sigilo assegurado, e o consentimento fornecido a partir da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice C). A pesquisa só teve início após o Consentimento de Anuência da Instituição (Anexo C).

3.8 Aspectos éticos

Esta pesquisa foi submetida à Comissão de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES), sendo aprovada sob o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) nº 76392623.5.0000.5072, e ficando estabelecido que a mesma atende aos princípios éticos e está de acordo com a resolução 466/2012, que regulamenta os procedimentos de pesquisa envolvendo seres humanos (Anexo B) (Brasil, 2013).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste segmento são apresentados os resultados da pesquisa e sua discussão, buscando estabelecer o contexto e a relevância da temática “Ações institucionais e educativas para o controle populacional e guarda responsável de cães e gatos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, *Campus Itapina*”, além de contemplar os objetivos propostos.

As respostas obtidas pelo questionário aplicado aos participantes da pesquisa foram disponibilizadas graficamente quando fechadas, e quando abertas, analisadas em conjunto por variáveis aproximadas das temáticas, apresentando as mais representativas em cada questão, e oferecendo ao pesquisador oportunidade de inferir sobre os dados verbais mais simbólicos, tecendo interlocuções com outros autores que fundamentam teoricamente o conteúdo. As contribuições trazidas pelos participantes da pesquisa foram elementos-chave que muito contribuíram para o desenvolvimento desta investigação.

4.1 Vínculo com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, *Campus Itapina*

Iniciando a pesquisa, os participantes foram questionados sobre *Qual é seu vínculo com o IFES, Campus Itapina*. A Figura 5 demonstra graficamente as respostas ofertadas.

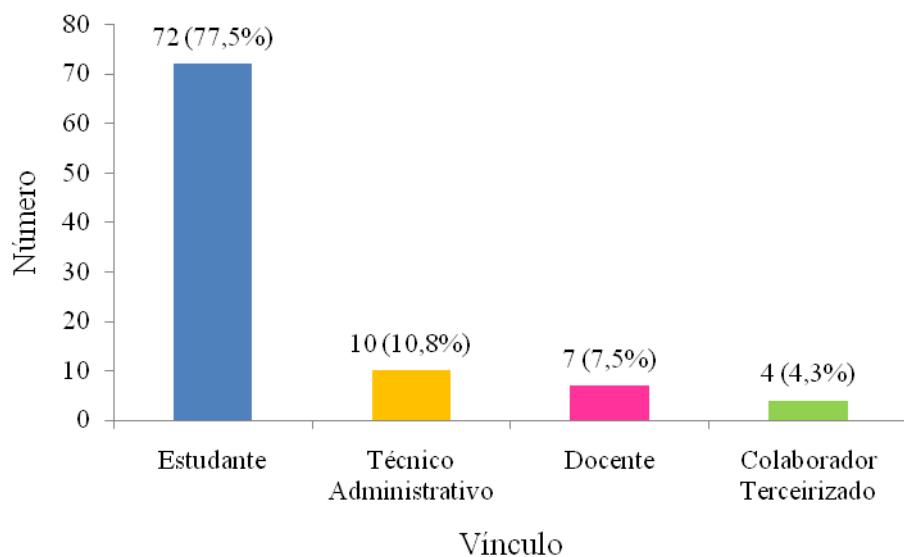


Figura 5. Número absoluto e relativo de participantes da pesquisa, e seu vínculo com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, *Campus Itapina*.
Fonte: Autoria da pesquisa (2024).

De acordo com os dados obtidos, ficou estabelecido que 72 (77,5%) dos participantes eram estudantes e 21 (22,6%) eram servidores (docentes, técnicos administrativos e colaboradores terceirizados), todos do IFES, *Campus Itapina*. Esta constatação serviu para demonstrar que a pesquisa teve um público variado dentro do instituto, o que foi pretendido desde o envio dos questionários, e que serviu para validar ainda mais a proposta, pois trabalhou-se com atores sociais pertencentes a classes distintas, não se limitando apenas a um grupo-alvo (estudantes). Ainda o número de participantes (tamanho amostral) foi fundamental para ofertar uma maior confiabilidade à pesquisa.

Segundo Blanco e Castro (2007), um número pequeno de participantes em pesquisas, geram questionamentos sobre sua verdadeira representatividade/credibilidade, o que não aconteceu nesta pesquisa, onde a taxa de resposta ao questionário foi de 100,0%, representando uma excelente taxa de participação, e o equivalente a todos os indivíduos convidados (n = 93).

Para Malterud, Siersma, e Guassora (2016), um grande número de participantes é necessário quando se visa um estudo extenso, em que se busca cobrir amplamente as variações de determinado fenômeno. Rego, Cunha e Meyer Jr. (2018) salientaram que a dimensão do tamanho amostral é um elemento essencial que transmite confiabilidade e rigorosidade a uma pesquisa.

Ainda estes autores, comentaram a importância do tamanho de uma amostra, ao citar o seguinte exerto:

Durante o processo de revisão de um artigo qualitativo numa publicação internacional, os autores deste texto foram confrontados com um revisor anônimo que insistia que, naquele tipo de investigação, ele mesmo nunca usava menos de 100 entrevistas. [...] as boas revistas são cada vez mais exigentes. É preciso, pois, aumentar a quantidade na dimensão da amostra (Rego, Cunha e Meyer Jr., 2018, p. 4).

Para diversos autores esta visão está errada. Eles esclarecem que uma pesquisa não deve se preocupar com representatividade numérica, pois o número de participantes não pode ser determinado *a priori*, mas depende da qualidade das informações, da profundidade, do grau de coerência ou divergências obtidas ao longo do processo de coleta de informações. Em exemplo, na abordagem qualitativa o objetivo é produzir informações aprofundadas e ilustrativas que não dependem do tamanho da amostra (Deslauriers, 1991; Duarte, 2002; Minayo, 2017).

Em que pese a opinião dos autores citados, nesta pesquisa acredita-se que o maior número de participantes pode influenciar numa melhor qualidade e credibilidade dos resultados. Portanto, assim explica-se o tamanho amostral utilizado, principalmente quando se entende que quanto maior a amostra, maior a chance de obter resultados mais representativos.

Em tempos atuais, o fator amostral é um dos critérios para aceitação e publicação em revistas científicas. Uma pesquisa onde o tamanho amostral é pequeno, provavelmente será rejeitada por consultores/editores. Estes não irão considerar esta pesquisa como confiável e representativa. Rego, Cunha e Meyer Jr. (2018, p. 4) traduzem o comentado, ao reportar que “se a amostra é pequena, o estudo não é válido – e, no limite, não pode ser considerado científico”.

4.2 Participação na gestão administrativa e/ou acadêmica do instituto

A seguir foi perguntado aos participantes da pesquisa: *Se for docente ou técnico administrativo, você faz parte da gestão administrativa e/ou acadêmica?* As respostas estão ilustradas na Figura 6.

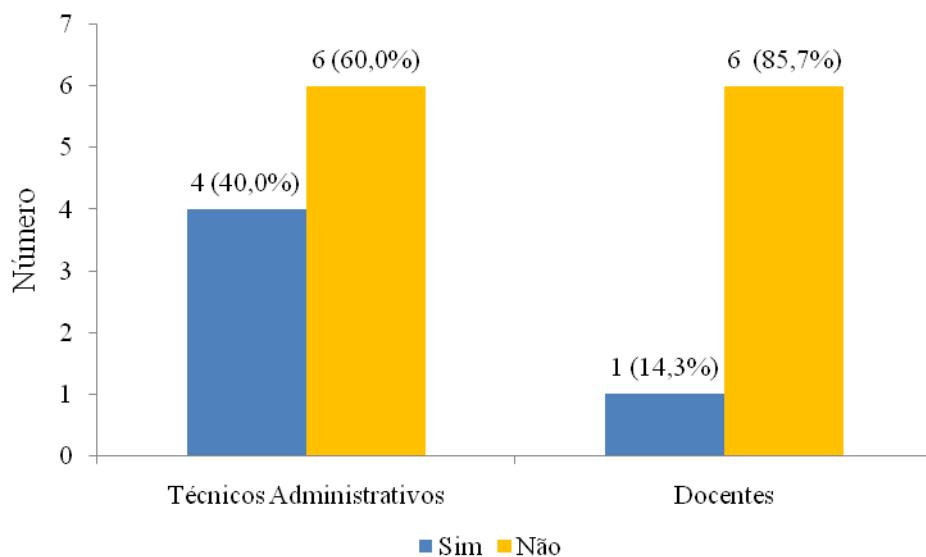


Figura 6. Número absoluto e relativo de participantes da pesquisa, que são técnicos administrativos e docentes, e que fazem parte da gestão administrativa e/ou acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, *Campus Itapina*.
Fonte: Autoria da pesquisa (2024).

Esta questão teve como intuito, esclarecer mais profundamente como é realizado o controle e guarda responsável de cães e gatos no IFES, *Campus Itapina*; e, como são as políticas de ações implantadas. Acredita-se que estando presentes na gestão administrativa e/ou acadêmica do instituto, estes servidores poderiam responder a estes questionamentos com mais conhecimento, do que os estudantes e colaboradores terceirizados.

Do somatório total de docentes e técnicos administrativos ($n = 17$) que responderam a essa questão, 5 (29,4%) afirmaram que sim, que faziam parte da gestão administrativa e/ou acadêmica do instituto.

Vandresen e Freitas (2024) observaram que ao se comentar sobre gestão administrativa e/ou acadêmica deve-se ter em mente tudo aquilo que acontece dentro da escola, desde as atividades de merendeira até as do diretor. Para eles, as obrigações do gestor incluem conhecimentos básicos de gerenciamento em recursos humanos, financeiros, materiais, estruturais, além dos aspectos que envolvem o pedagógico da escola.

Os gestores são profissionais que atuam em instituições de ensino e são responsáveis pela gestão da instituição e pela interação com todo o ecossistema educacional nas áreas administrativa e de ensino. É responsável por diversas tarefas que proporcionam uma experiência única para os alunos e a instituição educacional como um todo. Os gestores são responsáveis pela gestão da instituição, por meio de práticas gerenciais, decisões e ações que viabilizam o alcance dos objetivos organizacionais (Magalhães *et al.*, 2017). Também precisam ter capacidade para refletir sobre as necessidades e os objetivos da instituição (Cervigiciele; Souza, 2013).

Frente ao exposto, entendeu-se como mencionado anteriormente, que docentes e técnicos administrativos presentes na gestão administrativa e/ou acadêmica da instituição pudessem alicerçar ainda mais os objetivos específicos desta pesquisa, sobre controle e guarda responsável de cães e gatos e políticas de ações no instituto.

4.3 Animais de companhia em domicílios

Aos participantes da pesquisa foi perguntado: *Você tem cão e/ou gato como animal de companhia em casa?* As respostas estão ilustradas na Figura 7.

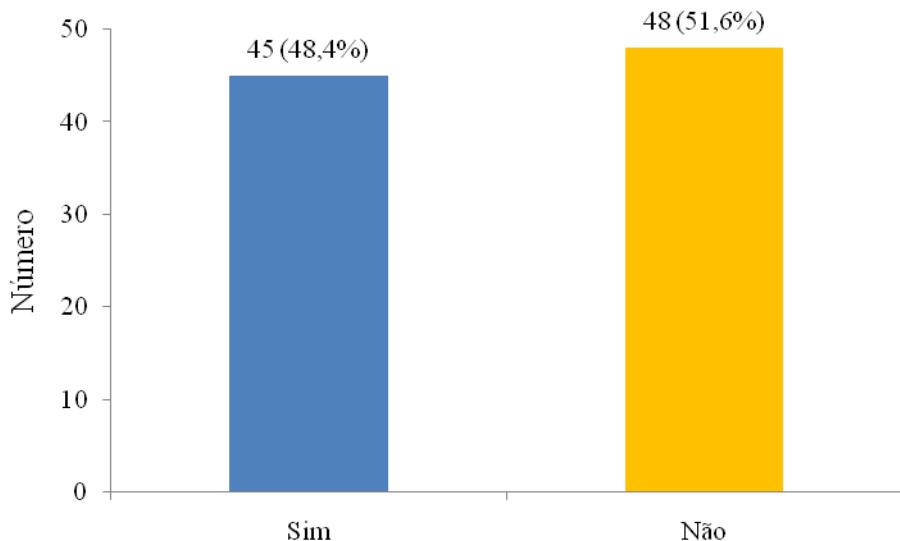


Figura 7. Número absoluto e relativo de participantes da pesquisa (discentes, docentes, técnicos administrativos e colaboradores terceirizados), que mencionaram ter ou não cão/gato como animal de companhia em casa. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, *Campus Itapina*.

Fonte: Autoria da pesquisa (2024).

Analizando as respostas oferecidas pelos participantes da pesquisa, identifica-se uma leve vantagem (3,2%) entre aqueles que não possuem cão ou gato como animal de companhia em casa, frente aqueles que possuem.

De acordo com Giumelli e Santos (2016), a questão de não ter cão ou gato como animal de estimação passa por preconceito, principalmente aos gatos, dificuldades (limpeza das fezes, educar para comportar, destruir objetos etc.), transmissão de zoonoses, alergias ao pelo, angústia, sofrimento e depressão pela morte ou desaparecimento do animal, falta de tempo, custos com cuidados, riscos de receber mordidas e desenvolvimento de fobias por animais (Costa *et al.*, 2009; Miranda, 2011). Provavelmente esteja dentro destes fatos citados, o não possuir animal de companhia, relatado pelos participantes.

Ao contrário, para Giumelli e Santos (2016), a questão de possuir cão ou gato de estimação, se traduz pelo companheirismo, alegria, carinho, amizade, pelo amor incondicional aos seus donos, pela cura de doenças, mudanças no comportamento pessoal, recurso para tratamentos físicos (Garcia, 2009) ou psicológicos (Silva; Marisco, 2018). O autor ainda comentou que possuir um animal de estimação pode estar ligado à infância, na qual esses indivíduos conviveram com eles, influenciando nas suas necessidades e comportamentos, portanto no decorrer da vida continuar criando animais de estimação é algo familiar.

Atualmente, segundo o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal (SINDAN, 2022), o país possui 58,1 milhões de cães e 27,1 milhões de gatos. O Brasil está em terceiro lugar no ranking mundial de população de cães e gatos, atrás dos Estados Unidos e China. O Sindicato estimou em cerca de 53,0% o percentual de domicílios brasileiros possuidores de cães e gatos; assim divididos, 44,0% de cães e 21,0% de gatos (SINDAN, 2022).

4.4 Animais com acesso livre às ruas

Dando prosseguimento à questão anterior, perguntou-se aos participantes da pesquisa: *Se você tem cão ou gato como animal de companhia em casa, o seu animal tem acesso livre às ruas?* As respostas são demonstradas na Figura 8.

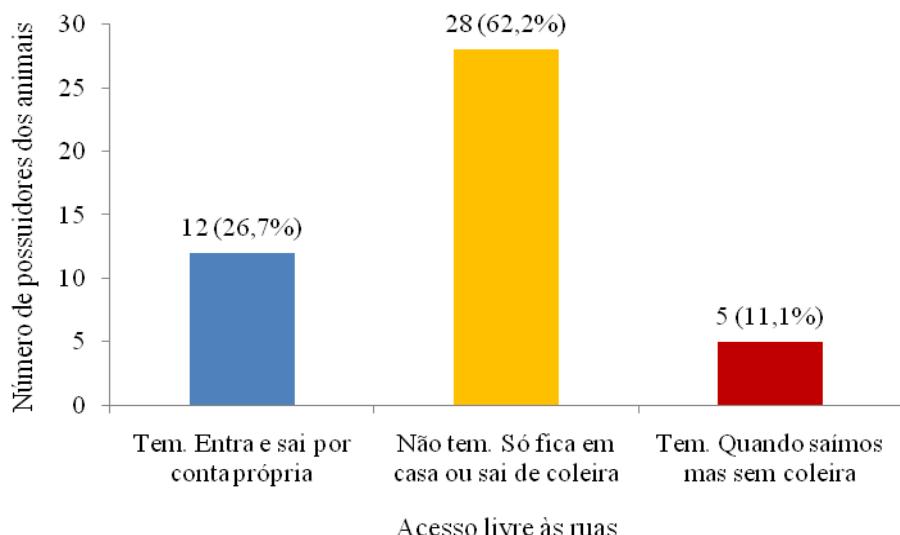


Figura 8. Número absoluto e relativo de participantes da pesquisa (discentes, docentes, técnicos administrativos e colaboradores terceirizados), que informaram ter cão ou gato como animal de companhia em casa, e se seu animal tem acesso livre às ruas. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, *Campus Itapina*.
Fonte: Autoria da pesquisa (2024).

Observando as respostas dispostas na figura, percebe-se que a maioria dos possuidores de cães e gatos mantém seus animais dentro de casa, somente saindo à rua com coleira. Outros tantos (37,8%; n = 17) afirmaram que seus animais tem acesso livre à rua, saindo ou entrando quando querem, ou ao sair sem coleira. É assustador observar que tal número de participantes deixam seus animais soltos na rua; principalmente ao se analisar o nível de escolaridade dos atores. Nesta pesquisa, dos 17 participantes que mencionaram deixar seus animais (cães e gatos) soltos na rua, 14 eram alunos, um era docente, um técnico administrativo e um servidor terceirizado, e certamente passaram por conteúdos relacionados às complicações advindas da exposição de animais soltos em suas formações acadêmicas, entre elas, aquisição de doenças e atropelamentos,.

Moreira de Paula *et al.* (2018) chamaram atenção para o risco que animais com acesso livre à rua podem oferecer. Segundo o autor, estes animais podem ter contato com outros animais de rua, se predispondo à doenças parasitárias e levando patógenos e parasitos para dentro de casa; e que doenças como raiva, leishmaniose e toxoplasmose podem ser transmitidas para seus donos e demais familiares. De acordo com Almosny e Massard (1999) ectoparasitos presentes nos animais podem atuar como vetores de enfermidades sistêmicas, e ser transmitidos ao ser humano, desencadeando dermatites parasitárias (Loureiro; Hagiwara, 2007).

Para Johnston, Root Kustritz e Olson (2001), animais livres estão aptos a se reproduzirem sem controle, aumentando o risco de abandono, crescimento da população de animais de rua e, por consequência, os riscos à saúde humana.

Animais soltos à rua podem ser perder, isso acontece porque, fora de casa, seu animal fica exposto a diversos perigos, podendo ser perseguido por outros animais e levado para longe de casa, além de contrair doenças, sofrer acidentes e ferimentos, maus tratos, e nunca mais retornar para casa. Animais perdidos podem se transformar em animais errantes, e juntamente com abandonados podem estar fazendo parte das populações presentes nos *campi* acadêmicos.

4.5 Animais no Campus

A Figura 9 evidencia as respostas dos participantes da pesquisa sobre *Você já viu algum animal errante no Campus? Qual (is)?*

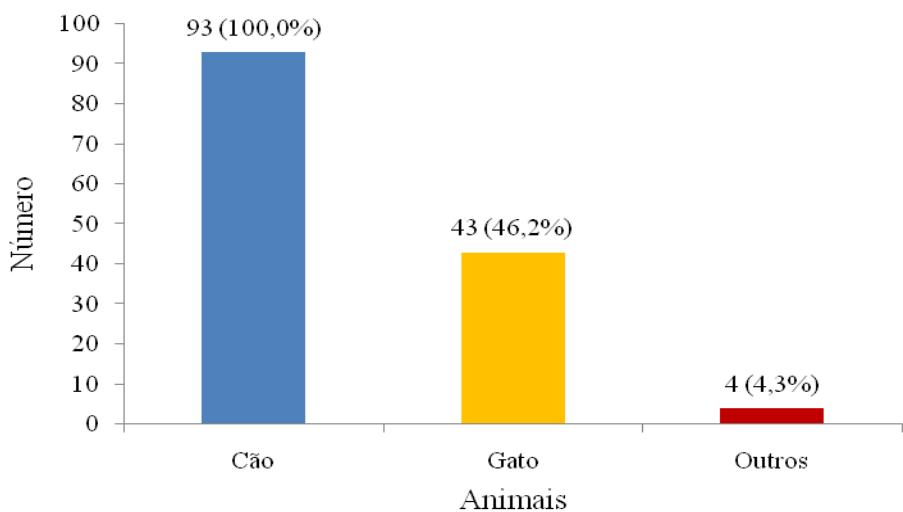


Figura 9. Número absoluto e relativo de participantes da pesquisa (discentes, docentes, técnicos administrativos e colaboradores terceirizados), que mencionaram já ter visto algum animal errante no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, *Campus Itapina**.

* Nesta questão os participantes puderam escolher mais de uma resposta.

Fonte: Autoria da pesquisa (2024).

Analisando as respostas ofertadas pelos participantes da pesquisa com relação a terem visto animal errante no *Campus*, observa-se uma maior confirmação para cães, quando todos os participantes ($n = 93$) mencionaram já ter observado algum. Esta constatação pode ser embasada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) que notificou que o Brasil possui 30 milhões de cães e gatos abandonados, sendo destes, 20 milhões de cães e 10 milhões de gatos (Lima *et al.*, 2020; Queiroz *et al.*, 2020; Silva *et al.*, 2021; Santos; Sanches, 2022); ou seja, o número de cães abandonados é muito superior ao de gatos e provavelmente esse pode ser o motivo da maior observação dos cães no instituto.

Outro motivo que pode explicar uma menor visualização dos gatos, é que eles são animais de hábitos preferencialmente noturnos, tirando o dia para descansar; assim, usam a noite para colocar os seus instintos em prática: marcar território, procurar fêmeas para acasalar e caçar pequenos animais (Costa, 2017; Araujo, 2019). Galaxy e Delgado (2021), em suas pesquisas, informaram que os gatos dormem a maior parte do dia para pouparem energia para caçada nos períodos crepusculares (início da manhã e final de tarde), por isso estão sempre bem ativos à noite.

Os outros animais errantes mencionados pelos participantes da pesquisa como vistos no instituto foram capivaras, lagartos e patos.

4.6 Frequência com que vê cães e gatos no *Campus*

Na Figura 10 e Tabela 1 visualizam-se as respostas dos participantes da pesquisa a respeito da seguinte questão: *Em relação a cães e gatos, com que frequência os vê no Campus? Onde costuma encontrá-los?*

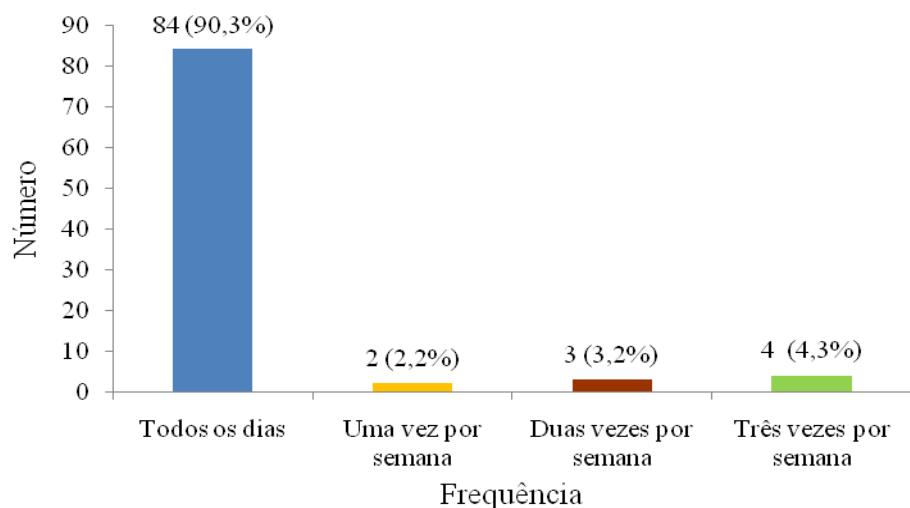


Figura 10. Número absoluto e relativo de participantes da pesquisa (discentes, docentes, técnicos administrativos e colaboradores terceirizados) e frequência com que veem cães e gatos errantes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, *Campus Itapina*.

Fonte: Autoria da pesquisa (2024).

Tabela 1. Respostas dos participantes da pesquisa sobre o local onde costumam encontrar os cães e gatos no *Campus Itapina*, IFES.

Variáveis	Respostas dos participantes	
	Nº	%
Complexo de laboratórios	4	3,6
Corredores	5	4,4
Entrada do <i>Campus</i>	4	3,6
Estacionamento	5	4,4
Frente do prédio Tecnologia da Informação	4	3,6
Pátio	8	7,1
Praça de alimentação	5	4,4
Prédio Administrativo	5	4,4
Prédio Pedagógico	24	21,2
Restaurante	5	4,4
Salas de aula	5	4,4
Setores	4	3,6
<i>Todo o Campus</i>	35	30,9
Total de respostas*	113	100,0

* Consistiu de pergunta aberta, com os participantes respondendo em múltiplas variáveis.

Fonte: Autoria da pesquisa (2024).

Nesta questão os participantes além de informar a frequência com que viam cães e gatos no *Campus*, também indicaram em qual lugar os observavam. “Todos os dias” foi a frequência mais comentada pela maioria dos participantes, atingindo um total de 85 (90,3%) respostas (Figura 10). Quanto aos locais em que mais consumavam encontrá-los, o mais citado foi “Todo o *Campus*”, com 35 (30,9%) respostas (Tabela 1).

A maior frequência de visualização citada – “Todos os dias” – pode significar que muitos animais já fizeram do instituto sua moradia, e por isso são repetidamente observados, também somados ao aumento da população interna pelas ninhadas de animais não castrados e ao constante abandono de animais adultos e filhotes. Segundo Silva, Biondo e Cavalieri (2022, p. 1):

Os cães abandonados são inicialmente recebidos com carinho, alimento e abrigo ao surgirem num *campus* – o que, somado ao ambiente agradável, o torna o lugar ideal para passar os dias. [...] Com o tempo, entendem a rotina do lugar e quem são as pessoas que o frequentam e lhes dão carinho e comida. Com outros cães, aprendem com quem podem formar matilhas e se unem. Estabelecem uma relação de confiança com as pessoas mais assíduas aos *campi* e passam a ter um sentimento de territorialismo, pois percebem que é preciso retribuir àquelas pessoas proporcionando-lhes guarda e proteção.

Quanto aos locais de observação dos animais pelo instituto, vários foram citados, mas uma citação teve maior predominância, por “Todo o *Campus*”. Na Figura 11 pode-se visualizar a presença dos animais distribuídos pelo *Campus* e também pelo “prédio pedagógico”, segundo local mais citado.

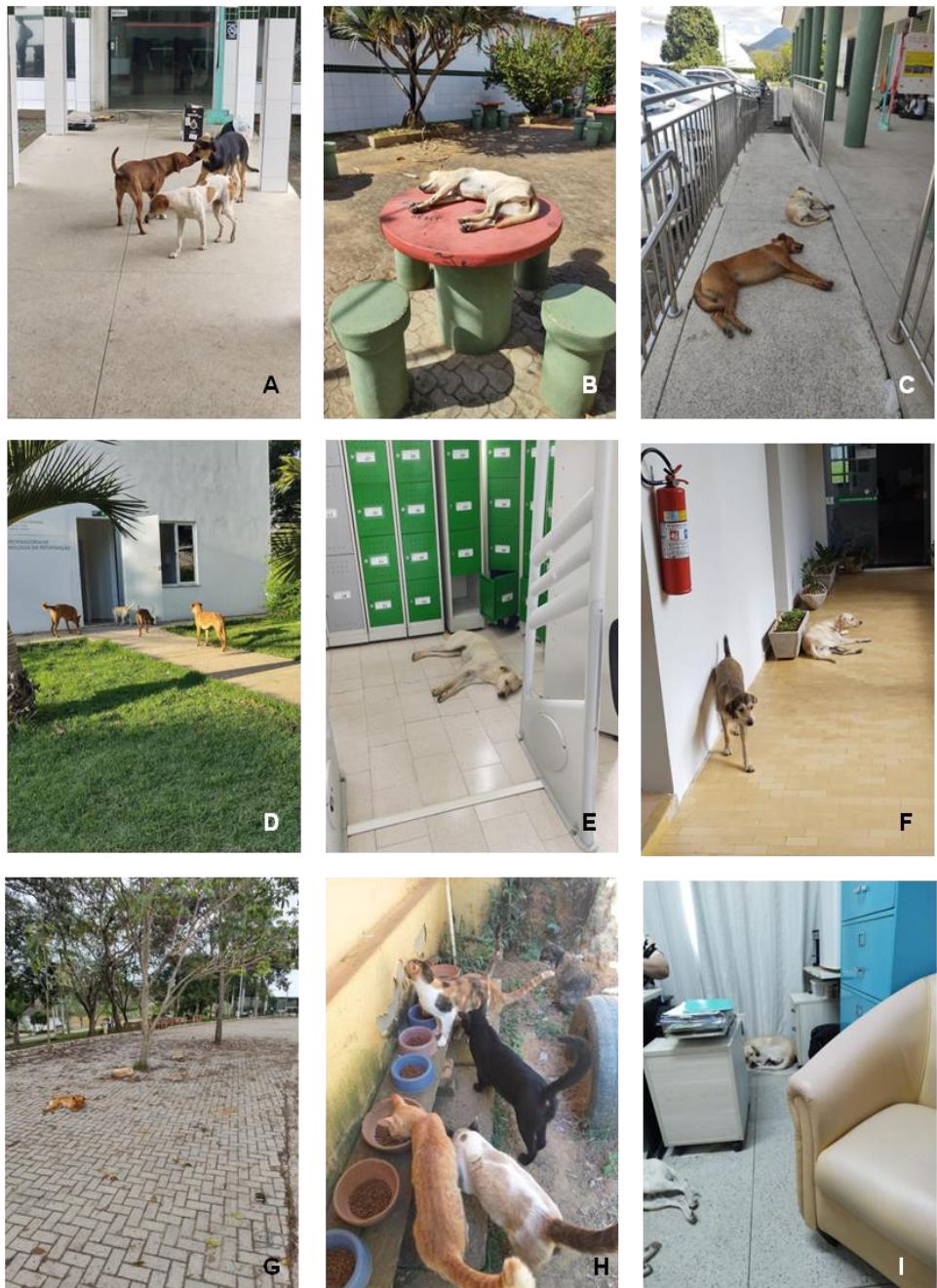


Figura 11. Amostra de animais dispersos por locais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, *Campus Itapina*. A e B) Prédio Pedagógico; C) Coordenadoria de Registro Acadêmico; D) Prédio de Tecnologia de Informação; E) Biblioteca; F) Prédio Administrativo; G) Pátio/Estacionamento; H) Residência do Coordenador da Coordenação Geral de Assitência ao Educando; I) Sala de Psicologia.
Fonte: Autoria da pesquisa (2024).

Para Farraco, Miranda e Guyoti (2017) o abandono de animais em *campi* universitários é um problema crônico, pois iniciativas prestadas pelos administradores não intimidam a prática de tais atos. Os autores comentaram que as dificuldades para controlar ou até reduzir a presença destes animais são muito grandes, pois ali se encontram condições favoráveis para sua permanência, entre elas: fácil acesso e grande oferta de alimento e de água (cantinas e restaurantes).

Oliveira e Oliveira (2023) comentaram que fatores como a grande extensão territorial, grande circulação de pessoas, fontes constantes de água, presença de abrigos, descarte inadequado de resíduos orgânicos e alimentos servidos por pessoas, favorecem a permanência e a multiplicação das populações animais em *campi* universitários. Para os autores:

O abandono é uma das principais causas de aumento do número de animais nos *campi*, sobretudo quando estes possuem grandes extensões territoriais e muitas áreas arborizadas, distantes de olhares da vigilância permanente. Nossa sociedade, ainda com inadequados conhecimentos e atitudes para guarda responsável, entende que nesses espaços há proteção e atenção à saúde, depositando ali animais, na esperança de que serão cuidados por outros (Oliveira; Oliveira, 2023, p. 13).

Outra situação, comentada por Bicalho *et al.* (2021), é que a dificuldade de acesso de pessoas a alguns locais pode criar esconderijos e abrigos para animais, os quais mesmo não sendo adequados, permitem que os animais sobrevivam e se multipliquem em um *campus* universitário, gerando uma superpopulação, que ali permanece por vínculos entre adultos e seus filhotes.

4.7 Cuidados com os animais errantes do *Campus*

Aqui foi realizada uma dupla indagação, onde se perguntou aos participantes da pesquisa *Você sabe se existem pessoas que cuidam dos animais no campus? Como?* As respostas estão ilustradas na Figura 12 e Tabela 2.

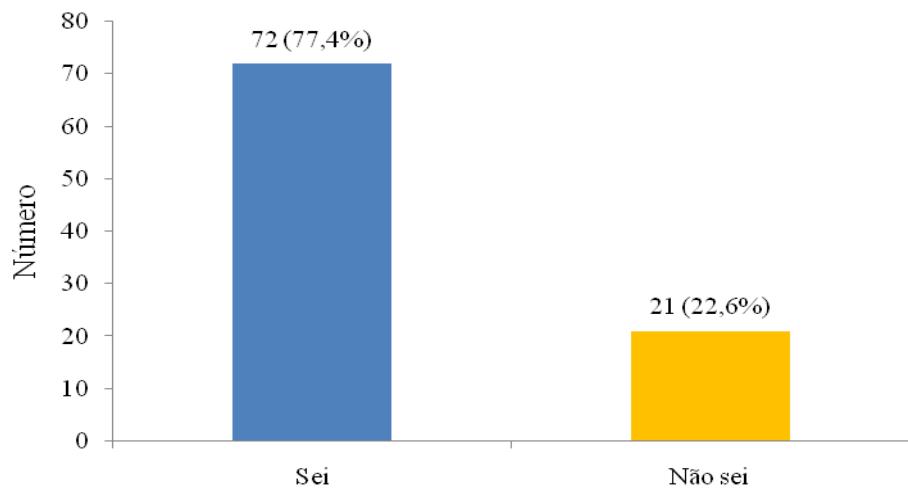


Figura 12. Número absoluto e relativo de participantes da pesquisa (discentes, docentes, técnicos administrativos e colaboradores terceirizados) que declararam saber de pessoas que cuidam de animais errantes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, *Campus* Itapina.

Fonte: Autoria da pesquisa (2024).

Tabela 2. Respostas dos participantes da pesquisa que informaram saber como as pessoas cuidam de animais errantes no *Campus* Itapina, IFES.

Variáveis	Respostas dos participantes	
	Nº	%
Água	77	22,6
Alimentação	78	22,9
Atendimento veterinário	15	4,4
Castração	59	17,3
Medicamentos	46	13,5
Vacinas	66	19,3
Total de respostas*	341	100,0

* Consistiu de pergunta aberta, com os participantes respondendo em múltiplas variáveis.

Fonte: Autoria da pesquisa (2024).

O número de participantes da pesquisa que afirmou saber de pessoas que cuidam de animais no *Campus* foi 72 (77,4%). Esta afirmativa é corroborada pelos dados das Figuras 19 e 20, respectivamente, que informam que 82 (88,2%) participantes da pesquisa entendem que os animais errantes são bem cuidados pela comunidade, e 76 (81,7%) que mencionam que o Programa Institucional “Patinhas Felizes” também realiza tal incubência.

Serrano e Almeida (2019), em levantamento realizado na Universidade Federal Fluminense, estado do Rio de Janeiro, traduzem bem a informação de que a comunidade tem papel relevante no cuidar de animais errantes presentes em *campi* acadêmicos, quando informam que funcionários, alunos e visitantes se comovem com suas presenças, e estabelecem vínculos, confiança e interação afetiva.

O Programa Institucional “Patinhas Felizes” foi implantado pelo IFES, *Campus* Itapina, em 2019, como medida para cuidado dos animais errantes, e as implementações propostas desde então tem demonstrado resultados consideráveis, principalmente por melhorar a qualidade de vida dos animais assistidos e fortalecer redes de apoio para cuidados contínuos, promovendo um ambiente mais seguro e saudável para os animais em situações críticas. Os dados demonstram (Figura 20) que este Programa é relevante, quando 76 (81,7%) participantes da pesquisa o entendem como cuidadores dos animais errantes do instituto.

Referente às informações sobre como é realizado esse cuidado, as respostas indicam em ordem de superioridade, “alimentação” (22,9%), “água” (22,6%) e “vacinas” (19,3%). A comunidade acadêmica no *Campus* desempenha papel importante no cuidado dos animais errantes, propiciando alimentação, água, abrigo, etc. A presença de animais próximos a restaurantes e cantinas, demonstra ser aí sua principal fonte de alimentação. Nestes locais os animais tendem a ficar próximos às áreas de alimentos disponíveis, até mesmo identificando pessoas que levam alimento ao sair dos restaurantes, seguindo-os. Muitas pessoas que oferecem comida aos animais não tem responsabilidade quanto a este fornecimento e ao tipo de alimento que deve ser ofertado (Pellenz *et al.*, 2024). Acredita-se que os participantes desta pesquisa deduzam como uma forma de cuidado a oferta de alimentos, mesmo que não adequados. Em alguns locais do *Campus* pode-se observar vasilhames para depósito de ração e água, estes são provavelmente parte da comunidade que entendem mais sobre a questão; a exemplo, o observado na Figura 11H, residência do coordenador da Coordenação Geral de Assistência ao Educando (CGAE), que disponibiliza ração e água para gatos, e o Programa Institucional “Patinhas Felizes”, que fornece para os animais na sede, e lugares espalhados pelo instituto, tais quais, prédio pedagógico, administrativo e de tecnologia da informação, alimentação duas vezes ao dia, manhã e noite.

Quanto à citação de “vacinas” pelos participantes da pesquisa, estas são aplicadas por servidora efetiva, Médica Veterinária, integrante do Programa Institucional “Patinhas Felizes”, com ajuda de alunos voluntários, na própria sede ou em locais públicos em mutirão, onde os participantes respondentes constumam observá-los, por isso a menção à vacinação na forma de cuidado dos animais. Tal situação pode ser apreciada na Figura 2F. Os animais possuem cartão de vacinação e ficam soltos, mas sob os cuidados do Programa. Salienta-se que a vacinação é um cuidado básico para o bem-estar do animal (Bortoloti; D’Agostino, 2007). Trata-se de um manejo preventivo de doenças infecciosas, com o objetivo de proteger o animal de enfermidades graves. Elas não existem apenas para proteger o animal, individualmente, mas também para controlar surtos de doenças infecto-contagiosas e até mesmo garantir a saúde pública, evitando a disseminação de zoonoses (Amaro; Maczuga; Caron, 2016; Galdioli *et al.*, 2022).

4.8 Origem de cães e gatos presentes no *Campus*

Nesta questão os participantes foram indagados: *Em sua opinião, qual a origem dos cães e gatos errantes que estão no Campus*. A Figura 13 demonstra as respostas ofertadas.

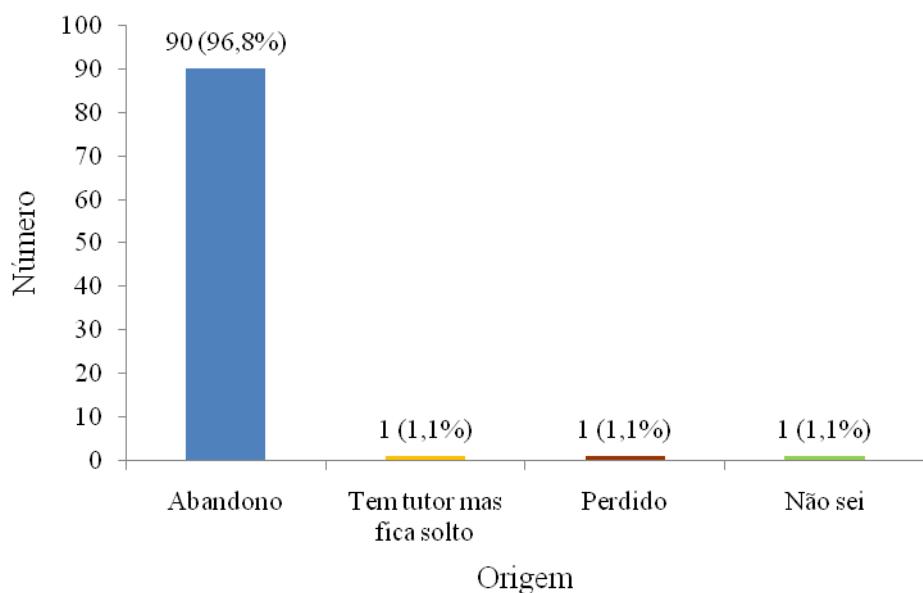


Figura 13. Número absoluto e relativo de participantes da pesquisa (discentes, docentes, técnicos administrativos e colaboradores terceirizados), que opinaram sobre qual a origem dos cães e gatos errantes que estão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, *Campus Itapina*.

Fonte: Autoria da pesquisa (2024).

Ao observar a Figura 13 constata-se que 90 (96,8%) participantes da pesquisa entendem como “abandono” a origem de cães e gatos errantes presentes no *Campus*. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), no Brasil existem cerca de 30 milhões de cães e gatos abandonados, sendo 20 milhões de cães e 10 milhões de gatos (Nunes; Soares, 2018; Scheffer, 2018; Lima *et al.*, 2020; Queiroz *et al.*, 2020; Silva *et al.*, 2021; Santos; Sanches, 2022); em uma população total estimada de 85,2 milhões de cães e gatos (SINDAM, 2022; CRMV-PB, 2024). No IFES, *Campus Itapina*, compreende-se que não seria diferente, a opinião levantada seria mesmo abandono, sendo este crescente dia a dia.

Oliveira, Lourenço e Belizario (2016) comentaram que grande parte da população adotam cães e gatos por impulso, e sem ter um planejamento acabam abandonando-os, assim que o desinteresse pelos animais começa a surgir. Alves *et al.* (2013) esclareceram que o abandono dos animais pode ser causado por inúmeros fatores, dentre estes: custos em torno da criação, estilo de vida dos tutores e falta de informação sobre as responsabilidades. Machado *et al.* (2017) direcionou o abandono à expressão natural de seu comportamento como, de eliminação, marcação territorial, reprodutivo e agonísticos (relacionados a agressividade). Para Nunes e Soares (2018) o abandono pode ser proveniente da incompreensão, descompromisso e impossibilidade dos tutores em manter cuidados básicos de alimentação, abrigo e saúde, ou problemas pontuais como mudança de casa, morte do cuidador, problemas de saúde e aconselhamento equivocado de profissionais da saúde sobre a presença de animais em situações específicas (gestação, processos alérgicos, etc.).

Quanto ao abandono de cães e gatos em *campi* acadêmicos, Oliveira e Oliveira (2023) informaram que esses locais são atrativos para o abandono por causa das grandes extensões territoriais, pelas áreas arborizadas e pelo entendimento de que ali existe proteção e atenção para a saúde dos animais. Ainda, a divulgação de manejo de animais e a presença de cursos de Medicina Veterinária, Hospitais Veterinários e Centros de Controle de Zoonose (CCZs), são fatores encorajadores para tal prática (Antunes; Pozzo, 2017).

4.9 Como se sente ao ver animais no *Campus*

Na Figura 14 e Tabela 3 visualizam-se as respostas dos participantes da pesquisa a respeito da seguinte questão: *Como você se sente ao ver os animais errantes no Campus? Justifique por favor.*

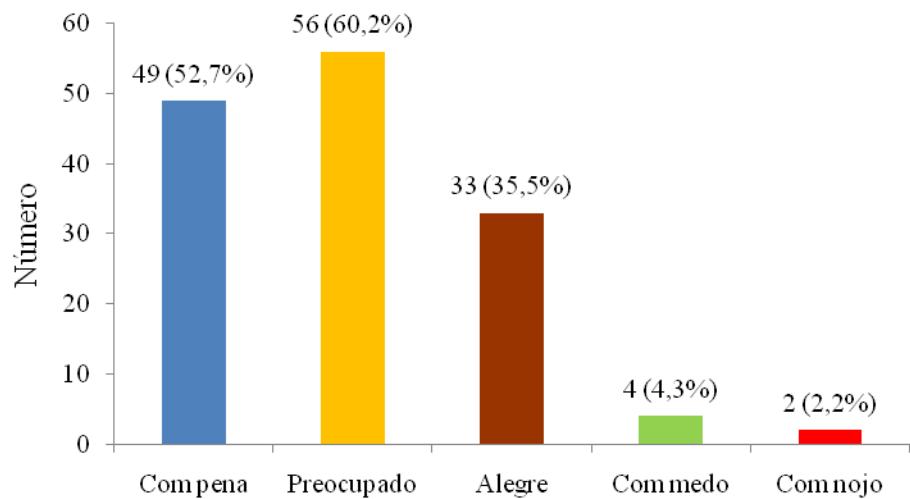


Figura 14. Número absoluto e relativo de participantes da pesquisa (discentes, docentes, técnicos administrativos e colaboradores terceirizados) que informaram o que sentem ao ver os animais errantes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, *Campus Itapina**.

* Nesta questão os participantes puderam escolher mais de uma resposta.

Fonte: Autoria da pesquisa (2024).

Tabela 3. Justificativas dos participantes da pesquisa que relataram o que sentem ao ver animais errantes pelo *Campus* Itapina, IFES.

Variáveis	Respostas dos participantes	
	Nº	%
Alegria para humanos	12	13,8
Medo por ataque dos animais	6	6,9
<i>Campus</i> cuida deles	9	10,3
Falta de amor	6	6,9
Falta de cuidados	18	20,7
Falta de lar	8	9,2
Nojo de doenças e feridas	4	4,6
Pena pelo abandono	16	18,4
Preocupação pelo abandono	8	9,2
Total de respostas*	87	100,0

* Consistiu de pergunta aberta, com os participantes respondendo em múltiplas variáveis.

Fonte: Autoria da pesquisa (2024).

Ao observar a Figura 14, percebe-se um maior direcionamento para a opção “preocupado”, quando 56 (60,2%) dos participantes da pesquisa informaram como se sentem ao ver os animais errantes no *Campus*; seguido em superioridade, pelas opções “com pena” e “alegre”. Nesta questão também foi solicitado aos participantes que justificassem suas respostas, e em predominância foram relatadas “falta de cuidados” (20,7%), “pena pelo abandono” (18,4%) e “alegria para humanos” (13,8%) (Tabela 3).

Com relação à opção “preocupado”, a mais relatada pelos participantes (Figura 14), entende-se nesta pesquisa que está ligada a fatores, tais como, “falta de cuidados” – ofertada como a maior justificativa (Tabela 3) – vulnerabilidade a acidentes, atropelamentos, rejeição por outros animais e filhotes doentes; introdução de doenças por animais errantes na colônia dos animais já existentes; e, crueldade e agressões por pessoas. Ainda, mais diretamente relacionada à sociedade, preocupação por acidentes de trânsito, ataques a pedestres e disseminação de doenças. Freitas e Calazans (2023) esclareceram a preocupação de acadêmicos pela presença de animais nos *campi*, em função do bem-estar animal e da saúde humana, entendendo não ser o ambiente ideal para a permanência destes. Para Nanayakkara, Smith e Rupprecht (2003) uma grande preocupação sobre animais errantes em espaços públicos, é a mordedura, por ser transmissora de doenças como a raiva. Lima (2015) enfatizou a preocupação pela presença de lixos espalhados em locais públicos, mencionando representar perigo para os animais abandonados, uma vez que podem conter alimentos tóxicos, medicamentos humanos e outros objetos perigosos e perfurantes. Ainda comentou sobre a preocupação da deposição das fezes dos animais, salientando que estas podem ocasionar impactos negativos ao meio ambiente e prejudicar a saúde dos próprios e do ser humano. Doenças como toxoplasmose, salmonelose, giardíase, verminoses e outras podem ser transmitidas por fezes de cães e gatos.

Referente à segunda opção mais citada, “com pena” (Figura 14), entende-se que os participantes se referiram à “pena pelo abandono” dos animais pelos tutores, à falta de carinho, “falta de lar”, pela observação de feridas ou de deficiência física – algumas destas justificativas referidas na Tabela 3. Mourão (2023) mencionou que os animais merecem e precisam de respeito, carinho, afeto e cuidado, por parte de seus donos, principalmente porque ao serem abandonados ficam a mercê da fome, sendo desprovidos, pela domesticação, de suas habilidades de caça e capacidades de competição com outros predadores. Siegfried *et al.* (2003) comentaram que animais abandonados podem transformar seu comportamento e estado emocional quando levados para uma casa que ofereça manejo humanitário, ambiente confortável e família inclusiva e comprometida com o bem-estar deles, tornando-se animais extrovertidos e sociáveis.

Concernente à opção “alegre”, a terceira mais citada pelos participantes (Figura 14), comprehende-se como a “alegria para humanos”, justificada na Tabela 3. Os animais, para as pessoas, proporcionam estratégias para lidar com o estresse, promovem maior empatia e compaixão, reduzem a ansiedade, protegem da solidão e ajudam na cura de enfermidades. Izaguirre e Montiel (2021), em trabalho realizado na Universidade de Yacutan, identificaram que os estudantes gostavam da presença de cães e gatos no *campus*; sendo a interação entre eles e os animais, tais como toque e alimentação, bastante comum. Também relataram que os animais ajudavam os estudantes promovendo a disseminação da empatia por conviver com outras espécies. Davey e Zhao (2018), em pesquisas realizadas em duas universidades, American University of Beirut e Lebanese American University, apontaram benefícios para os estudantes, relatando que os animais promoviam alívio de estresse ao lidar com atividades acadêmicas, tais como provas e outras. Estes estudos certificam o relatado pelos participantes da pesquisa, quando um grande número mencionou se sentir alegre com a presença dos animais errantes no *Campus*.

Há aqui de se comentar sobre a justificativa o “*Campus cuida deles*” (Tabela 3), quarta mais mencionada, e provavelmente inserida na opção “alegre” (Figura 14). Entende-se que tal justificativa pode ser embasada pelas respostas contidas nas Figuras 19 e 20, onde 82 (88,2%) participantes da pesquisa comentaram que os animais são bem cuidados pela comunidade acadêmica e 76 (81,7%) que o programa “Patinhas Felizes” tem controlado e cuidado destes animais. Acredita-se que os participantes desta pesquisa deduzam como forma de cuidado a oferta de alimentos, mesmo que não adequados, água e abrigo. Para Freitas e Calazans (2023), os animais precisam de alimentação correta e regular, água, vacinas, esterilização, abrigo apropriado, entre outras coisas. O programa “Patinhas Felizes”, apesar de não ser conhecido por toda a comunidade acadêmica, tem oferecido tudo isto desde 2019, quando iniciou suas atividades com o gerenciamento dos animais errantes presentes no *Campus*, proporcionando vacinação, controle parasitológico, busca por adoção, alimentos, água, tratamento das feridas, castração e exames de sangue para identificação de leishmaniose e outras doenças. Assim, o observar de tais ações realizadas pela comunidade e pelo programa, provavelmente fizeram os participantes desta pesquisa entender que o “*Campus cuida deles*”.

4.10 Responsabilidade pelos animais no *Campus*

Nesta questão foi perguntado aos participantes da pesquisa *De quem é a responsabilidade pelos animais no Campus?* As respostas estão ilustradas na Figura 15.

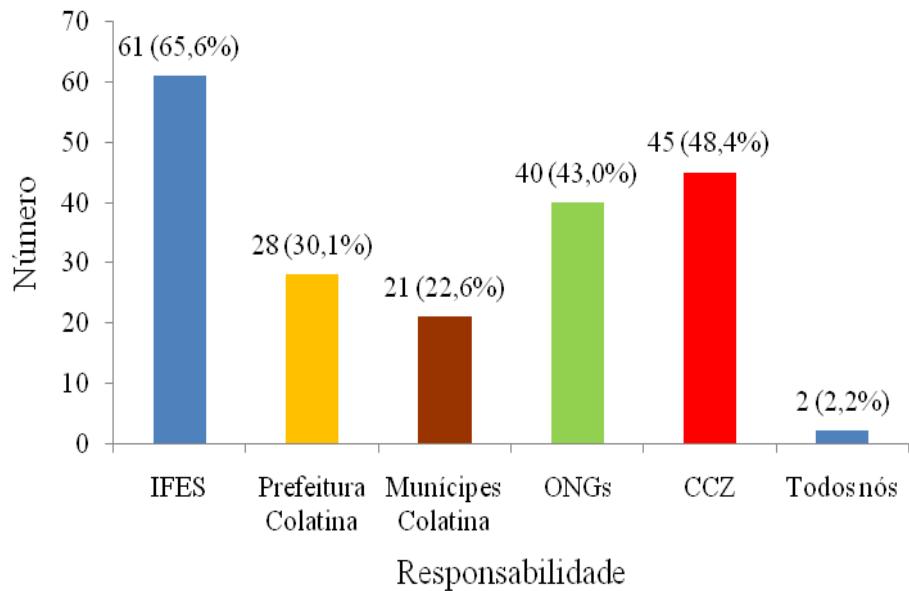


Figura 15. Número absoluto e relativo de participantes da pesquisa (discentes, docentes, técnicos administrativos e colaboradores terceirizados) que opinaram sobre de quem é a responsabilidade pelos animais errantes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, *Campus Itapina**.

* Nesta questão os participantes puderam escolher mais de uma resposta.

Fonte: Autoria da pesquisa (2024).

Como pode se observar na Figura 15, a maioria dos participantes da pesquisa (65,6%; $n = 61$) opinaram que a responsabilidade pelos animais errantes no IFES, é do próprio IFES, seguido em ordem por CCZ e ONGs. Acredita-se que essa percepção seja devido à presença de cursos técnicos e de graduação referentes à criação e manejo dos animais; e também, pela presença no *Campus* do Programa Institucional “Patinhas Felizes”, onde, conforme mencionado na Figura 20, 76 (81,7%) dos participantes informaram ter conhecimento de que este programa controla e cuida dos animais. Certamente a maior responsabilidade comentada tenha a ver com a presença destas unidades presentes no instituto.

Izaguirre e Montiel (2021), em pesquisas realizadas em quatro *campi* da Universidade Autônoma de Yucutan, México, com 353 participantes (estudantes, corpo docente, equipe administrativa e zeladores), revelaram que de acordo com os mesmos, a responsabilidade pelos animais seria dividida, em ordem de maior citação, entre a gestão da universidade, instituição externa, funcionários, outros ou até mesmo ninguém.

Freitas e Calazans (2023) em revisão sobre a problemática de animais abandonados nos *campi* universitários, com participação de 11 estudos encontrados na literatura, relataram que o problema responsabilidade por ações do manejo populacional e bem-estar dos animais nos *campi*, ainda é um ponto divergente entre a comunidade acadêmica, pois parte acredita que as ações devem ser institucionalizadas, e parte entendem que não.

Em trabalho similar a este, Hutim (2022) no Instituto Federal Goiano, *Campus Ceres*, entrevistando 160 indivíuos, incluindo docentes efetivos e substitutos, servidores técnico-administrativos e estudantes de graduação, constatou um percentual de 59,1% dos participantes que afirmaram que as instituições públicas não tem a responsabilidade de acolher e cuidar de animais abandonados, enquanto 40,9% consideraram que sim. Neste mesmo trabalho, 31,4% dos participantes achavam que a sociedade é quem deveria ser responsável pelo controle dos animais errantes, 27,7% que seria o governo, 26,4% os tutores e 5,5% as ONGs.

Os poucos dados encontrados na literatura são bastante polêmicos a respeito desta temática, que questiona de quem seria a responsabilidade pelos animais errantes dentro dos *campi*. Nesta pesquisa ficou claro, de acordo com os participantes, que a responsabilidade é sim do *Campus*, talvez pelas unidades observadas ali, em seguida acompanhada por CCZs e ONGs; porém, ressalta-se que a responsabilidade deve ser de todos e não apenas de um segmento (Hutim, 2022), o que também não condiz com os achados desta pesquisa (Todos nós – 2/2,2%). É uma situação, como já mencionado, bastante controversa.

4.11 Mordedura de animais errantes no *Campus*

Na Figura 16 encontram-se relacionadas as respostas dos participantes da pesquisa para a seguinte questão: *Você já soube de alguém que foi mordido por animais errantes dentro do Campus?*

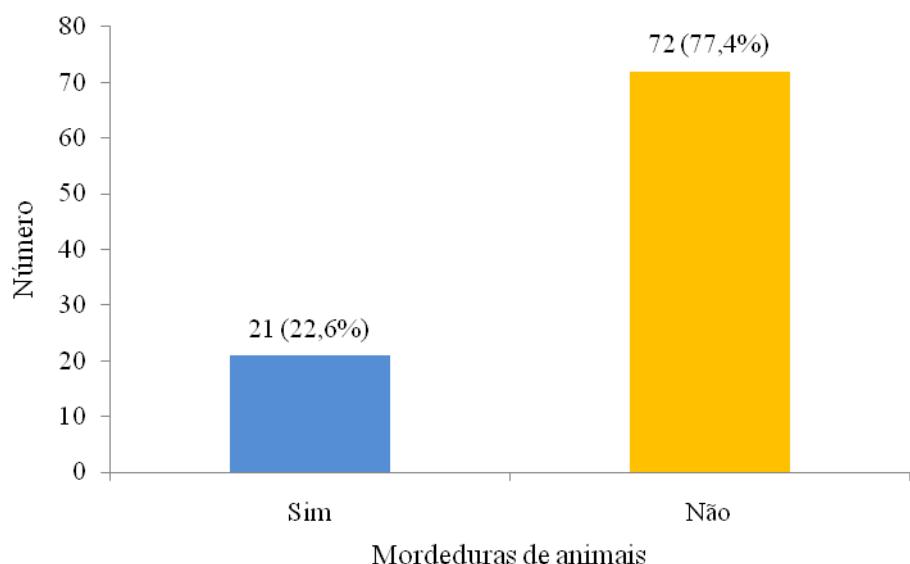


Figura 16. Número absoluto e relativo de participantes da pesquisa (discentes, docentes, técnicos administrativos e colaboradores terceirizados) que conhecem ou não alguém que tenha sido mordido por animais errantes dentro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, *Campus* Itapina.

Fonte: Autoria da pesquisa (2024).

Observando a Figura 16, constata-se um número de 21 (22,6%) participantes da pesquisa que afirmaram conhecer alguém que já foi mordido por animais errantes dentro do *Campus*. Entende-se que estas mordeduras podem ser provocadas por animais com traumas, tais como fome, doenças, maus tratos e por instinto de defesa. Outras vezes, tratam-se de animais que são importunados com algo que os incomode. No *Campus*, acredita-se que as maiores ocorrências podem derivar da iniciativa de alguns indivíduos em brincar com os animais, cuidar e oferecer alimentos, junte-se a isso, o elevado trânsito de bicicletas e motos, item considerado um dos principais motivos de ataque e mordeduras (Paranhos *et al.*, 2013).

Para Lockwood (1998), as agressões podem ocorrer em contextos de dominância, defesa territorial, competição por alimento, proteção de membros jovens da matilha ou de outros indivíduos; ainda por dor, medo e também comportamento predatório. Para o autor, a mordedura é componente do comportamento predatório dos canídeos, embora os animais mais sociais mostrem baixos níveis de agressão interespécie.

Paranhos *et al.* (2013), entrevistando 594 indivíduos, observaram que as maiores causas de agressão com consequente mordedura, quando a vítima não conhece os animais, foram nas situações em que passava pelo local, defesa de território, quando o animal se encontrava perdido (fugido de casa), ou quando a vítima andava de bicicleta, nessa ordem. Também chamou atenção para casos em que a vítima brincava com o animal desconhecido, em situações de briga querendo apartar, mexer nos abrigos dos animais e tentar cuidar deles (Houpt, 2006; Duffy; Hsu; Serpell, 2008).

4.12 Ataque a humanos por animais errantes no *Campus*

Nessa questão perguntou-se aos participantes da pesquisa: *Você já foi atacado por algum animal nas dependências do campus? Se Sim, por que você acha que foi atacado?* As respostas estão demonstradas na Figura 17.

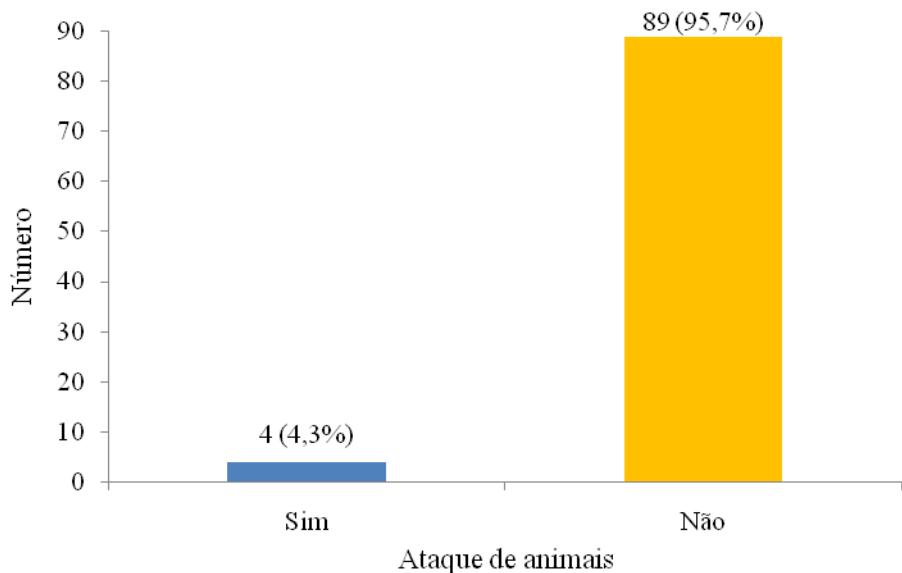


Figura 17. Número absoluto e relativo de participantes da pesquisa (discentes, docentes, técnicos administrativos e colaboradores terceirizados) que mencionaram já terem sido atacados por animais errantes nas dependências do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, *Campus* Itapina.

Fonte: Autoria da pesquisa (2024).

De acordo com as respostas estabeleceu-se um número de quatro (4,3%) participantes da pesquisa que afirmaram já terem sido atacados por animais errantes dentro do *Campus*. Infere-se que os animais atacam por sentir dores, defender seu território e seu alimento, medo, estresse e proteção de seus filhotes. Alguns tutores criam seus cães na intenção de segurança, prendendo-os para se tornarem ferozes, e ao abandoná-los, estes atacam pessoas e outros animais quando se aproximam, sendo antissociáveis.

Perguntou-se então aos quatro participantes atacados, qual foi o motivo do ataque; as respostas são apresentadas nos excertos a seguir:

Técnico-Administrativo: “O cão era dócil, correu atrás da moto, mas quando a moça parou, ele puxou a barra da minha calça e soltou”.

Estudante: “Brincando com ele”.

Colaborador Terceirizado: “Porque ele era bravo”.

Estudante: “Porque o animal estava mal cuidado”.

Soares, Telhado e Paixão (2011) comentaram que existem contextos nos quais os ataques podem ocorrer devido ao instinto do animal, por exemplo, por medo (reação fisiológica ante a presença de ameaça), dor ou proteção territorial. Para Lima (2016), os gatos não demonstram submissão e quando se sentem ameaçados, podem atacar quem se aproxima.

Estudos realizados por Brizeno, Lima e Bassoli (2018), em investigação realizada com 215 estudantes do curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Pernambuco, sobre a convivência de estudantes com gatos no *campus*, 53,5% dos estudantes, em somatório, concordaram parcialmente ou totalmente que gatos são animais traçoeiros, podendo atacar a qualquer instante; e 64,2%, em somatório, responderam concordar parcialmente, assim como discordar, com o contato entre os estudantes e os gatos, apresentando uma preocupação com o ataque do animal e a transmissão de doenças.

Paranhos *et al.* (2013) relataram em suas pesquisas, que os motivos principais de ataques por cães são defesa de território, transitar pelo local do ataque, brincar com o animal agressor, tentar separar brigas entre os animais, mexer em seus pertences e passar por perto com bicicleta ou moto. Este último justifica-se pelo cão achar que seu território está sendo invadido, entender que é uma presa em movimento e se irritar devido ao barulho da moto.

4.13 Transmissão de doenças para humanos e animais

A Figura 18 ilustra as respostas para a seguinte questão: *Cães e gatos, quando não assistidos/cuidados, podem transmitir doenças para as pessoas e para outros animais. Qual(is) você conhece?*

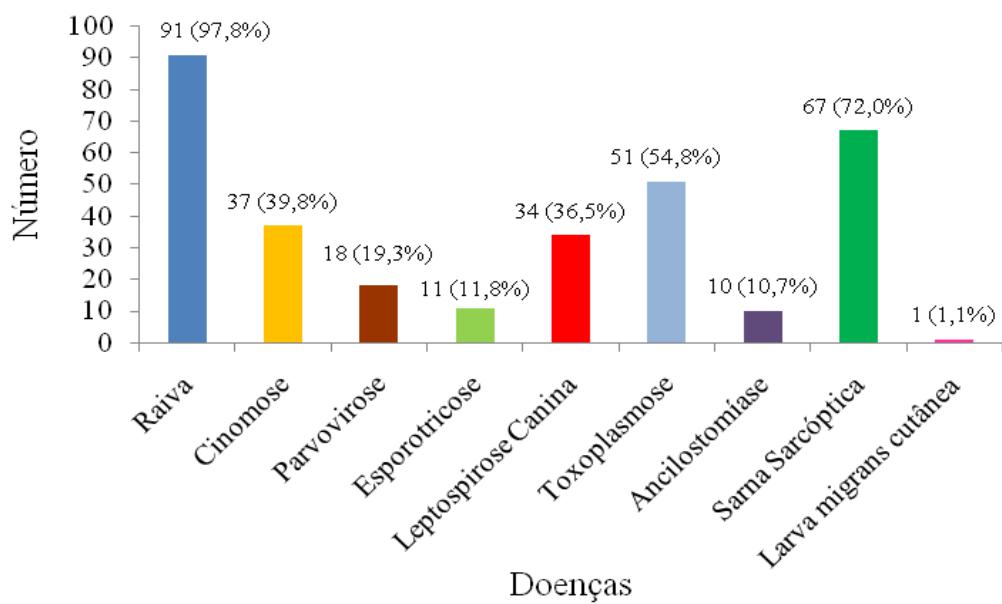


Figura 18. Número absoluto e relativo de participantes da pesquisa (discentes, docentes, técnicos administrativos e colaboradores terceirizados), lotados no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, *Campus Itapina*, que informaram conhecer doenças de cães e gatos*.

* Nesta questão os participantes puderam escolher mais de uma resposta.

Fonte: Autoria da pesquisa (2024).

Observando a Figura 18, contabilizou-se um maior número de respostas de conhecimento para a raiva (91/97,8%), seguida de sarna sarcóptica, toxoplasmose e cinomose. A raiva é uma doença viral, que é transmitida através de lambidas, mordidas ou arranhões de um animal infectado. É muito conhecida por todos, e sua maior citação deve-se provavelmente ao fato de ser uma doença bastante antiga, com conhecimento transmitido em larga escala por senso comum (Fraga, Cardoso e Pfuetzenreiter, 2007; Langoni *et al.*, 2014).

Oliveira-Neto *et al.* (2018) em inquérito realizado na Universidade Brasil, *Campus* Fernandópolis, com 100 tutores de cães e gatos, sobre conhecimento de doenças transmitidas por estes, verificaram que a raiva, tal como nesta pesquisa, foi a doença mais mencionada (39,0%), seguida por leishmaniose (23,0%) e toxoplasmose (21,0%). Ainda esclareceram, que por ser ela uma doença bastante divulgada pelos meios de comunicação e também por campanhas de vacinação de cães e gatos, a população em geral possui maior conhecimento.

O grande número de citações de doenças conhecidas ofertado pelos participantes, pode estar relacionado a que o IFES, *Campus* Itapina, possui uma disciplina denominada Higiene Zootécnica, oferecida no Curso de Zootecnia, onde, um dos objetivos, é ministrar conceitos básicos sobre zoonoses; à disciplina de Biologia, também oferecida pelo *Campus*; e, ao programa “Patinhas Felizes”, que todo início de ano letivo, passa informações à comunidade. Ainda pode estar relacionado ao ensino fundamental, que apresenta o conteúdo zoonoses na matéria de Ciências (Dias *et al.*, 2012; Ribeiro, 2021).

4.14 Animais errantes são bem cuidados pela comunidade

Diante desta questão, foi realizada uma pergunta assim especificada: *Você acha que cães e gatos presentes no IFES, Campus Itapina, estão bem cuidados pela comunidade? Se não, justifique.* As respostas dos participantes estão representadas na Figura 19 e Tabela 4.

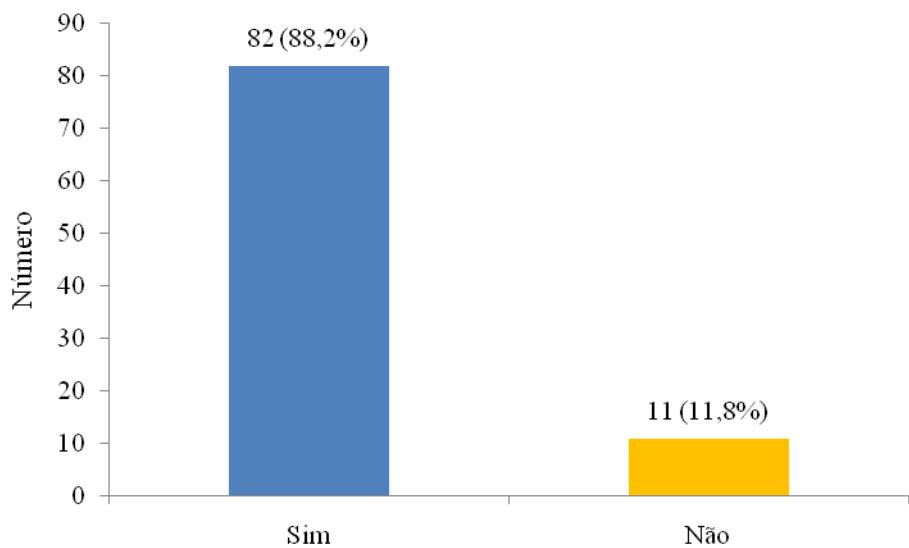


Figura 19. Número absoluto e relativo de participantes da pesquisa (discentes, docentes, técnicos administrativos e colaboradores terceirizados) que informaram achar que cães e gatos errantes, presentes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, *Campus* Itapina, estão ou não bem cuidados pela comunidade.

Fonte: Autoria da pesquisa (2024).

Tabela 4. Justificativas dos participantes da pesquisa que relataram que os cães e gatos não estão bem cuidados pela comunidade no *Campus* Itapina, IFES.

Variáveis	Respostas dos participantes	
	Nº	%
Com fome	3	20,0
Malcuidados	7	46,7
Maltratados	2	13,3
Precisam de lar	2	13,3
Abandonados	1	6,7
Total de respostas*	15	100,0

* Consistiu de pergunta aberta, com os participantes respondendo em múltiplas variáveis.

Fonte: Autoria da pesquisa (2024).

Na Figura 19 pode-se observar que 82 (88,2%) participantes da pesquisa informaram que sim, que cães e gatos estão bem cuidados pela comunidade; uma pequena parcela comentou que não. Nesta questão também foi pedido aos participantes que justificassem o motivo, caso informassem que não, e a maior justificativa foi que os animais eram “malcuidados” (46,7%), seguido “com fome” (20,0%) e “maltratados” (13,3%).

Entende-se um número tão elevado de participantes que mencionaram que os animais são bem cuidados pela comunidade, pela observação de pessoas tratando de animais doentes, alimentando, abrigando, vermifugando, e até mesmo direcionando para castração; ações que frequentemente acontecem no *Campus*. Muitas das vezes, “A alimentação não é o que se espera para cães e gatos em nível de excelência, mas em vista de passar fome estão em um patamar acima” (Ferreira, 2017 *apud* Maia, 2017, p. 4).

Na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), a exemplo, diversas iniciativas são realizadas na tentativa de cuidar dos animais pela comunidade, entre elas, grupos e *posts* de conscientização e incentivo à adoção, organizados por estudantes na internet, doações de terceiros para tratamento e colaboração de todos na luta contra o abandono (Maia, 2017).

Mar *et al.* (2018) *apud* Freitas e Calazans (2023, p. 10), propondo uma investigação sobre a comunidade acadêmica da Universidade Federal de Viçosa (UFV), em relação ao cuidado de animais errantes, reportaram que:

[...] a comunidade universitária considera que animais soltos no *campus* são um problema tanto para a sociedade quanto para o bem-estar dos próprios, porém, a preocupação com o bem-estar desses animais reforça o hábito de alimentá-los e prestar ajuda informal, segundo o autor, o que favorece a presença desses animais no *campus*. Os resultados apontam que poucos cães são vistos caçando ou atacando a fauna selvagem do local, o que o autor conjectura ser resultado de alimentação regular oferecida.

Em contrapartida, o número de participantes que afirmaram que os animais não são bem cuidados pela comunidade, provavelmente provém da observação no *Campus*, de animais malcuidados, feridos, maltratados, famintos e doentes, alguns desses pontos já citados pelos próprios participantes em justificativa na Tabela 4. Segundo Rodrigues (2017) *apud* Maia (2017, p. 3),

A realidade dos animais abandonados no *campus* é bem ruim, pois o abandono é frequente, e muitos não conseguem competir por alimento, apanham dos outros animais que já vivem por aqui há mais tempo, ou acabam adoecendo. Geralmente contraem doenças infecciosas e acabam morrendo. Sem falar que estão sujeitos a sofrer atos de maus-tratos. [...] Não há ações de conscientização da população sobre a guarda responsável, não há nada na universidade que coíba o abandono (como placas ou câmeras). Os comunitários castrados que aqui vivem só foram castrados graças a ações pontuais.

Serrano e Almeida (2019), em pesquisas realizadas em 11 *campi* da Universidade Federal Fluminense (UFF), cujo objetivo era investigar a presença de cães e gatos abandonados, observaram que os cuidados destes animais era realizado pela comunidade acadêmica, que provia abrigos para descanso, medicamentos e alimentos, e estabeleciam vínculos de confiança e interação afetiva. Nestes locais foram observados potes com água e ração e abrigos improvisados; não sendo constatado nenhum animal acorrentado, ficando todos soltos pelos *campi* e recebendo cuidados de funcionários e alunos.

Os autores comentaram ainda, que mesmo os animais recebendo cuidados fundamentais para garantir suas necessidades básicas, como no caso da alimentação, eles continuavam expostos a intempéries como chuva e ventos, brigas, atropelamentos e agressão por pessoas cruéis. Provavelmente aí se explique a percepção dos participantes da pesquisa ao relatarem que os animais do *Campus* não estão bem cuidados pela comunidade acadêmica.

4.15 O programa “Patinhas Felizes” controla e cuida dos animais errantes

A Figura 20 e Tabela 5 ilustram as respostas ofertadas pelos participantes da pesquisa, frente à seguinte questão: *Você acha que o Campus está conseguindo controlar e cuidar dos animais errantes através do programa “Patinhas Felizes”? Se não, justifique.*

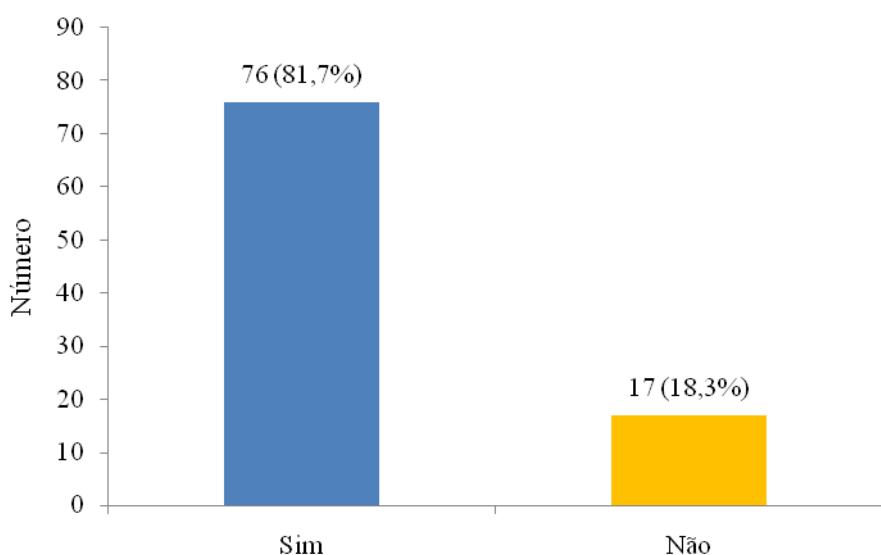


Figura 20. Número absoluto e relativo de participantes da pesquisa (discentes, docentes, técnicos administrativos e colaboradores terceirizados) que mencionaram achar ou não que o *Campus* está conseguindo controlar e cuidar dos animais errantes através do programa “Patinhas Felizes”, instaurado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, *Campus* Itapina.

Fonte: Autoria da pesquisa (2024).

Tabela 5. Justificativas dos participantes da pesquisa que relataram que o programa “Patinhas Felizes” não está conseguindo controlar e cuidar dos animais errantes no *Campus Itapina*, IFES.

Variáveis	Respostas dos participantes	
	Nº	%
Animais malcuidados	4	10,5
Falta de contenção de animais não sociáveis	2	5,3
Falta de divulgação do programa	4	10,5
Falta estrutura para animais recém chegados	2	5,3
Falta de investimento	6	15,7
Funcionários estão sempre ocupados	2	5,3
Muito caos	2	5,3
Muitos animais soltos	7	18,4
Necessidade de médicos veterinários e cidadores	2	5,3
Sem melhoria física dos animais	2	5,3
Soluções mais efetivas	2	5,3
Tem animais doentes	3	7,8
Total de respostas*	38	100,0

* Consistiu de pergunta aberta, com os participantes respondendo em múltiplas variáveis.

Fonte: Autoria da pesquisa (2024).

O número de informantes que mencionou que sim (81,7%; n = 76), que o programa “Patinhas Felizes” tem conseguido controlar e cuidar dos animais no *Campus*, demonstra que o programa tem realizado um bom trabalho, e que, pela visualização de suas atividades no local, tem chamado bastante atenção. O programa procura promover o bem-estar animal através do controle sanitário, com maior atenção para doenças de potencial zoonótico, controle populacional dos animais e educação da comunidade escolar sobre posse responsável de animais. Como atividades estabelecidas pelo programa, pode-se citar, assistência veterinária, vermiculagem, vacinação antirrábica, castração, banhos periódicos, controle de ectoparasitos e estímulo à adoção. Ainda trabalha na instrução da comunidade acadêmica envolvida, referente à posse responsável e manutenção da saúde em animais de companhia (IFES, 2019). Não é difícil observar seus colaboradores exercendo alguma tarefa no *Campus* com os animais; e certamente isso, além do interesse e carinho, levou a grande maioria dos participantes desta pesquisa a confirmar que o programa pode cuidar dos animais.

Quanto àqueles que mencionaram que não, que o programa “Patinhas Felizes” não tem conseguido controlar e cuidar dos animais no *Campus* (Tabela 5), suas justificativas em ordem de maior citação foram:

“Muitos animais soltos” (18,4%) – em informações contidas no Cadastro do Programa “Patinhas Felizes” (IFES, 2019), observa-se que o programa não prende os animais, mantendo-os soltos e saudáveis, oferecendo o mínimo de risco às pessoas que circulam pelo *Campus*; porém, se for detectado algum ferimento este é recolhido e separado dos outros e da comunidade para tratamento.

“Falta de investimento” (15,7%) – no mesmo Cadastro é apontado que o *Campus* tem fornecido todo ano medicamentos e ração, também auxílio financeiro; ainda, o programa possui uma sede própria fornecida pelo próprio *Campus*, onde aloja os animais quando doentes ou para castração (Anexo E). Atualmente possui 13 funcionários, assim divididos: cinco servidores, três da comunidade externa e cinco alunos, que fazem toda a fiscalização no local, e cuidam dos animais. Logo comprehende-se que esta justificativa não é bem fundamentada. Pode-se inferir que seja por causa dos animais ficarem pedindo comida, mas o programa fornece comida diariamente, e provavelmente os animais se distanciam da sede e não voltam para se alimentar, o que pode levar a tal argumento (IFES, 2019).

“Animais malcuidados” (10,5%) – torna-se aqui a mencionar essa justificativa, que já foi relatada na Figura 19B; então busca-se por Serrano e Almeida (2019) para elucidá-la, pois afirmaram que mesmo recebendo cuidados fundamentais para garantir suas necessidades básicas, os animais continuam expostos a intempéries climáticas, brigas interespécies, acidentes e agressões; assim, pode estar aí a percepção de que os animais não estão bem cuidados.

“Falta de divulgação do programa” (10,5%) – entende-se ser devido à divulgação pelo programa para apenas algumas turmas, a exemplo, neste ano de 2024, quando foi divulgado somente para a primeira série; o que não acontece todo ano, quando divulgam para todas, mas fazem também através de murais e folderes; já fora do *Campus*, não divulgam, pois pode incentivar o abandono dos animais pela comunidade externa (IFES, 2019). Brizeno, Lima e Bassoli (2018), em trabalho realizado na Universidade Federal de Pernambuco, também alertaram para o perigo que é divulgar as ações dos programas fora das instituições, comentando que ao descobrir a existência de um programa dentro da Universidade, uma quantidade maior de pessoas se sentiria incentivada a abandonar animais no *Campus*.

Malgrado a opinião dos respondentes que afirmaram que o programa “Patinhas Felizes” não está conseguindo controlar e cuidar dos animais errantes dentro do *Campus*, e suas justificativas, dados divulgados por Fermo, Soares e Rosa (2022), em coletânea comemorativa aos 65 anos do *Campus* Itapina, demonstraram que durante seus anos de existência, o programa vem evidenciando sucesso frente aos objetivos a que se propôs e aspirados pelo *Campus*, isso fica muito transparente quando dos dados disponibilizados pelos autores (Tabela 6). Ao se comparar os dados da tabela pode-se perceber que no ano de 2021 o programa atingiu seu ápice, apresentando uma experiência adquirida ano a ano, com apenas um óbito, em um dos maiores números de animais atendidos. O baixo número de adoção provavelmente tenha a ver com a falta de feiras e ao cuidado que o programa tem com os animais, mantendo-os livres pelo *Campus*, mas bem assistidos; aparentemente a adoção não é mais uma preocupação, já que o programa tem conseguido manter os animais saudáveis, mas é claro que ela é bem-vinda. Dados referentes aos anos de 2022 a 2024 ainda não foram disponibilizados pelo programa.

Tabela 6. Número de animais, óbitos registrados, desaparecimentos e atividades desenvolvidas pelo Programa “Patinhas Felizes”, durante o período de 2015 a 2021, no IFES, *Campus* Itapina.

	Anos						
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Animais atendidos	28	32	48	29	36	28	36
Óbitos	0	2	4	5	2	8	1
Desaparecidos	11	2	8	2	1	8	0
Feiras de adoções	1	0	2	1	0	0	0
Adoções	6	21	32	16	25	5	4
Castrações	0	0	9	5	3	1	6
Atendimento especializado*	0	0	12	10	6	0	2

* Cirurgias, internações, exames laboratoriais, diagnósticos por imagem e outros.

Fonte: Fermo, Soares e Rosa (2022).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os impactos provocados por animais abandonados nas dependências do IFES, *Campus Itapina*, reconhecidos em baixa citação e por um pequeno número de participantes desta pesquisa, se traduzem em ataques, mordeduras e transmissão de doenças, além de preocupações provocadas na comunidade circulante pela contemplação de animais famintos, feridos, maltratados e malcuidados.

Quiçá alguns reconheçam esses impactos, o que certamente seria reconhecido em qualquer lugar onde se encontram animais errantes, existe no IFES, *Campus Itapina*, o Programa Institucional “Patinhas Felizes”, que foi instituído pelo próprio *Campus*, como ação institucional para tomar todas as iniciativas e se responsabilizar pelo controle e cuidado desses animais. Este programa tem se mostrado eficiente no cuidado e controle dos animais, o que foi confirmado pela maioria dos participantes desta pesquisa.

“Patinhas Felizes” foi uma iniciativa do *Campus*, na busca por ações educativas e do bem-estar animal e humano, numa intenção de juntar as espécies numa convivência harmoniosa e feliz. O Programa ajuda no controle populacional dos animais e na formação da comunidade acadêmica, referente à posse responsável e manutenção da saúde dos animais. Também garante um convívio mais seguro e reduz significativamente a quantidade de animais, diminuindo os riscos de transmissão de zoonoses.

Ressalta-se nesta pesquisa, o zelo e a dedicação da comunidade acadêmica frente ao bem-estar dos animais, o que foi certificado pelos participantes, que comentaram que os comunitários tratam dos animais doentes, alimentam, abrigam, vermifugam, e até mesmo direcionam para castração. É claro que existe preocupação da comunidade a respeito dos animais abandonados no *Campus*, relacionada à fome, bem-estar, abandono e falta de lar, mencionada pelos respondentes, mas parece que na totalidade, esta questão não influiu no sentimento dos restantes, que comentaram estar felizes com a presença dos animais.

O perigo de ataques e mordeduras, citado pelos participantes, está presente sim, como em outros lugares onde esses animais se encontram livres, mas tais ações se justificam por instinto de defesa, iniciativas de brincar e cuidar dos animais, proteção de filhotes, trânsito de bicicletas e motos, e inúmeras outras situações, que não sejam aquelas que causam preocupação na comunidade, tais como, animais maltratados, malcuidados, doentes, famintos e feridos, que no *Campus* não devem existir, devido às intervenções do programa “Patinhas Felizes” e comunidade acadêmica.

Esta pesquisa procurou identificar o conhecimento dos participantes sobre transmissão de zoonoses, um impacto também relatado pelos participantes, e se surpreendeu ao constatar o grande número de doenças zoonóticas que foram relatadas, o qual significou que os participantes já possuíam conhecimento, mesmo que modesto, do conceito dessas doenças. Chegou-se à conclusão que tal conhecimento é provindo da disciplina Higiene Zootécnica, onde um dos objetivos, é ministrar conceitos básicos sobre zoonoses, e da disciplina de Biologia, ambas oferecidas por diferentes cursos do *Campus Itapina*; além do ensinamento oferecido pelo programa “Patinhas Felizes”, que todo início de ano letivo, passa informações à comunidade. As zoonoses mais citadas foram Raiva, Sarna sarcóptica e Toxoplasmose, em um total de nove doenças expostas.

Ainda especulou-se sobre a presença dos animais errantes no *Campus*, quando os participantes mencionaram observá-los por todos os lados, em frequência diária e com origem por abandono. Quanto à responsabilidade pelos animais no *Campus*, os participantes mencionaram ser do IFES, sendo tal convicção, oriunda da presença de cursos técnicos e de graduação referentes à criação e manejo dos animais; e também, pela presença do Programa Institucional “Patinhas Felizes”. Quer dizer, certamente a maior responsabilidade comentada tenha a ver com a presença destas unidades presentes no *Campus*.

Sugere-se ao final desta pesquisa, que ações de conscientização e informação acerca do abandono de animais sejam fomentadas pelo *Campus*, tais como, atividades em sala de aula; distribuição de material informativo (folders, cartilhas, etc.) na comunidade e entorno; sinalização com placas sobre a questão do abandono ser crime, pena prevista e menção ao ambiente possuir monitoramento; instalação de pontos estratégicos de filmagem e rondas regulares da guarda no local; sugestão por telefone de contato para denúncias; desenvolvimento de grupos e *posts* de conscientização e incentivo à adoção, organizados por estudantes, professores e afins; solicitação de doações de terceiros para tratamento dos animais; e, apoio ao *Campus* no trabalho com animais abandonados, através do voluntariado. Se necessário seja incluído o tema como conteúdo em alguma disciplina, ou até mesmo seja transformado em uma disciplina para algum curso. Observa-se que muitas dessas ações já são desenvolvidas no *Campus* através do Programa Institucional “Patinhas Felizes”, mas aclama-se que sejam mais acentuadas, e que dirigentes da instituição participem ativamente, dando maior apoio quando necessário. A situação é grave, não só no *Campus* Itapina, como também em todo o país, e somente será resolvida com a cooperação de todos.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMOSNY, N. R. P.; MASSARD, C. L. Erliquiose felina – Revisão. **Clínica Veterinária**, v. 23, p. 30-32, 1999.

ALVES, A. J. S.; GUILOUX, A. G. A.; ZETUN, C. B.; POLO, G.; BRAGA, G. B.; PANACHÃO, L. I.; SANTOS, O.; DIAS, R. A. Abandono de cães na América Latina: revisão de literatura. **Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 34-41, jul. 2013.

AMARO, F. P. A.; MACZUGA, J. M.; CARON, L. F. A vacinologia em cães e gatos. **Archives of Veterinary Science**, v. 21, n. 1, p. 1-10, 2016.

ANTUNES, H.; POZZO, M. D. Animais abandonados no *Campus Uruguaiana da Unipampa*: percepção acadêmica. In: SALÃO INTERNACIONAL DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 9., 2017, Santana do Livramento. **Anais [...]**. Santana do Livramento: Universidade Federal do Pampa, 2017.

ARAUJO, M. P. L. **Enriquecimiento ambiental para gatos domésticos mantidos em um biotério**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Zootecnia) – Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, 2019.

BICALHO, G. C.; BARRADO, W. S.; OLIVEIRA, C. S. F.; BASTOS, C. V.; SOARES, D. F. M.; PAIVA, M. T. Captura-esterilização-devolução como método de manejo populacional em *campus* universitários. **Revista V & Z**, v. 148, p. 11-18, 2021.

BLANCO, M. C. M. C.; CASTRO, A. B. S. El muestreo en la investigación cualitativa. **NURE Investigación**, Madrid, v. 27, p. 1-4, mar./abr. 2007.

BORTOLOTI, R.; D'AGOSTINO, R. G. Ações pelo controle reprodutivo e posse responsável de animais domésticos interpretadas à luz do conceito de metacontingência. **Revista Brasileira de Análise do Comportamento**, v. 3, n. 1, p. 17-28, 2007.

BRASIL. Decreto nº 24.645/34, de 10 de julho de 1934. Estabelece medidas de proteção aos animais. **Coleção de Leis do Brasil**: Brasília, DF, n. 4, p. 720, 10 jul. 1934.

BRASIL. Decreto nº 53.558, de 13 de Fevereiro de 1964. Altera denominação de escolas de iniciação agrícola, agrícolas e agrotécnicas. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1433, 14 fev. 1964.

BRASIL. Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967. Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 5 jan. 1967.

BRASIL. Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975. Dispõe sobre a Organização das Ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, Estabelece Normas Relativas à Notificação Compulsória de Doenças, e dá outras Providências. **Diário Oficial da União**: col. 1, Brasília, DF, p. 14.433, 31 out. 1975.

BRASIL. Decreto nº 83.935, de 04 de setembro de 1979. Altera a denominação dos estabelecimentos de ensino que indica. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 12891, 5 set. 1979.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 191-A, p. 1, 5 out. 1988.

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 31, p. 1, 12 fev. 1998.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 11 jan. 2002.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 30 dez. 2008.

BRASIL. Resolução n.º 466, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 59, 13 jun. 2013.

BRASIL. Portaria nº 204, de 17 de fevereiro de 2016. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 23, 18 fev. 2016.

BRASIL. **Código penal**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017a.

BRASIL. Portaria de Consolidação nº 4, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, supl. 190, p. 288, 3 out. 2017b.

BRASIL. Portaria GM/MS nº 217, de 1 de março de 2023. Altera o Anexo 1 do Anexo V à Portaria de Consolidação GM/MS nº 4, de 28 de setembro de 2017, para substituir o agravado "Acidente de trabalho: grave, fatal e em crianças e adolescentes" por "Acidente de Trabalho" na Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos em de saúde pública, nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 63-64, 2 mar. 2023a.

BRASIL. **Uma só Saúde. 2023b**. Disponível em <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-unica/saude-unica>. Acesso em: 10 jan. 2025,

BRASIL. Lei nº 7.535, de 18 de julho de 2024. Reconhece os animais não humanos com o seres sencientes, passíveis de dor e sofrimento, que fazem jus à tutela jurisdicional em caso de violação de seus direitos. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 137, p. 1, 19 jul. 2024.

BRIZENO, M. C.; LIMA, M. H. C. C. A.; BASSOLI, A. C. D. G. Convivência com gatos em ambientes urbanos: percepção de estudantes de ciências biológicas. **Revista Latino-Americana de Direitos da Natureza e dos Animais**, Salvador, v. 1, n. 2, p. 22-44, jul./dez. 2018.

BVS. 06/7 – Dia Mundial das Zoonoses. 2024. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/06-7-dia-mundial-das-zoonoses-2/>. Acesso em: 4 ago. 2024.

CALIARI, Suêda. **Licenciatura em ciências agrícolas para além dos muros da escola: conhecimento e conexões rumo a um desenvolvimento rural sustentável**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020.

CAPUANO, D. M.; ROCHA, G. M. Environmental contamination by *Toxocara sp.* eggs in Ribeirão Preto, São Paulo state, Brazil. **Revista do Instituto de Medicina Tropical**, n. 47, v. 4, p. 223-226, ago. 2005.

CARNEIRO, M.; ANTUNES, C. M. F. Epidemiologia: introdução e conceito. In: NEVES, D. P. Parasitologia humana. 11. ed. São Paulo: Atheneu, 2005.

CERVIGICELE, G.M.; SOUZA, R. Gestão democrática e formação de gestores no ensino superior: quais as necessidades para o exercício na coordenação de colegiado de curso? In: COLÓQUIO DE GESTIÓN UNIVERSITÁRIA EM AMÉRICAS, XIII., 2013, Buenos Aires. *Anais* [...]. Buenos Aires: INPEAU, 2013.

CFMV. **Saúde Única: Associação Mundial de Veterinária alerta para as consequências do abandono de cães. 2022.** Disponível em: <https://www.cfmv.gov.br/saude-única-associacao-mundial-de-veterinaria-alerta-para-as-consequencias-do-abandono-de-caes/comunicacao/noticias/2017/01/11/>. Acesso em: 26 out. 2024.

COLATINA. **Lei n° 7.023, de 18 de novembro de 2022.** Disponível em: https://colatina.s3.sa-east-1.amazonaws.com/prefeitura/legislacao_compilada/Arquivo/Documents/legislacao/image/L70232022.pdf. Acesso em: 18 set. 2024.

COSTA, E. C.; JORGE, M. S. B.; SARAIVA, E. R. A.; COUTINHO, M. P. L. Aspectos psicossociais da convivência de idosas com animais de estimação: uma interação social alternativa. **Psicologia: teoria e prática**, v. 11, n. 3, p. 2-15, 2009.

COSTA, V. K. N. **Contribuição ao estudo da percepção da população sobre o comportamento de cães e gatos em 4 comunidades rurais de Mossoró/RN.** 2017. Dissertação (Mestrado em Ambiente, Tecnologia e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, 2017.

CRMV-PB. **Pets não convencionais já são 39% do total. 2024.** Disponível em: [https://www.crmvpb.org.br/29077-2/#:~:text=O%20Brasil%20ocupa%20o%203%C2%BA,IPB%20\(Instituto%20Pet%20Brasil\)](https://www.crmvpb.org.br/29077-2/#:~:text=O%20Brasil%20ocupa%20o%203%C2%BA,IPB%20(Instituto%20Pet%20Brasil)). Acesso em: 24 out. 2024.

DAVEY, G.; ZHAO, X. Free-roaming cat (*Felis catus*) management and welfare policies in two university campuses in Beirut, Lebanon: strengths, weaknesses, and opportunities. **Journal of Applied Animal Welfare Science**, v. 23, n. 1, p. 41-53, nov. 2018.

DELARISSA, F. A. **Animais de estimação e objetos transicionais**: uma aproximação psicanalítica sobre a interação criança-animal. 2003. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2003.

DESLAURIERS, J. P. **Recherche qualitative**: guide pratique. Montréal: McGraw-Hill, 1991.

DIAS, I. C. L.; GUIMARÃES, C. A.; MARTINS, D. F.; BRANDÃO, V. M.; SILVA, I. A.; SILVA, M. I. S. Zoonoses e posse responsável: percepção e atitudes entre crianças do ensino fundamental. **Revista Ciência em Extensão**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 66-76, mai./ago. 2012.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, v. 115, p. 139-154, mar. 2002.

DUFFY, D. L.; HSU, Y.; SERPELL, J. A. Breed differences in canine aggression. **Applied Animal Behaviour Science**, v. 114, p. 441-460, dez. 2008.

DZIECIOL, M. E.; BOSA, C. R. O programa de guarda responsável de animais de Curitiba e sua aplicação no acantonamento ecológico. **REMOA**, v. 4, n. 4, p. 877-886, out. 2011.

FARACO, B. C.; SEMINOTTI, N. A relação homem - animal e a prática veterinária. **Revista CFMV**, Brasília, v. 10, n. 32, p. 57-62, mai./ago. 2004.

FARACO, C. B.; MIRANDA, I. C. S.; GUYOTI, V. M. Política de destinação de animais errantes ou abandonados em um campus universitário localizado na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP**, v. 15, n. 1, p. 86-86, jan. 2017.

FERMO, S. Q.; SOARES, B. R.; ROSA, S. R. Programa de Desenvolvimento Institucional: “Patinhas Felizes” – prevenção de zoonoses transmitidas por cães e gatos no Instituto Federal do Espírito Santo – *Campus Itapina*. In: VIEIRA, L. H. S.; MALACARNE, M. M.; VARNIER, E.; MOREIRA, R. M. G.; GALVÃO, E. R. (Orgs.). **Coletânea comemorativa de produção acadêmica em alusão aos 65 anos do IFES Campus Itapina**. Curitiba: CRV, 2022.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

Fraga, L. S.; CARDOSO, K. M.; PFUETZENREITER, M. R. Concepções e comportamento de crianças em relação às zoonoses: a influência da família e da escola na educação em saúde. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 2007, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: ENPEC, 2007.

FREITAS, A. A.; CALAZANS, D. L. M. S. Gestão da problemática de animais abandonados nos *campi* universitários: uma revisão sistemática de literatura. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GESTÃO, PROJETOS, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE, XI., 2023, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: UNINOVE, 2023.

FRIGOTTO. G. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018.

GALAXY, J.; DELGADO, M. **O encantador de gatos**: o guia definitivo para a vida com seu felino. Rio de Janeiro: BestSeller, 2021.

GALDIOLI, L.; BOTTEON, K. D.; ROCHA, Y. S. G.; BRUGNEROTTO, M.; GARCIA, R. C. M. Vaccination principles for dogs and cats in animal shelters. **Brazilian Journal of Veterinary Research and Animal Science**, São Paulo, v. 59, e189113, fev. 2022.

GARCIA, M. P. **Classes de comportamentos constituintes de intervenções de psicólogos no subcampo de atuação profissional de psicoterapia com apoio de cães**. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIUMELLI, R. D.; SANTOS, M. C. P. Convivência com animais de estimação: um estudo fenomenológico. **Revista da Abordagem Gestáltica - Phenomenological Studies**, v. 22, n. 1, p. 49-58, jan./jun. 2016.

GOMES, L. G. O.; GOMES, G. O.; FODRA, J. D.; MASSABNI, A. C.; CAVICCHIOLI, M. Zoonoses: as doenças transmitidas por animais. **Revista Brasileira Multidisciplinar**, Araraquara, v. 25, n. 2, p. 158-174, mai./ago. 2022.

GOOGLE. **Google Forms**. Disponível em: <https://docs.google.com/forms/u/0/?tgif=d&ec=asw-forms-hero-goto>. Acesso em: 20 set. 2024.

GORDILHO, H. J. S.; STURZA, J. M. **Biodireito e direitos dos animais II**. Florianópolis: CONPEDI, 2020.

GUILLOUX, A. G. A. **Estimativa da população de cães errantes e a sua associação com fatores socioeconômicos e ambientais**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

GUIMARÃES, A. M.; ALVES, E. G. L.; REZENDE, G. F.; RODRIGUES, M. C. Ovos de *Toxocara sp.* e larvas de *Ancylostoma sp.* em praça pública de Lavras, MG. **Revista de Saúde Pública**, v. 39, n. 2, p. 293-295, abr. 2005.

HOUPT, K. A. Terminology think tank: terminology of aggressive behavior. **Journal of Veterinary Behavior**, v. 1, n. 1, p. 39-41, 2006.

HUTIM, J. L. **Relação homem/ animal e a percepção da comunidade acadêmica do if goiano campus ceres sobre a guarda responsável de animais de companhia**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Zootecnia) – Instituto Federal Goiano, Ceres, 2022.

IBGE. **Pesquisa nacional de saúde: 2013**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2015.

IFES. **Processo: 23154.001311/2019-58. 1 Formulário. Ostensivo. 2019.** Disponível em: https://sipac.ifes.edu.br/public/jsp/processos/processo_detalhado.jsf?id=35666. Acesso em: 25 nov. 2024.

IFES. **Institucional.** Disponível em: <https://www.ifes.edu.br/institucional?start=1>. Acesso em: 12 set. 2024a.

IFES. **Institucional – História.** Disponível em: <https://itapina.ifes.edu.br/index.php/institucional?start=1>. Acesso em: 12 set. 2024b.

IFES. **Conheça os cursos ofertados pelo Campus Itapina.** Disponível em: <https://itapina.ifes.edu.br/index.php/cursos2>. Acesso em: 14 jan. 2024c.

IZAGUIRRE, E. R.; MONTIEL, D. O.. Roaming the *campus*: university stakeholders' perceptions of, and interactions with, *campus* cats and dogs. **Anthrozoös**, v. 34, n. 3, p. 423-439, abr. 2021.

JOHNSTON, S. D.; ROOT KUSTRITZ, M. V.; OLSON, P. N. S. **Disorders of the canine testes and epididymes. Canine and feline theriogenology.** Philadelphia: W.B. Saunders, 2001.

LANGONI, H. Zoonoses and human beings. **Journal of Venomous Animals and Toxins including Tropical Diseases**, v. 10, n. 2, p. 111, 2004.

LANGONI, H.; TRONCARELLI, M. Z.; RODRIGUES, E. C.; NUNES, H. R. C.; LUCHEIS, S. B.; VICTORIA, L.; BARROS, C. N.; SUMAN, G. Inquérito sobre o conhecimento de zoonoses relacionadas a cães e gatos em Botucatu-SP. **Veterinária e Zootecnia**, v. 21, n. 2, p. 297-305, jun. 2014.

LIMA, A. M. A.; ALVES, L. C.; FAUSTINO, M. A. G.; LIRA, N. M. S. Percepção sobre o conhecimento e profilaxia das zoonoses e posse responsável em pais de alunos do pré-escolar de escolas situadas na comunidade localizada no bairro de Dois Irmãos na cidade do Recife (PE). **Ciência & Saúde Coletiva**, n. 15, v. 1, p. 1457-1464, 2010.

LIMA, J. L. A. **Um estudo acerca da legislação sobre os maus tratos com animais.** 2015. Dissertação (Mestrado em Ambiente, Tecnologia e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, 2015.

LIMA, M. H. C. C. A. **Animais de estimação e civilidade:** a sensibilidade de empatia interespécie nas relações com cães e gatos. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

LIMA, W. D.; GONÇALVES, I. R.; AMARAL, R. L.; ARAÚJO, L. D. L.; SOUZA, R. T. A facilidade da divulgação de animais perdidos, abandonados e disponíveis para adoção. **Revista Tecnologias em Projeção**, v. 11, n. 1, p. 77- 80, dez. 2020.

LOCKWOOD, R. The ethology and epidemiology of canine aggression. In: SERPELL, J. (org.) **The domestic dog: its evolution, behaviour and interactions with people.** Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p. 131-138.

LOUREIRO, V. S.; HAGIWARA, M. Levantamento de anticorpos anti-*Bartonella henselae* em felinos domiciliados na cidade de São Paulo, estado de São Paulo e sua importância em saúde pública. **Revista Brasileira de Ciência Veterinária**, Niterói, v. 14, n. 1, p. 39-42, jan./abr. 2007.

MACHADO, D. S.; MACIEL, T. T.; MACHADO, J. C.; SANTOS-PREZOTO, H. H. Interação entre gatos domésticos (*Felis silvestris catus* Linnaeus, 1758) cativos e seres humanos. **Revista Brasileira de Zoociências**, Juiz de Fora, v. 18, n. 1, p. 67-72, abr. 2017.

MAGALHÃES, M. M. S.; BARBOSA, M. A. C.; LIMA, J. R. T.; CASSUNDÉ, F. R. S. A. O papel do professor-gestor em uma instituição federal de ensino superior de Alagoas: um estudo na UFAL/Campus Arapira. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 10, n. 4, p. 327-350, 2017.

MAIA, G. Ruralinos dedicam o seu tempo no cuidado aos animais abandonados. In: COSTA, K. (ed.). **Jornal da Graduação**: A luta contra a intolerância no ambiente universitário. Seropédica: PROGRAD, 2017. v. 7, p. 3-4.

MALTERUD, K.; SIERSMA, V. D.; GUASSORA, A. D. Sample size in qualitative interview studies: Guided by information power. **Qualitative Health Research**, v. 26, n. 13, p. 1753-1760, 2016.

MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2009.

MICROSOFT 365. **Microsoft Excel**. Disponível em: <https://www.microsoft.com/pt-br/microsoft-365/excel>. Acesso em: 10 nov. 2024.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MINAYO, M. C. S. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 5, n. 7, p. 1-12, abr. 2017.

MIRANDA, M. I. L. A. R. **A importância do vínculo para os donos de cães e gatos nas famílias portuguesas**. 2011. Dissertação (Mestrado em Medicina Veterinária) – Universidade do Porto, Porto, 2011.

MOREIRA DE PAULA, J.; SANTOS, C. G.; CANALLI, V.; FRITZEN, D. M. M.; BUSATO, M. A.; LUTINSKI, J. A. Perfil populacional de cães e gatos e bem-estar animal em Chapecó, SC. **Revista Brasileira de Higiene e Sanidade Animal**, v. 12, n. 4, p. 437-449, out./dez. 2018.

MOURÃO, I. G. Abandono de cães e gatos: um panorama da situação de animais nas ruas e ações de enfrentamento por instituições filantrópicas no Gama, cidade do Distrito Federal (DF) – Brasil. **Práticas e Cuidado: Revista de Saúde Coletiva**, Salvador, v. 4, n. e14905, p. 1-21, 2023.

MURARO, C. C.; ALVES, D. N. Maus tratos de cães e gatos em ambiente urbano, defesa e proteção aos animais. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, v. 17, n. 122, mar. 2014.

NANAYAKKARA, S.; SMITH, J. ; RUPPRECHT, C. . Rabies in Sri Lanka: splendid isolation. **Emerging Infectious Diseases**, v. 9, n. 3, p. 368-371, mar. 2003.

NUNES, V. P.; SOARES, G. M. Gatos, equívocos e desconhecimento na destinação de animais em abrigos: Revisão da Literatura. **Revista Brasileira de Zoociências**, v. 19, n. 2, p. 185-203, jun. 2018.

OLIVEIRA, A. B.; LOURENÇO, C.; BELIZARIO, G. D. Índice estatístico de animais domésticos resgatados da rua vs adoção. **Revista Dimensão Acadêmica**, v. 1, n. 2, p. 5-18, jul./dez. 2016.

OLIVEIRA, Y. F.; OLIVEIRA, C. S. F. Problemática da superpopulação e do abandono. **Cadernos Técnicos de Veterinária e Zootecnia**, v. 107, p. 12-14, jul. 2023

OLIVEIRA-NETO, R. R.; SOUZA, V. F.; CARVALHO, P. F. G.; FRIAS, D. F. R. Nível de conhecimento de tutores de cães e gatos sobre zoonoses. **Revista de Salud Pública**, Bogotá, v. 20, n. 2, p. 198-203, 2018.

PARANHOS, N. T.; SILVA, E. A.; BERNARDI, F.; MENDES, M. C. N. C.; JUNQUEIRA, D. M. A. G.; SOUZA, I. O. M.; ALBUQUERQUE, J. O. M.; ALVES, J. C. M.; MACHADO, M. N. P. Estudo das agressões por cães, segundo tipo de interação entre cão e vítima, e das circunstâncias motivadoras dos acidentes, município de São Paulo, 2008 a 2009. **Arquivos Brasileiros de Medicina Veterinária e Zootecnia**, Belo Horizonte, v. 65, n. 4, p. 1033-1040, ago. 2013.

PELLENZ, J. L.; SCHNEIDER, C. R.; UNAMUZAGA, L. V. G.; BARRILARI, M. S.; ANTUNES, H. M. R.; BRAGANÇA, L. F.; GARCEZ, K. F.; MACHADO, I. R. L.; CASTAGNARA, D. D. Ambiente universitário e cães errantes: consciência dos estudantes da Unipampa – *Campus Uruguaiana-RS-Brasil*. **Revista Observatorio de La Economia Latinoamericana**, Curitiba, v. 22, n. 7, p. 1-16, 2024.

PINHEIRO, J. G. **Biosseguridade**. São Paulo: Ouro fino - Saúde Animal, 2014. Disponível em:
<https://www.ourofinosaudeanimal.com/ourofinoemcampo/categoria/artigos/biosseguridade/>. Acesso em 31 ago. 2023.

PIRES, M. A. A. **A gestão escolar democrática e sua aplicabilidade no Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Itapina segundo as percepções dos seus servidores**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020.

QUEIROZ, F. K. N.; RODRIGUES, K. S.; SOUZA, O. S.; MINGUINS, W. G.; YAMAGUCHI, H. K. L.; DUARTE, C. S. Abandono de animais no Brasil: consequências geradas à sociedade. **Revista Ensino, Saúde e Biotecnologia da Amazônia**, Coari, v. 2, n. esp., p. 56-60, out. 2020.

REGO, A.; CUNHA, M. P.; MEYER JR., V. Quantos participantes são necessários para um estudo qualitativo? Linhas práticas de orientação. **Revista de Gestão dos Países de Língua Portuguesa**, v. 17, n. 2, p. 43-57, 2018.

RIBEIRO, L. M. L. Zoonoses nos anos iniciais do Ensino Fundamental: práticas pedagógicas de professoras da regional Noroeste de Belo Horizonte. 2021, Maceió. **Anais [...]**. Maceió: Universidade Federal da Paraíba, 2021.

SANTOS, G. C.; SANCHES, P. A. G. A epidemia do abandono de animais de companhia. **Arquivos Brasileiros de Medicina Veterinária FAG**, v. 5, n. 2, p. 178-195, jul./dez. 2022.

SCHEFFER, G. K. Abandono de animais: um estudo criminológico no estado do Rio Grande do Sul. In: CONGRESSO MUNDIAL DE BIOÉTICA E DIREITO ANIMAL, VI., 2018, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: Instituto Abolicionista Animal, 2018. p. 39-64.

SERRANO, G. P. J.; ALMEIDA, J. F.. Cães e gatos abandonados em *campi* universitários. **Brazilian Journal of Animal and Environmental Research**, Curitiba, v. 2, n. 4, p. 1242-1250, jul./set; 2019.

SEVERINO, R. O. **Importância das Organizações Não Governamentais (ONGs) de animais e seus impactos no Meio Ambiente e Urbano**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Biológicas) – Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo, 2023.

SIEGFORD, J.; WALSHAW, S.; BRUNNER, P.; ZANELLA, A. Validation of a temperament test for domestic cats. **Anthrozoös**, v. 16, n. 4, p. 332-351, dez. 2003.

SILVA, A. S.; SOUZA, R. P.; SANTOS, V. R. N.; SANTOS, J. B. S.; SILVA, R. R.; SANTOS, P. L.; ALMEIDA, R. P.; CAMPOS, R. N. S. Abandono de animais: um problema de saúde pública em região do Nordeste, Brasil. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 3, p. 25666-25680, mar. 2021.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVA, J. S.; BIONDO, A. W.; CAVALIERI, M. A. R. A universidade e seus viralatas. **Clínica Veterinária**, jan. 2022. Disponível em: <https://www.revistaclinicaveterinaria.com.br/opiniao/mvcoletivo/a-universidade-e-seus-viralatas/>. Acesso em: 22 out. 2024.

SILVA, N. A.; MARISCO, G. A relação de animais domésticos na educação e saúde. **Interfaces Científicas - Saúde e Ambiente**, Aracaju, v. 7, n. 1, p. 71-78, out. 2018.

SIMDAN. **Mercado Brasileiro. Anuário Comac 2022. Síntese de Indicadores**. Brasília: Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal, 2022.

SIMÕES, C. I. C. P. M. O papel dos municípios na gestão do bem-estar animal: desafios legais e gestão municipal. **RJLB**, Lisboa, v. 5, n. 2, p. 305-348, 2019.

SOARES, G. M.; TELHADO, J.; PAIXÃO, R. L. Avaliação da influência da agressividade do proprietário na manifestação da agressividade do cão. **Revista Brasileira de Zoociências**, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, 2 e 3, p. 197-206, out. 2011.

SOARES, T. F. Meio Ambiente e Saúde Única: o que podemos esperar? **Revista Brasileira de Meio Ambiente**, v. 8, n. 4, p. 74-80, set. 2020.

SOUZA, A. S. Direitos dos animais domésticos: análise comparativa dos estatutos de proteção. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 110-132, jan./jun. 2014.

SOUZA, L. C.; PINHEIRO JÚNIOR, O. A.; MENDONÇA, A. O.; BALLARIS, A. L. Associação homem-animal: reflexos na economia. **Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 62-65, jan. 2001.

SOUZA, L. C.; MODOLO, J. R.; PADOVANI, C. R.; MENDONÇA, A. O.; LOPES, A. L. S.; SILVA, W. B. Posse responsável de cães no município de Botucatu-SP: realidades e desafios. **Revista Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 226-232, jul. 2002.

SPIUnet. **Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União**. Disponível em: <http://161.148.173.80/Default.asp>. Acesso em: 18 set. 2024.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos dos Animais**. Bruxelas: Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará, 1978.

VANDRESEN, A. S. R.; FREITAS, M. C. D. **Conhecimentos administrativos necessários para o gestor escolar**. Disponível em:
<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/352-4.pdf>. Acesso em: 10 out. 2024.

VASCONCELLOS, M. S.; BARROS, J. S. L.; OLIVEIRA, C. S. Parasitas gastrointestinais em cães institucionalizados no Rio de Janeiro, RJ. **Revista de Saúde Pública**, v. 40, n. 2, p. 321-223, 2006.

VASCONCELLOS, S. A. **Zoonoses: conceito. 2010**. Disponível em:
https://www.praiagrande.sp.gov.br/arquivos/cursos_sesap2/Zoonoses%20Conceito.pdf. Acesso em: 18 jul. 2023.

VELHO, S. V. **Quem tem medo de zoonose? Primeira Parte. 2010**. Disponível em:
<http://skonbull.blogspot.com.br/2010/10/as-zoonose-primeira-parte.html>. Acesso em: 18 jul. 2023.

VELOSO, C. P. **A problemática do abandono de animais domésticos: um estudo de caso em Camaçari-BA**. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental) – Universidade Católica de Salvador, Salvador, 2016.

WALDMAN, E. A. A dinâmica das doenças infecciosas. In: **Vigilância em saúde pública**. São Paulo: Fundação Peirópolis Ltda, 1998.

WITT, N. G. P. M.; BERTOTI, J. A. Q.; WARNAVIN, L. Promoção da saúde e Educação Ambiental: Uma abordagem holística para um futuro sustentável. **Educação Ambiental (Brasil)**, v. 5, n. 1, p. 64-71, 2024.

APÊNDICES

Apêndice A. Questionário aplicado aos discentes e servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES), como ferramenta de percepção sobre as ações institucionais e educativas para controle populacional e guarda responsável de cães e gatos errantes.

Apêndice B. Convite individual apresentado à comunidade acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia (IFES), para participação em pesquisa para obtenção do grau de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Apêndice C. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Apêndice A. Questionário aplicado aos discentes e servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES), como ferramenta de percepção sobre as ações institucionais e educativas para controle populacional e guarda responsável de cães e gatos errantes.

IDENTIFICAÇÃO

E-mail: _____
Sexo: _____
Idade: _____

QUESTÕES DO QUESTIONÁRIO

1. Se for aluno, qual curso/graduação está cursando?

- Bacharelado em Zootecnia
- Agronomia
- Licenciatura em Pedagogia
- Licenciatura em Ciências Agrícolas

2. Qual é o seu vínculo com o IFES - *Campus Itapina*?

- Estudante
- Técnico Administrativo
- Docente
- Colaborador Terceirizado

3. Se for docente ou técnico administrativo, você faz parte da gestão administrativa e/ou acadêmica?

- Sim
- Não

4. Você tem cão e/ou gato como animal de companhia em casa?

- Sim
- Não

5. Se você tem cão ou gato como animal de companhia em casa, o seu animal tem acesso livre às ruas?

- Tem. Entra e sai por conta própria
- Não tem. Só fica em casa ou sai de coleira
- Tem. Quando saímos mas sem coleira

6. Já viu algum animal (cão ou gato) no *Campus*?

- Sim
- Não

Qual(is)? _____

7. Em relação a cães e gatos, com que frequência os vê?

- Todos os dias
- Uma vez por semana
- Duas vezes por semana
- Três vezes por semana

Onde costuma encontrá-los? _____

8. Você sabe se existem pessoas que cuidam dos animais no *Campus*?

- Sim
- Não

Como? _____

9. Em sua opinião, qual a origem dos cães e gatos errantes que estão no *Campus*?

- Abandono
- Tem tutor mas fica solto
- Perdido
- Não sei

10. Como você se sente ao ver os animais no *Campus*?

- Com pena
- Preocupado
- Alegre
- Com medo
- Com nojo

Justifique por favor: _____

11. De quem é a responsabilidade pelos animais no *Campus*?

- IFES
- Prefeitura Colatina
- Municípios Colatina
- ONGs
- CCZ
- Todos nós

12. Você já soube de alguém que foi mordido por animais errantes dentro do *Campus*?

- Sim
- Não

13. Você já foi atacado por algum animal nas dependências do *Campus*?

- Sim
- Não

Se Sim, por que você acha que foi atacado? _____

14. Cães e gatos, quando não assistidos/cuidados, podem transmitir doenças para as pessoas e para outros animais. Qual(is) que você conhece?

- Raiva
- Cinomose
- Parvovirose
- Esporotricose
- Leptospirose cCanina
- Toxoplasmose
- Ancilostomíase
- Sarna sarcóptica
- Larva migrans cutânea

15. Você acha que cães presentes no IFES, *Campus* Itapina, estão bem cuidados pela comunidade?

- Sim
- Não

Se Não, justifique por favor: _____

16. Você acha que o *Campus* está conseguindo controlar e cuidar dos animais errantes através do programa “Patinhas Felizes”?

- Sim
- Não

Se Não, Justifique por favor: _____

Apêndice B. Convite individual apresentado à comunidade acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia (IFES), para participação em pesquisa para obtenção do grau de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA (PPGEA)

CONVITE (Participantes da pesquisa)

Prezado (a),

Eu, Gilcimar Coelho, matrícula nº 20231002572, estudante do Curso de Pós-Graduação *Strictu Senso* modalidade Mestado, ofertado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Seropédica/RJ, gostaria de convidá-la (o) a participar da pesquisa com o título: **AÇÕES INSTITUCIONAIS E EDUCATIVAS PARA O CONTROLE POPULACIONAL E GUARDA RESPONSÁVEL DE CÃES E GATOS NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÉNCIA E TECNOLOGIA DO ESPIRITO SANTO, CAMPUS ITAPINA, EM COLATINA/ES** sob a orientação do professor Dr. Argemiro Sanavria.

A pesquisa tem como objetivo identificar o impacto de animais abandonados e analisar como é feito o controle e as políticas de ações implantadas nas dependências do IFES, *Campus* Itapina.

Para tanto, será aplicado um questionário com 18 perguntas sobre os Animais abandonados nas dependências do Ifes *Campus* Itapina. O Senhor (a) está sendo convidado por que é estudante regularmente matriculado no Ifes *Campus* Itapina. Você tem todo o direito de não responder a qualquer questão, sem necessidade de explicação ou justificativa para tal, podendo também se retirar da pesquisa a qualquer momento sem nenhum prejuízo.

Certificamos que os dados serão analisados em conjunto, não havendo, portanto, interesse na utilização de dados individuais. Desta forma, haverá o anonimato dos respondentes.

A pesquisa será realizada em ambiente virtual. Para tal, se fará o uso dos recursos gratuitos disponibilizados pelo Google, sendo o “Google Formulário”, para dar acesso do participante ao TCLE e ao questionário.

Inicialmente, você tomará conhecimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e, se assinalar sua concordância, confirmará eletronicamente a sua participação. Na sequência, terá acesso e poderá responder ao questionário da pesquisa.

Agradeço previamente por sua participação na pesquisa, acessando o link: “Google Formulário”.

Seropédica/RJ, ____ de ____ de ____.

Gilcimar Coelho
Mestrando em Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Seropédica/RJ

Apêndice C. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA (PPGEA)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você foi convidado(a) a participar da pesquisa intitulada: **AÇÕES INSTITUCIONAIS E EDUCATIVAS PARA O CONTROLE POPULACIONAL E GUARDA RESPONSÁVEL DE CÃES E GATOS NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPIRITO SANTO, CAMPUS ITAPINA, EM COLATINA/ES**, sob a responsabilidade do pesquisador Gilcimar Coelho, orientado pelo professor Dr. Argemiro Sanavria, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/RJ.

A pesquisa proposta se justifica por oferecer uma contribuição relevante para a comunidade escolar, pois pretende analisar a relação humano-animal no *Campus* Itapina, bem como suas repercussões no cotidiano dos humanos envolvidos no processo, adicionando conhecimento a complementar de forma prática e interativa essa demanda social de atenção aos cães e gatos que são abandonados, tanto do ponto de vista de proteção animal quanto de qualidade de vida das pessoas que circulam e frequentam o IFES, *Campus* Itapina.

Se você concordar em participar deste estudo será solicitado que responda a um questionário, contendo 18 (dezoito) perguntas sobre animais abandonados (cães e gatos) no IFES, *Campus* Itapina.

Você não é obrigado(a) a participar da pesquisa, podendo deixar de participar dela em qualquer momento, sem que haja penalidades ou prejuízos.

Você poderá responder o questionário no local em que se sentir mais confortável, visto que será disponibilizado por meios virtuais.

Você terá a garantia do acesso aos resultados da pesquisa.

A pesquisa apresenta riscos mínimos à sua saúde e bem-estar, porém a pesquisador estará atento e disposto a diminuir o máximo esses riscos e desconfortos. Entendemos que o principal risco envolvido na pesquisa será a divulgação de opiniões relativas às respostas ao questionário podendo causar algum constrangimento, e nesse caso a intenção é proteger os participantes da pesquisa, garantindo-lhes o anonimato.

No entanto, para minimizar possíveis desconfortos e constrangimentos, o pesquisador coloca-se a disposição para esclarecimentos sobre a pesquisa, a fim de deixá-los bem à vontade na sua decisão de participação. Além disso, enfatiza seu compromisso ético com os valores, crenças, culturas e opiniões dos sujeitos; reforça o compromisso de manter o sigilo dos dados obtidos com a pesquisa e a não identificação dos respondentes. Importante dizer que ao divulgar os resultados desta pesquisa, serão utilizadas apenas as respostas obtidas no questionário, e o seu nome não será divulgado em nenhuma etapa da pesquisa, para garantir o sigilo e preservar a identidade. Com isso os dados obtidos através do questionário serão confidenciais, com cunho exclusivo para a pesquisa e visando, posteriormente, a elaboração de uma proposta intervintiva. É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como lhe

é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que queira saber antes, durante e depois de sua participação, inclusive é garantido a você o acesso ao resultado da pesquisa e ao termo de consentimento sempre que solicitar.

Será garantido sigilo a todos os participantes que responderem ao questionário, os resultados da pesquisa serão comunicados utilizando nomes fictícios, garantindo a preservação da sua identidade, de modo a proteger suas imagens, bem como garantir que não utilizarão as informações coletadas em prejuízo dessas pessoas e/ou da instituição, respeitando deste modo as Diretrizes Éticas da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, nos termos estabelecidos nas Resoluções CNS nº 466/2012 e nº 510/2016, e obedecendo às disposições legais estabelecidas na Constituição Federal Brasileira, artigo 5º, incisos X e XIV e no Novo Código Civil, artigo 20.

A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que você é atendido(a) pelo pesquisador.

Ao responder o questionário você aceita participar da pesquisa e contribui com as atividades que serão desenvolvidas. Em relação às atividades de intervenção, não haverá a obrigatoriedade de comparecimento e participação, porém será muito importante para fortalecer o diálogo e a conscientização de que preservar e zelar pela saúde, vida e dignidade do animal doméstico é reflexamente preservar a vida e saúde do homem e de outros seres da fauna, todos como integrantes de um ecossistema que se relaciona e que se fazem dependentes.

As análises da pesquisa ao serem divulgadas, poderão propiciar uma reflexão sobre a compreensão que a comunidade escolar tem a respeito do abandono de animais nas dependências do *Campus Itapina*.

Durante todo o período da pesquisa você tem o direito de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento ao pesquisador no telefone (27) 3723-1264 ou pelo e-mail do pesquisador: gilcimartst@gmail.com.

Essa pesquisa foi avaliada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal do Espírito Santo (CEP/IFES), que é um colegiado interdisciplinar e independente responsável pela avaliação ética dos projetos de pesquisa a fim de garantir os interesses éticos dos participantes.

Caso persistam dúvidas sobre o estudo, ou em caso de denúncias e/ou sugestões o Comitê de Ética está disponível para te atender: (27) 99286-3660; (27) 3357-7518; E-mail: etica.pesquisa@ifes.edu.br e secretaria.cep@ifes.edu.br; Endereço: Av. Rio Branco, nº 50 – Santa Lúcia – Vitória – ES – CEP: 29056-255.

Caso deseje recusar a participação e retirar o seu consentimento em qualquer fase da pesquisa tem total liberdade de fazê-lo.

Sua autorização envolve a participação respondendo o questionário e também para apresentar o resultado dessa pesquisa em eventos da área de educação, e publicar em revistas científicas nacionais ou internacionais que envolvam a temática do trabalho.

Atenciosamente.

Gilcimar Coelho
(Pesquisador)

Desde já, agradecemos a sua colaboração.

Eu, como participante da pesquisa, fui informada (o) dos objetivos do estudo **AÇÕES INSTITUCIONAIS E EDUCATIVAS PARA O CONTROLE POPULACIONAL E GUARDA RESPONSÁVEL DE CÃES E GATOS NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPIRITO SANTO, CAMPUS ITAPINA EM COLATINA/ES**, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Desta forma:

Concordo e autorizo a realização da pesquisa.
 Discordo e não autorizo a realização da pesquisa.

ANEXOS

Anexo A. Portaria autorizando o desenvolvimento do Programa Institucional “Patinhas Felizes”, no período de 2019 a 2023.

Anexo B. Parecer Consustanciado do Comitê de Ética na Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFES), *Campus Itapina*, município de Colatina, estado do Espírito Santo.

Anexo C. Carta de Anuênciā do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFES). *Campus Itapina*, município de Colatina, estado do Espírito Santo.

Anexo D. Portaria autorizando o desenvolvimento do Programa Institucional “Patinhas Felizes”, no período de 2023 a 2028.

Anexo E. Portaria de destinação do imóvel residencial PRN nº 03 para uso exclusivo da equipe do Programa Institucional “Patinhas Felizes”.

Anexo A. Portaria autorizando o desenvolvimento do Programa Institucional “Patinhas Felizes”, no período de 2019 a 2023.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
CAMPUS ITAPINA

PORTRARIA N° 251, DE 6 DE SETEMBRO DE 2019.

O DIRETOR GERAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO CAMPUS ITAPINA, nomeado pela Portaria nº 3278 de 22.11.2017, publicada no DOU de 23.11.2017, no uso de suas atribuições legais, considerando o teor do Processo nº 23154.001311/2019-58,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar Programa de Desenvolvimento Institucional intitulado "PATINHAS FELIZES: Prevenção de Zoonoses transmitidas por cães e gatos no Ifes - Campus Itapina", coordenado por Sherrine Queiroz Fermo Andrade, Siape nº 1808515.

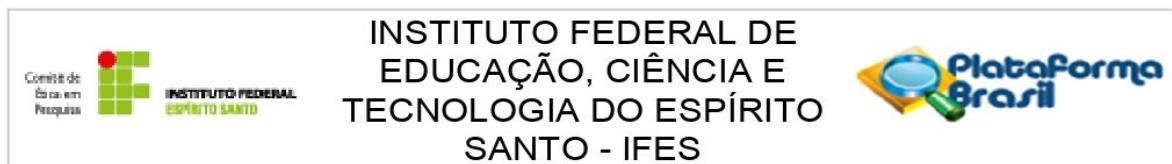
Art. 2º Declarar o imóvel PRN nº 21, como local de apoio exclusivo às atividades do referido Programa, durante seu período de vigência, sob a responsabilidade da Coordenadora Sherrine Queiroz Fermo Andrade, Siape nº 1808515.

FABIO LYRIO SANTOS
Diretor Geral

Instituto Federal do Espírito Santo. Assinado digitalmente no GeDoc por Fábio Lyrio Santos (Diretor Gera).
Chave de autenticidade do documento: B4A31047-E5A0D35B-6B2BF2CB-7A83ABFE
Consulte o certificado do documento para checar a assinatura digital. Verifique a autenticidade em <https://gedoc.ifes.edu.br>

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Fábio Lyrio Santos", is placed over the digital signature information.

Anexo B. Parecer Consustanciado do Comitê de Ética na Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFES), *Campus* Itapina, município de Colatina, estado do Espírito Santo.



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: AÇÕES INSTITUCIONAIS E EDUCATIVAS PARA O CONTROLE POPULACIONAL E GUARDA RESPONSÁVEL DE CÃES E GATOS NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO CAMPUS ITAPINA EM COLATINA/ES

Pesquisador: GILCIMAR COELHO

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 76392623.5.0000.5072

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO CIENCIA E TECNOLOGIA DO ESPIRITO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.764.339

Apresentação do Projeto:

O projeto é de autoria do pesquisador Gilcimar Coelho, sob orientação do Dr Argemiro Sanavria. O pesquisador é aluno do Mestrado Acadêmico em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/Seropédica.

No presente trabalho, o pesquisador traz que o abandono de animais é um problema grave em todo o Brasil, situação que se intensificou ainda mais pós-início da pandemia de Covid- 19. A Organização Mundial da Saúde estima que há cerca de 30 milhões de cães e gatos abandonados no país. Como consequência, o problema também atinge os campi universitários em todas as regiões do Brasil. No Ifes Campus Itapina essa situação vem acontecendo há muitos anos, e ultimamente avivou o surgimento de animais abandonados nos entornos do Campus e em todos os ambientes transitáveis, o convívio destes animais com a comunidade escolar tem sido uma rotina normal e diária. O risco à saúde pública devido à convivência com estes animais é ainda maior quando as pessoas desconhecem o modo de transmissão das doenças, bem como suas formas de prevenção. Porém, as informações sobre o risco de contrair uma zoonose nem sempre estão ao alcance da população exposta, ou a

Endereço: Avenida Rio Branco, nº 50, 2º andar 2º sala (mezanino)

Bairro: Santa Lúcia

CEP: 29.056-255

UF: ES

Município: VITORIA

Telefone: (27)3357-7518

Fax: (27)99286-3660

E-mail: etica.pesquisa@ifes.edu.br

Continuação do Parecer: 6.764.339

própria pessoa envolvida não tem interesse em conhecer tais conceitos, por falta de informações, ou por carência de saber onde buscar tais informações. projeto pretende, portanto, analisar a relação humano-animal no Ifes Campus Itapina, bem como suas repercussões no cotidiano dos humanos envolvidos no processo, adicionando conhecimento a complementar de forma prática e interativa essa demanda social de atenção aos cães e gatos que são abandonados, tanto do ponto de vista de proteção animal quanto de qualidade de vida das pessoas que circulam e frequentam o campus. Trata-se de uma pesquisa de caráter descritivo e abordagem quali-quantitativa. Será aplicado questionário semiestruturado com os seguintes participantes:-Estudantes do Curso de Bacharelado em Zootecnia ; 20 alunos-Estudantes do Curso de bacharelado em Agronomia ; 20 alunos-Estudantes dos Cursos de Licenciatura em Pedagogia e Ciências Agrícolas ; 20 alunos-0 6 docentes;-06 servidores Técnicos Administrativos;-04 servidores no cargo de Gestão;-04 servidores terceirizados. Será aplicado questionário eletrônico com questões de múltipla escolha fechadas e questões abertas e as técnicas de análises e reflexões sobre os dados coletados em busca dos objetivos propostos. Para a coleta de dados pretende-se, utilizar a aplicação de questionário online composto por questões abertas e fechadas. A abordagem aos sujeitos se dará através do convite de forma individual enviado por e-mail. Os discentes selecionados serão aqueles que aceitarem participar da pesquisa. Vale ressaltar que os discentes serão convidados individualmente por e-mail institucional do pesquisador, contendo a apresentação da proposta da pesquisa. Caso concordem com a participação, haverá no convite um link do Google Formulário para acesso ao termo de consentimento livre esclarecido para sua anuência, que deverá ser lido e assinalado o consentimento, somente aqueles que consentirem, poderá responder ao questionário

Continuação do Parecer: 6.764.339

Objetivo da Pesquisa:

Identificar o impacto de animais abandonados nas dependências do Ifes Campus Itapina e analisar como é feito o controle e políticas de ações implantadas pelos gestores.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Realizar um levantamento acerca dos animais abandonados no Ifes Campus Itapina

Identificar as políticas de ações implantadas no Ifes Campus Itapina

Identificar os conhecimentos que gestores, docentes, discentes, técnicos administrativo, terceirizados ,do Ifes Campus Itapina, possuem a respeito da transmissão das zoonoses.

Identificar como a comunidade acadêmica se situa em relação ao abandono dos animais e o bem estar tanto do ponto de vista de proteção animal quanto de qualidade de vida das pessoas que circulam e frequentam o Ifes Campus Itapina.

Sugerir ações de conscientização e informação acerca do abandono de animais no Ifes Campus Itapina

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Na palavras do autor, a pesquisa apresenta riscos mínimos à sua saúde e bem estar dos participantes. O pesquisador estará atento e disposto a diminuir o máximo os possíveis desconfortos. Entende-se que o principal risco envolvido na pesquisa será a divulgação de opiniões relativas às respostas ao questionário podendo causar algum constrangimento, e nesse caso a intenção é proteger os participantes da pesquisa, garantindo-lhes o anonimato de suas respostas. No TCLE, o pesquisador ressalta que, para minimizar possíveis desconfortos e constrangimentos, o pesquisador coloca-se a disposição para esclarecimentos sobre a pesquisa, a fim de deixá-los bem à vontade na sua decisão de participação.

Benefícios:

Com esse trabalho, nas palavras do autor, a pesquisa contribuirá para a comunidade acadêmica e externa, conscientizando-os a respeito das Zoonoses, adoção responsável, bem estar animal e saúde pública

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O trabalho está bem estruturado e justificado, com literatura pertinente e o tema se mostra relevante sob a ótica da saúde pública, tendo em vista que as zoonoses e o abandono de

Endereço: Avenida Rio Branco, nº 50, 2º andar , sala (mezanino)

Bairro: Santa Lúcia **CEP:** 29.056-255

UF: ES **Município:** VITORIA

Telefone: (27)3357-7518 **Fax:** (27)99286-3660 **E-mail:** etica.pesquisa@ifes.edu.br

Continuação do Parecer: 6.764.339

animais são importantes problemas a serem enfrentados, sobretudo no Brasil.

Os resultados da pesquisa poderão trazer subsídios para a criação e manutenção de projetos vinculados ao bem-estar animal na instituição.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- a) Termo de compromisso do pesquisador responsável: atende aos requisitos;
- b) Folha de rosto: atende aos requisitos: assinado pelo pesquisados e por José Luis Fernando Luque Alejos, pró-reitor de pesquisa e pós-graduação da UFRRJ.
- c) Carta de anuência: atende aos requisitos: assinada por Fabio Lyrio dos Santos, diretor geral do Ifes Campus Itapina.
- d) Questionários: atende aos requisitos.
- e) TCLE/TALE → atende aos requisitos.
- f) projeto completo → atende aos requisitos.
- g) orçamento- atende aos requisitos.
- h) cronograma- atende aos requisitos

Recomendações:

Adequar a data de início da coleta no cronograma, devendo esta apenas iniciar após o parecer deste Comitê de Ética.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sanadas as pendências evidenciadas em pareceres anteriores, o projeto foi aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Ao término da pesquisa, encaminhar Relatório Final para análise por este Comitê.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJECTO_2248630.pdf	18/03/2024 19:47:23		Aceito
Outros	CARTA_Resposta_Recurso_Comite_etica_assinado.pdf	18/03/2024 19:46:58	GILCIMAR COELHO	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJECTO_2248630.pdf	17/03/2024 18:10:44		Aceito

Endereço: Avenida Rio Branco, nº 50, 2º andar → sala (mezanino)

Bairro: Santa Lúcia

CEP: 29.056-255

UF: ES

Município: VITÓRIA

Telefone: (27)3357-7518

Fax: (27)99286-3660

E-mail: etica.pesquisa@ifes.edu.br

Continuação do Parecer: 6.764.339

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Versao_final.pdf	17/03/2024 18:09:55	GILCIMAR COELHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	PENDENCIA_TCLE_Alterado_grifo_em_Amarelo.pdf	17/03/2024 18:08:06	GILCIMAR COELHO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_Compromisso_Pesquisador_assinado.pdf	17/03/2024 18:04:55	GILCIMAR COELHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_termo_de_consentimento_livre_e_esclarecido_Versao_final.pdf	06/02/2024 14:28:08	GILCIMAR COELHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_termo_de_consentimento_livre_e_esclarecido_grifado_amarelo.pdf	06/02/2024 14:26:52	GILCIMAR COELHO	Aceito
Outros	CARTA_Respostarecurso_Comite_etica_assinado.pdf	06/02/2024 14:22:39	GILCIMAR COELHO	Aceito
Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	termo_responsabilidade_compromisso_pesquisador_responsavel_assinado.pdf	06/12/2023 12:27:59	GILCIMAR COELHO	Aceito
Declaração de concordância	carta_de_anuencia_DG_PESQUISA_Aassinada.pdf	05/12/2023 18:18:28	GILCIMAR COELHO	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_ROSTO_Gilcimar_assinado.pdf	05/12/2023 17:21:03	GILCIMAR COELHO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	DISSERTACAO.docx	05/12/2023 11:01:09	GILCIMAR COELHO	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	05/12/2023 10:54:22	GILCIMAR COELHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_termo_de_consentimento_livre_e_esclarecido_alterado.docx	05/12/2023 10:52:21	GILCIMAR COELHO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Avenida Rio Branco, nº 50, 2º andar 6º sala (mezanino)

Bairro: Santa Lúcia

CEP: 29.056-255

UF: ES

Município: VITORIA

Telefone: (27)3357-7518

Fax: (27)99286-3660

E-mail: etica.pesquisa@ifes.edu.br

Continuação do Parecer: 6.764.339

VITORIA, 15 de Abril de 2024

Assinado por:
Alexandre Krüger Zocolotti
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida Rio Branco, nº 50, 2º andar 6º sala (mezanino)
Bairro: Santa Lúcia **CEP:** 29.056-255
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27)3357-7518 **Fax:** (27)99286-3660 **E-mail:** etica.pesquisa@ifes.edu.br

Anexo C. Carta de Anuênciā do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFES).
Campus Itapina, município de Colatina, estado do Espírito Santo.

CARTA DE ANUÊNCIA

Autorizo a realização da esquisa intitulada **Ações Institucionais e Educativas para o Controle Populacional e Guarda Responsável de Cães e Gatos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo campus Itapina em Colatina/ES** coordenada pelo pesquisador **Gilcimar Coelho**, a ser realizada no interior do campus em conformidade com os objetivos e metodologias previamente apresentados.

Como representante do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, Ifes Itapina, estou ciente das corresponsabilidades associadas ao projeto de pesquisa no compromisso do resguardo da segurança e bem-estar dos participantes da pesquisa recrutados. Declaro ainda estar ciente da autonomia de cada indivíduo em aceitar ou recusar a participar da pesquisa, independente da anuênciā que apresento.

Esta autorização está condicionada à aprovação da pesquisa elencada acima por um Comitê de Ética em Pesquisa, legalmente instituído, como forma de resguardar o cumprimento das Resoluções nºs 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde/CNS, e suas complementares.

O descumprimento desses condicionamentos assegura-me o direito de retirar minha anuênciā a qualquer momento da pesquisa.

Colatina, 05 de dezembro de 2023.

Nome e assinatura do responsável pela Instituição



Emitido em 05/12/2023

CARTA DE ANUÊNCIA Nº 3/2023 - ITA-CLB (11.02.24.01.07.06)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 05/12/2023 15:15)

FABIO LYRIO SANTOS

DIRETOR GERAL - TITULAR

ITA (11.02.24)

Matrícula: 1228029

(Assinado digitalmente em 05/12/2023 13:31)

GILCIMAR COELHO

TECNICO DE LABORATORIO AREA

ITA-CLB (11.02.24.01.07.06)

Matrícula: 1820835

Visualize o documento original em <https://sipac.ifes.edu.br/documentos/> informando seu número: **3**, ano: **2023**, tipo: **CARTA DE ANUÊNCIA**, data de emissão: **05/12/2023** e o código de verificação: **d4916c1c06**

Anexo D. Portaria autorizando o desenvolvimento do Programa Institucional “Patinhas Felizes”, no período de 2023 a 2028.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
CAMPUS ITAPINA

PORTRARIA N° 278, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023.

O DIRETOR GERAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO CAMPUS ITAPINA, nomeado pela Portaria n° 1987 de 22.11.2021, publicada no DOU de 23.11.2021, no uso de suas atribuições legais, considerando o teor do processo n° 23154.001311/2019-58,

RESOLVE:

Autorizar Programa de Desenvolvimento Institucional intitulado "PATINHAS FELIZES: Prevenção de Zoonoses transmitidas por cães e gatos no Ifes - Campus Itapina", coordenado por Bruna Raasch Soares, Siape n° 2290693, conforme plano de trabalho referente ao período de 2023 a 2028.

FABIO LYRIO SANTOS
Diretor Geral

Instituto Federal do Espírito Santo. Assinado digitalmente no GeDoc por Fábio Lyrio Santos (Diretor Geral).
Chave de autenticidade do documento: 493D836D-F711219C-4460C010-CAD4C956
Consulte o certificado do documento para checar a assinatura digital. Verifique a autenticidade em <https://gedoc.ifes.edu.br>

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Fábio Lyrio Santos", is placed over the digital signature information.

Anexo E. Portaria de destinação do imóvel residencial PRN nº 03 para uso exclusivo da equipe do Programa Institucional “Patinhas Felizes”.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
CAMPUS ITAPINA

PORTRARIA N° 76, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2024.

O DIRETOR GERAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO CAMPUS ITAPINA, nomeado pela Portaria nº 1987 de 22.11.2021, publicada no DOU de 23.11.2021, no uso de suas atribuições legais, considerando o art. 2º da Resolução do Conselho Superior do Ifes nº 04/2019,

RESOLVE:

Art 1º Declarar reserva de ocupação do imóvel residencial PRN 03 pertencente ao patrimônio do Ifes Campus Itapina, conforme art. 2º da Resolução CS/Ifes nº 04/2019, para uso da equipe do Programa de Desenvolvimento Institucional "Patinhas Felizes", autorizado através da Portaria nº 253/2019, durante seu período de vigência, haja vista a necessidade de assistência constante às atividades do referido Programa.

Art. 2º Tornar sem efeito a Portaria nº 279 de 24/09/2019.

FABIO LYRIO SANTOS
Diretor Geral

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Fábio Lyrio Santos".